

**A SAÚDE
NAS MÃOS DA
COMUNIDADE**

— Página 4 —

**A POLÍTICA
AGRÁRIA
EM QUESTÃO**

— Página 3 —

**O PROFESSOR
RURAL NÃO É
MAIS AQUELE**

— Página 21 —

AS PRIMEIRAS MUDANÇAS

A eleição dos 59 representantes — Os mais votados —
A chapa escolhida — A Assembléia Geral — O novo Conselho

— Páginas centrais —

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva
Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner e Eduardo Augusto de Menezes.

Conselheiros (Efetivos):

Bruno Eisele, Alberto Sabo, Erni
Schünemann, Egon Eickhoff, Telmo
Rovero Roos, Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinholdo Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski
Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci
Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigido ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da



EXPEDIENTE:

Redação e Administração

Rua Tiradentes 449,

Caixa Postal 111

IJUI - RS

TELEFONE: 332-1574

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Manoel Canabarro

Composto no JORNAL DA MANHÃ,
Ijuí, e impresso em rotativa off-set
no DIÁRIO SERRANO - Cruz Alta.

Ao leitor

Neste mês de maio, com a realização da Assem-
bléia Geral do dia 29 e a eleição de novos nomes para o
Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Co-
operativa, encerrou-se a primeira etapa de um processo
longo, conhecido entre nós pela expressão *Estrutura do
Poder*. Esta expressão foi, sem dúvida, uma das mais
usadas, no ano passado, entre os associados e funcioná-
rios de toda a área de ação da Cotrijuí. Ela refere-se a
um dos pontos mais importantes da vida de qualquer
Cooperativa: a participação dos associados nas decisões.

Com o crescimento das cooperativas, tornou-se
praticamente impossível, dentro dos limites impostos
pela atual legislação cooperativista, garantir a todo e
qualquer associado uma participação efetiva e concreta
na estrutura do poder e na tomada das decisões.

A lei do cooperativismo prevê, como forma máxi-
ma de eleição dos dirigentes e tomada de decisões, as
Assembléias Gerais. Numa cooperativa com mais de 17
mil associados, como é o nosso caso, e ainda espalhada
por mais de um Estado da Federação, a Assembléia Ge-
ral, infelizmente, não garante a representatividade ne-
cessária e que seria de se esperar numa sociedade de
pessoas, onde todos têm o mesmo direito e o mesmo
voto, independente da quantia de capital empregado.
Esta é a lição que a prática nos tem ensinado: Assem-
bléias reunindo mil, mil e quinhentas pessoas, apesar
do número expressivo, não representam sequer 10 por
cento do quadro social.

Para que a representatividade e a participação de
todos fiquem de fato asseguradas, é necessário introdu-
zir mudanças na estrutura do poder. Esta foi uma das
muitas conclusões que os associados chegaram no ano
passado, durante a discussão do assunto. Ninguém, cer-
tamente, possui a fórmula pronta e acabada que permi-
tirá a institucionalização de canais mais efetivos de
participação. A fórmula sairá da discussão, do debate,
da análise de outras experiências. E as pessoas mais in-
dicadas para levar avante essa discussão são os agricul-
tores associados, os mesmos que sentiram a necessida-
de de mudar.

Num primeiro passo, este ano, alguma coisa já

mudou. Os associados, durante dez dias, votaram e ele-
geram 59 representantes que, posteriormente, escolhe-
ram a chapa concorrente ao Conselho de Administra-
ção e que foi eleita pela Assembléia. Mais da metade do
quadro social apto a votar — todos aqueles que entrega-
ram produto até 28 de fevereiro último — participou
da votação, numa mobilização e discussão que só pode
trazer resultados positivos para a Cooperativa.

A chapa escolhida pelos representantes, por exem-
plo, possui 12 membros novos, garantindo-se uma re-
novação, nos dois conselhos, da ordem de 60 por cen-
to — um resultado inédito na história da Cotrijuí.

Obviamente, pela própria forma como está sendo
conduzido o processo, existem erros e imperfeições. A
fórmula ideal só vai surgir com o tempo, com a própria
prática da discussão e da participação dos associados.

A missão mais importante dos 59 representantes
eleitos, aliás, ainda está por começar: estudar e apro-
fundar formas de institucionalizar a participação real
do quadro social. O principal, entretanto, acreditamos
já realizado: a honestidade em aceitar uma discussão
sobre o poder e o desencadeamento de um processo ir-
reversível e democrático. As mudanças ocorridas na es-
trutura do poder da Cooperativa são o assunto da re-
portagem de capa desta edição, iniciada nas páginas
centrais.

Não é muito difícil escolher o que é melhor: tra-
tar uma doença ou procurar eliminar sua causa. E este
é exatamente o espírito da Saúde Comunitária, um
programa que surge dentro da Cotrijuí com objetivos
bem definidos: diminuir a preocupação do agricultor
com a saúde de sua família e preencher a grande lacu-
na que deixam a medicina tradicional — voltada mais a
curar as doenças — e as próprias instituições oficiais
responsáveis pela assistência médica do povo brasilei-
ro. O êxito deste programa, porém, depende muito do
próprio interesse de seus beneficiados, os agricultores,
pois sem sua efetiva participação pouco poderá ser fei-
to. Veja na página 4.

Do leitor

OS DESCONTOS
DA SOJA

Eu tive a oportunidade de assistir só
duas reuniões da Cotrijuí e nunca deu pa-
ra falar e defender os pequenos. Nós en-
tregamos 300 sacas de soja e por incrível
que pareça descontaram 1 mil 725 quilos
de impureza, quase 10 por cento. Agora
os senhores vejam qual é o lucro que o pe-
queno tem: 10 por cento a Cooperativa
descontou, sendo que 164 sacas era de se-
mente com 11 por cento de umidade; 14
por cento para colher o soja, 15 por cen-
to de arrendamento, 3 por cento de Fun-
do de Garantia, 2,5 por cento de Funru-
ral, 2 por cento de capital integralizado.
Quanto dá? São 46 por cento a menos. O
que resta para o pequeno? Depois, ainda
vem o financiamento com juros de 2 por
cento...

Outra coisa: numa certa ocasião,
no ano passado (dia 27/05/78), nós preci-
samos de Cr\$ 60 mil para pagar uma cer-
ta dívida que se vencia no mesmo mês.
Nós tínhamos entregado 840 sacas de so-
ja, 400 em preço médio e 440 em depósi-
to. Quando nós fomos pedir o adianta-
mento de 400 sacas de soja, a pessoa que
nos atendeu disse: "Eu dou o adiantamen-
to, mas tem que descontar os Cr\$ 12 mil
do financiamento". Eu respondi: "O con-
trato se vence em julho", e ele me respon-
deu: "Não interessa se vence em julho ou
setembro, nós temos ordem de tirar o que
é da cooperativa e o associado leva o que
sobrar". Bela resposta para um associado

que sempre foi fiel à Cooperativa.

Luiz Tadeu Manchini

Ijuí - RS

Nota da Redação: O pessoal encar-
regado da soja para semente diz que a
classificação ainda não começou, vai ser
iniciada por estes dias. E eles pediram que
o senhor ficasse atento ao rádio, pois to-
dos os produtores de sementes serão cha-
mados para acompanhar a classificação de
seus respectivos lotes. Por outro lado,
com relação à soja que o senhor entregou
para comércio, eles informam que o asso-
ciado ou o motorista que trouxe a carga
deve acompanhar a amostragem e a espe-
cificação. E, se for o caso, reclamar ali
mesmo, se o sistema não está de acordo.
Para evitar esse tipo de problema e para
tornar mais precisa a amostragem, no pró-
ximo ano a Cooperativa vai introduzir um
coletor de amostra pneumático, e tanto a
impureza como a umidade serão determi-
nadas antes da descarga, na pré-amostra-
gem.

Finalmente, com relação ao seu pe-
dido de adiantamento, concordamos com
o fato de que o funcionário não foi gentil
na resposta que lhe deu. Mas é preciso
lembrar que, afinal de contas, eles estão
cumprindo ordens dadas a todos, justa-
mente para evitar favoritismos e discrimina-
ções. Sempre que o associado estive-
r precisando de algum serviço especial,
ou quando for um caso que fuja às ordens
gerais recebidas pelos funcionários do bal-

cão, deve procurar o chefe da seção. O
chefe da seção tem mais autonomia para
resolver os casos especiais.

PROFESSOR
RURAL

Sou professor de primário e vivo no
meio rural. Gosto muito das reportagens
que o Cotrijornal traz sobre o meio rural,
já tive a oportunidade de ler alguns exem-
plares e achei-os excelentes. Por isso soli-
cito por meio desta o seu jornal coopera-
tivo. Gostaria de recebê-lo mensalmente.

Egon Koch

Sede Nova

Humaitá - RS

GAÚCHO
ERRANTE

Carta ao Cotrijornal:

Vive a águia em seu ninho

O tigre vive na selva

A raposa na cova alheia

Só o gaúcho vive errante

Aonde a sorte o leva

Porque

Para ele são os calabouços

Para ele as duras prisões

Em sua boca não há razões

Ainda que razão lhe sobre

Que são sinos de madeira

As razões dos pobres

Anatalino Antônio dos Santos

Ijuí - RS

N. R. — Anatalino é agricultor, as-
sociado à Cotrijuí, secretário do Sindica-
to dos Trabalhadores Rurais de Ijuí.



VAIAS PARA DELFIM

A esperança do Brasil
Está no homem do campo
E a esperança do homem do campo
Está na Reforma Agrária do Brasil

Foi cantando exatamente assim, o Hino da Reforma Agrária, que os 1.500 participantes do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais receberam o ministro da Agricultura, Antônio Delfim Neto que compareceu a uma das sessões do encontro realizado em Brasília de 21 a 25 de maio. E ali não recebeu palmas. Só vaias que demonstravam o descontentamento com o Governo em relação à política fundiária. Por isso já dá para ver que a questão da Reforma Agrária brasileira foi realmente o ponto mais importante e discutido deste Congresso.

Alguns presidentes de Sindicatos da região também estavam em Brasília: Carlos Karlinski, de Ijuí, José Barasuol, de Catuípe, Luiz Otonelli, de Ajuricaba, Bruno Van der Sand, de Augusto Pestana e Arlindo Costa Beber, de Condor. E lá se dividiram para que cada um participasse das cinco comissões formadas durante o Congresso: sindicalismo e educação sindical; política agrícola; previdência social rural; legislação trabalhista; questões agrárias.

A implantação da Reforma Agrária é essencial, segundo os participantes, para promover a melhor distribuição da terra e modificações na estrutura do regime de sua posse, uso e propriedade e atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade. A primeira proposição apresentada neste sentido foi para que a reforma agrária fosse implantada no Brasil dentro de seis meses. Mas não foi aceita: o pessoal quer imediatamente esta reforma.

Carlos Karlinski analisando o que aconteceu, conta que se provou mais uma vez que a Reforma Agrária só vai acontecer pela pressão dos próprios agricultores:

— Acho que o Congresso mostrou também que, neste sentido, temos ainda que caminhar um pouco. Se notou que existe uma certa divergência entre o pessoal do Nordeste e o daqui do Sul. Lá, onde estão ameaçados inclusive de expulsão, onde o problema já é mais grave, eles acham que 15 hectares já servem para resolver o problema. E nós tentamos provar que pequena propriedade, como se sabe pela experiência daqui, não resolve muita coisa.

LIBERDADE SINDICAL

A autonomia e a liberdade sin-

dical — participando inclusive da criação de uma Central Geral Sindical, onde estariam reunidas todas as classes de trabalhadores, tanto urbanos como rurais — foi outra das principais colocações do Congresso. Foi decidido adotar uma nova orientação, com os sindicatos intensificando seu trabalho de conscientização a partir de um lema: "a libertação só acontece a partir da própria luta do agricultor".

O Sindicato é do agricultor e deve ser feito por ele, pois a participação na vida do Sindicato não é uma questão de importância, mas até um dever de cada trabalhador. O sindicato não é da diretoria e muito menos do Governo, pois isso impede que se mostre o verdadeiro papel do sindicalismo, que é reivindicatório. A assistência, qualquer que seja ela, deve ser apenas um serviço que o Sindicato presta e não um meio de reunir os agricultores.

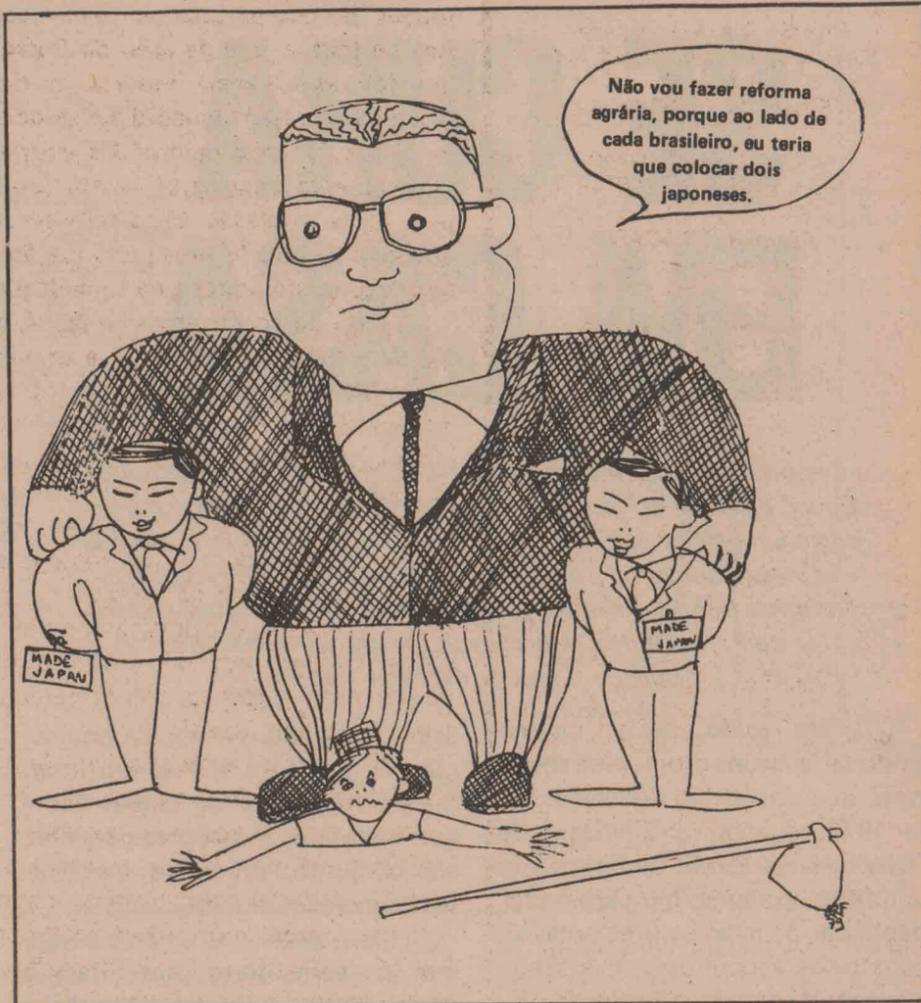
POLÍTICA AGRÁRIA

O enquadramento sindical mais uma vez foi debatido, surgindo a proposição de que os agricultores, proprietários de um até três módulos possam optar pelo Sindicato ao qual querem se associar, se o Patronal ou o de Trabalhadores. Atualmente, quem tem área igual superior a um módulo (25 hectares no caso de lavoura de soja ou trigo, por exemplo) deve contribuir para o sindicato dos empregadores.

Em relação à política agrária, a comissão e o plenário, mais tarde, destacaram a importância de existir um crédito fundiário em condições favoráveis, onde a própria terra sirva como garantia. As reivindicações são no sentido de que o crédito seja concedido exclusivamente a trabalhadores rurais com pouca ou sem terra, sem limite de idade; para qualquer tamanho de área, respeitado o limite máximo de até um módulo da região e que alcance 100 por cento do valor da terra.

Como a política agrícola vem beneficiando exclusivamente os grandes proprietários, o Congresso propôs que sejam suprimidos os incentivos e estímulos às grandes empresas agropecuárias voltadas a produzir para exportar. Estes incentivos devem ser dirigidos aos pequenos proprietários, cuidando assim do abastecimento interno, ou às suas Cooperativas.

Foi pedido também um seguro agrícola para quaisquer tipos de



Além das vaias, Delfim Neto recebeu um folheto onde, junto desta ilustração, os trabalhadores haviam selecionado algumas frases que ele dissera à respeito da Reforma Agrária.

produtos, que garanta toda a produção estimada, a partir da produtividade média regional de cada produto, com base em preço mínimo justo e que seja resgatado pelo agricultor até 30 dias depois do sinistro (geada, seca, etc), com a verificação de um organismo estatal. Conta Carlinhos:

— Como se propôs que o seguro agrícola substituísse o Proagro, ficamos mais de uma hora discutindo sobre isso. Acontece que o pessoal do Nordeste nem sabia o que era Proagro. Então tivemos que explicar que ele é mais um seguro para as instituições bancárias do que para o próprio agricultor.

POSIÇÕES CLARAS

Na área da previdência social rural havia centenas de coisas para tentar mudar. Entre as principais alterações pedidas está a aposentadoria por tempo de serviço (aos 35 anos de atividade comprovada) ou então por idade, mas diminuindo dos atuais 65 anos para 55 anos para o homem e 50 anos para a mulher. Outra mudança necessária é no sentido de que a incapacidade de trabalho seja verificada em relação à atividade rural desenvolvida pelo agricultor. Isso é para casos onde o produtor sofre um acidente, por exemplo, e perde uma mão, e a legislação não prevê sua aposentadoria por invalidez.

Foi reivindicada também a eliminação das taxas complementares de exames e a participação do agricultor nas despesas com assistência médico-hospitalar. Chegou a ser pedida uma proibição nestes pagamentos, bem como o direito de livre escolha de médicos e hospitais por parte do agricultor.

Uma das preocupações na área da legislação trabalhista foi quanto a reformulação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), pois está existindo uma pressão para que seja eliminado o prazo de dois anos que o assalariado tem para reclamar seus direitos na Justiça depois de demitido do emprego. Uma posição bem clara, também nesta parte de legislação, foi tomada contra a extensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ao trabalhador do meio rural, como já existe nas cidades. O FGTS só criaria uma maior instabilidade no emprego.

O Congresso foi muito importante, na opinião de Carlos Karlinski e também de José Barasuol, mesmo que o número total de participantes tenha sido um pouco grande demais para permitir uma perfeita organização. Mas ele não se resumiu nos cinco dias de estudo. Muita coisa já vinha sendo preparada com antecedência e o maior trabalho é a continuação que deve existir agora, levando as bases a participarem das discussões.

DOENÇA SE CURA EM CASA

Depois de muitas marchas e contra-marchas, falta agora muito pouco para que o Programa de Saúde Comunitária comece a ser posto em prática pela Cotrijuí. Dois médicos foram selecionados e vieram conversar com a equipe de condução do programa (formada por agricultores, representantes de Sindicatos, pessoal da Fidene e da Cooperativa), mostrando-se bastante dispostos a desenvolver este trabalho.

Parece, então, que sai mesmo do papel a Saúde Comunitária, assunto que vem sendo discutido desde 1976, quando o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ijuí reuniu os líderes do município para tentar identificar os maiores problemas vividos pelos agricultores. E a saúde apareceu disparada em primeiro lugar, naquele momento, antes mesmo dos problemas de falta de terra e de união entre a classe. De Ijuí a discussão sobre saúde foi ampliada para os outros municípios da área de atuação da Cotrijuí, depois de se concluir que a construção de um Hospital, primeira sugestão dos agricultores para solucionar o problema, não evitaria que a questão saúde fosse definitivamente resolvida. A experiência da Cooperativa com o Hospital Santa Teresinha, que ela possui e administra em Santo Augusto, comprova exatamente isto. Num hospital se tenta curar as doenças, mas não é esta a melhor forma de preveni-las. E o que é melhor? Tratar uma doença ou evitar de ficar doente?

CONDIÇÕES DE VIDA

De tudo o que se pensou, surgiu uma alternativa que começou a ser estudada: o trabalho de saúde comunitária desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado na vila São José do Murialdo, em Porto Alegre. E o pessoal foi lá conferir, em janeiro de 1977. Ali as doenças, antes de tratadas são, quando possível, evitadas. E a própria comunidade procura identificar suas necessidades de saúde, os tipos e qualidade de serviços que deseja. O médico e o hospital não são, portanto, as principais figuras. São elementos de apoio, que ajudam a atacar e eliminar as causas das doenças: alimentação deficiente ou mal equilibrada, más condições de higiene e do pró-

prio local onde vive aquela população. O médico é apenas um líder, mais uma pessoa da comunidade, que orienta os moradores para que, em conjunto, procurem melhorar suas condições de vida.

"Isto pode nos servir", pensaram os agricultores que foram a Porto Alegre, começando então a discutir as possibilidades de implantar na região alguma coisa semelhante. "Mas é preciso adaptar às nossas condições, porque aqui não é cidade", também todos concordaram. E aí começou, então, toda uma movimentação: reunião nos núcleos de associados, explicações sobre o que é saúde comunitária, como poderia ser desenvolvida aqui, visita dos médicos e coordenadores do programa na Unidade Sanitária de São José do Murialdo e assim vai. A Cooperativa então, como pri-



Maria Silveira



Alexandre Kayser

meiro passo, fez um convênio com a Secretaria da Saúde, custeando seis bolsas de estudo para residências médicas (especialização dos médicos em saúde comunitária), enquanto os elementos do Murialdo elaboravam um projeto a ser implantado na região.

EXPECTATIVA FRUSTRADA

Criou-se uma expectativa enorme em torno do assunto. Vieram médicos que se dispunham a desenvolver o programa. Foram feitas muitas reuniões e se conversou também muito. Mas acabou não dando certo, como explica Rui Polidoro Pinto, da assessoria de Comunicação e Educação da Cooperativa e um dos integrantes da equipe de condução:

— Os médicos convidados para coordenar o programa já haviam trabalhado no Murialdo e, portanto, defendiam este sistema de saúde. Mesmo assim exigiram condições salariais e mesmo de execução do projeto que consideramos absurdas. Para nós não servia.

E parecia que todo trabalho feito até então estava perdido. Na-

quela época, a Comissão de Saúde ainda não conseguira definir claramente seus objetivos. Concordavam entre si que a saúde comunitária seria uma excelente alternativa. Mas era melhor esperar um pouco mais, discutir novamente o assunto e identificar claramente o que se estava pretendendo. E foi isso o que se fez durante todo ano passado. Foram então retomadas as conversações com a Secretaria da Saúde, assinando um novo convênio, selecionando médicos e trazendo-os para conversar.

UM TRABALHO DIFERENTE

Maria Silveira e Alexandre Kayser são os nomes dos médicos escolhidos. Ela trabalhou dois anos na Unidade de Murialdo e ele, formado no ano passado, já vinha há algum tempo pensando também em praticar um tipo de medicina um pouco diferente da tradicional. Eles explicam como entendem o trabalho que irão desenvolver junto dos associados.

— A nossa atuação será, em primeiro lugar, no sentido de conhecer as pessoas com quem iremos



Na reunião da Comissão de Saúde surgiram as definições

conviver, sentir suas necessidades e expectativas. Realizar um levantamento das condições sanitárias, alimentares, etc. De vida, enfim, desta população. Isto prevê então um trabalho bastante diferente daquele restrito a um consultório, do relacionamento médico-paciente. Tanto que provavelmente estaremos no ambulatório apenas metade do dia. Na outra estaremos visitando os agricultores, conversando.

Eles não são especialistas de coração ou de olhos, pulmões, crianças, mulheres ou homens. São médicos generalistas, que entendem de tudo um pouco e são capazes de resolver grande parte dos problemas que normalmente levam uma pessoa a procurar um médico.

Existe um dado interessante sobre isso, obtido através de uma pesquisa da Associação Colombiana da Faculdade de Medicina: num grupo de 1000 pessoas (representando um número de 200 famílias), 548 eram completamente saudáveis. As outras 452 se queixavam de alguns males existentes ou prováveis. Destas, apenas 63 foram encaminhadas para consultas médicas enquanto apenas duas precisaram de hospitalização. Isso quer dizer que 389 pessoas que achavam estar doentes, fariam consultas desnecessárias. Isso comprova que os médicos comunitários podem perfeitamente resolver a maioria dos problemas, como demonstrou outro estudo, agora da ONU (Organização das Nações Unidas) de que 90 por cento das doenças não precisam de especialistas.

LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS

A Maria e o Alexandre ficarão residindo inicialmente em Ijuí, para onde devem vir no mês de agosto deste ano. Mesmo estabelecidos

aqui, eles manterão contato também com agricultores de outros municípios da área de ação da Cotrijuí. Primeiro se pensava em deslocar um deles para outro lugar, talvez Chiapetta ou Miraguai. Mas na reunião da Comissão de Saúde da qual participaram (no dia 25 de maio), se achou mais conveniente os dois iniciarem lado a lado o trabalho, porque nesta primeira fase eles dedicarão boa parte de seu tempo em levantamentos de problemas da comunidade, para depois realmente começar a orientar e auxiliar no que for possível. Seu papel será semelhante ao dos antigos médicos da família, que conhecem bem as pessoas e sabem dos problemas que elas vivem.

Os dois, por exemplo, não farão necessariamente cirurgias. Quando aparecer algum caso que necessitar de internamento hospitalar eles encaminharão o doente a um médico especialista para aquele específico problema. É claro que também saberão resolver os casos urgentes, como uma apendicite, um parto e assim por diante. Mas, sempre que possível, este atendimento será feito por outro médico e eles apenas darão acompanhamento ao caso. Desta forma o médico comunitário não irá resolver absolutamente todos os problemas e nem será pau para toda obra.

A COMUNIDADE É RESPONSÁVEL

É por isto que este sistema de saúde inclui a participação de voluntários que fazem parte da própria comunidade. Estes são chamados, em todo mundo, de "médicos de pé no chão", pois orientam seus vizinhos, fazem pequenos curativos, aplicam injeções. Eles são elementos de ligação entre o médico e a comunidade. Aqui acontecerá a



mesma coisa. Tanto que duas pessoas serão treinadas até agosto na Unidade Sanitária de Murialdo, onde além da parte técnica que complementará um curso realizado no Hospital Santa Teresinha, receberão instruções sobre a filosofia da saúde comunitária. E esta é muito simples, como explica a médica Maria:

— A própria comunidade é responsável pelos serviços de saúde que utiliza. Sem a sua participação efetiva, o médico não pode fazer muita coisa no sentido de evitar que as doenças aconteçam.

— Os resultados do nosso tra-

balho, continua Alexandre, não poderão ser medidos em um ou dois anos. Inclusive porque não temos nenhum dado anterior para compará-lo. Não será de uma hora para outra que tudo será resolvido, mesmo porque a própria comunidade deve primeiro identificar exatamente o que está querendo.

E esta, é para eles, a parte mais difícil do programa. A conscientização da comunidade para este sistema de saúde, passando a acreditar que muitos de seus problemas podem ser perfeitamente resolvidos fora de um hospital ou de um consultório médico.

Será pedir demais ?

Um documento contendo 600 assinaturas de agricultores de Chiapetta foi elaborado pela Comissão de Saúde do município reivindicando um melhor atendimento médico na região. Elaborado em 17 de fevereiro deste ano, o documento acabou de reunir as assinaturas no final de março, sendo enviado no mês seguinte para o Ministério da Previdência e Assistência Social, Funrural, INPS, Prefeitura de Chiapetta, Unimed, Cotrijuí e outras organizações.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chiapetta, com sede no mesmo município, congregando agricultores associados entre pequenos proprietários e assalariados rurais, perfazendo aproximadamente 85% da população do município (6.000 habitantes), por seus membros e associados, vem expor e reivindicar a quem de direito, o seguinte:

1) A exemplo de outros Sindicatos de Trabalhadores Rurais de nossa região, criamos em 1977 uma Comissão de Saú-

de composta de agricultores e representantes de outras instituições que direta ou indiretamente atuam na área de saúde de nosso município. Esta Comissão tem como objetivos principais: Tratar dos problemas de saúde dos agricultores, ouvindo-os em seus problemas, suas reivindicações, etc., tentando globalizar uma solução a nível da comunidade.

2) Este Sindicato é órgão fiscalizador do convênio existente entre o Hospital de Chiapetta, de propriedade do médico Dr. José Joaquim de Mello, e o Funrural atualmente no valor global de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) mensais, e mais o Convênio Ambulatorial assinado com este Sindicato e a Unimed de Ijuí, para prestação de serviços médicos no Ambulatorial do Sindicato, no valor de Cr\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos cruzeiros) mensais, sendo designado pela própria Unimed e o Dr. José Joaquim de Mello.

Salienta-se que o convênio do Fun-

rural, como de praxe, só atende agricultores do município, no próprio município sem poderem usar estes benefícios em outro hospital e mais, o valor do convênio é considerado baixo em função do pequeno número de atendimentos.

3) Tanto a direção deste Sindicato como a comissão de Saúde vem realizando reuniões no interior do município há mais de 2 anos, além de outros encontros com entidades congêneres da região, e constatou o descontentamento dos agricultores associados quanto ao atendimento Médico-Hospitalar de nosso município. Fazendo com que esta Comissão já mantivesse vários contatos com o médico local e a Unimed de Ijuí, expondo o fato e solicitando a vinda de outro profissional (médico) para prestar seus serviços em Chiapetta.

Face ao Exposto, esta Comissão de Saúde reunida no dia 17 de fevereiro do corrente ano, em Chiapetta, elaborou um documento reivindicatório com a aprovação dos agricultores abaixo assinados, nos

seguintes ítems:

a) Um melhor atendimento médico compreendendo hospitalar, ambulatorial e farmacêutico.

b) A designação, por parte da Unimed ou outra instituição, de outro profissional para auxiliar o atual médico no atendimento, quer no hospital ou ambulatorio de nossa comunidade.

c) Um aumento das verbas dos convênios hospitalar e ambulatorial, bem como, fornecimento de remédios do CEME em maior quantidade.

d) Este Sindicato através de sua Comissão de Saúde quer participar mais ativamente na solução dos problemas de saúde, por ser de sua competência e direito, sem querer atingir ou milindrar pessoas quem quer que seja.

Certos de termos expressado a verdade e interpretado a manifestação dos nossos associados, assinamos esta reivindicação contando com a compreensão dos órgãos e entidades a este problema vinculado.

ASSIM NÃO PODE FICAR

O povo sempre teve problemas de doença. Mas nunca se preocupou tanto como agora, diz Antoninho Boiarski Lopes, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chiapetta. E explica: a falta de dinheiro não era tão sentida como hoje, talvez porque as safras iam melhor ou tudo não custava tão caro. Quando o agricultor ou alguém de sua família fica doente está correndo o perigo de ficar até sem a terra para pagar as despesas.

Então é natural a preocupação dos sindicatos que reúnem os agricultores em tentar resolver o problema. Mas sozinho é muito difícil, eles argumentam, pois os sindicatos perderam há muito tempo seu poder de verdadeira representatividade de uma classe de trabalhadores, de reivindicar e conseguir as coisas. Por isso buscaram também o apoio da Cooperativa, formando aqui na região Comissões de Saúde para ouvir os problemas dos agricultores, encaminhar soluções, dialogar com representantes de instituições e assim por diante.

SUPERANDO AS DEFICIÊNCIAS

Surgiu então um programa de saúde comunitária (veja a matéria sobre isso) e um convênio de prestação de serviços com a Unimed, que é uma cooperativa onde os médicos se reúnem sem fins lucrativos, numa equipe de trabalho para atender a população que os procura. Este convênio, que provavelmente será renovado no mês de julho, atende atualmente 15.204 beneficiários, entre associados, funcionários e seus respectivos familiares. Por mês a Cooperativa paga a Unimed Cr\$ 1.620.000,00. Os médicos ainda recebem uma taxa em cada consulta realizada e os hospitais cobram uma diferença entre o internamento da segunda para a primeira classe quando este acontece.

Não é difícil de perceber a razão de surgirem planos como o de saúde comunitária, convênios com a Unimed, aquisição de um hospital pelos agricultores. São formas, as primeiras encontradas, para superar as deficiências dos serviços de assistência médica e previdência rural que são dispensados à população. No mês passado o Cotrijornal publicou um material extenso (Previdência Rural: até as benzeadeiras são mais eficientes), onde alguns

dos problemas eram levantados. Não foi nem o início e nem o final de uma ampla discussão sobre o assunto, pois há muita coisa mais ainda para ser colocada.

CONTRIBUIÇÃO CONFUSA

Um exemplo disso foi uma reunião do Sindicato dos Empregadores Rurais de Ijuí, fundado há pouco tempo no município. Nesta Assembléia, realizada na noite de 24 de maio, a principal preocupação foi discutir o pagamento das contribuições atrasadas para o Funrural. Os agricultores que possuem empregados ou uma propriedade de área superior a um módulo (25 hectares), devem recolher anualmente para o Funrural 12 por cento sobre a décima parte da produção comercializada, além dos 2,5 por cento descontados automaticamente na venda do produto. Esta contribuição, não pode ser inferior ao valor do maior salário mínimo no País (Cr\$ 2.268,00) e nem maior do que 10 salários (Cr\$ 22.680,00). E isto está dando margem a uma confusão enorme: a maioria dos empregadores rurais nunca fez este pagamento que é obrigatório desde 1975.

Reinhold Luiz Kommers, presidente provisório do Sindicato, calcula em pelo menos 65 por cento o número de produtores que têm suas contribuições atrasadas. Alguns não pagaram simplesmente por não saber que existia esta lei, outros acharam desnecessário ou foram mal informados. As contribuições então foram se acumulando, recebendo multas, juros e correção monetária e hoje, para pagá-las, muitos não terão nem dinheiro suficiente:

— Certa ou errada, a lei deve ser cumprida. E de ano para ano o valor está sendo duplicado.

O pessoal que participou da Assembléia não se mostrou absolutamente favorável ao pagamento da contribuição e, muito menos, aos juros, multas e correção monetária. O que também diziam não poder entender foi como as instruções sobre a obrigatoriedade das contribuições não chegaram até eles. Elzevir Viecili, um dos mais contrários a este pagamento, contava:

— Não somos nós os culpados de não termos recolhido. Desde que eu nasci o Governo tem o meu endereço. Manda

o Imposto de Renda, o Imposto da Terra para eu pagar, mas não me avisaram que tinha que recolher ainda para o Funrural. E agora vão querer me cobrar tudo junto?

O Governo vai cobrar sim. Isto o ministro Jair Soares disse bem claro para o presidente do Sindicato quando Kommers entregou um documento — cuja elaboração foi decidida na Assembléia — pedindo a isenção do pagamento, pelo menos dos juros, multas e correção monetária. Ele vai perdoar as multas (e só as multas), se pagas até 25 de junho.

SÓ DEVERES. POUCOS DIREITOS

Quem não tem o comprovante do pagamento da contribuição, que é paga através de um carnê nos bancos, não pode, por exemplo, vender sua terra e corre ainda o perigo de sofrer uma ação judicial exigindo a cobrança. E mesmo pagando quantias que alcançam às vezes números espantosos — como é o caso do associado Olmiro Stefanello, de Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul, que pagou ano passado Cr\$ 320.000,00, ou mesmo de Reinhold Kommers, que entre previdência e Unimed pagou Cr\$ 160.000,00 — os direitos de assistência são praticamente inexistentes. Diz seu Kommers:

— O empregador só tem deveres, e muitos, e os direitos são poucos.

Em Ijuí, e em todos outros municípios onde os hospitais não mantêm convênios para atender o empregador rural, é o próprio agricultor quem deve pagar todas as despesas e solicitar mais tarde um reembolso do Funrural. Só que o dinheiro que volta é bem menos do que aquele pago, pois obedece as tabelas de valores pagos aos Hospitais pela previdência. E estas são bastante inferiores aos preços de uma baixa particular. Isso quando vêm o reembolso, pois muita gente até já desistiu pela demora que normalmente acontece.

Para contornar também este problema, já que o Hospital não parece muito disposto em assinar o convênio (e justifica que é o Funrural quem não o procurou mais para acertar os termos a estabelecer), o Sindicato tem uma proposta para ser estudada: um convênio entre o Funrural e a Unimed. O acordo seria mais ou menos no sentido da verba do Funrural servir para pagar a diferença no hospital, dando

atendimento em primeira classe aos empregadores que participassem do convênio da Cotrijunf com a Unimed.

FUNRURAL DESACREDITADO

Muita gente já desacreditou do Funrural, preferindo passar a contribuir para o INPS como autônomo (no caso de ter um caminhão e fazer fretes, por exemplo). Mas mesmo assim ainda estão devendo ao Funrural, pois a maioria não pediu baixa desta contribuição. Acabam então sendo obrigados a pagar duas vezes para a previdência. O Funrural não perdoa as dívidas atrasadas e o INPS está recebendo normalmente. Os empregadores nesta situação devem ir o mais rápido possível na agência do Funrural de seu município pedir a isenção do pagamento, pois as contribuições devidas já estão todas lá acumuladas.

Realmente é de não concordar com isso, volta a repetir Kommers. Mas é assim que o Governo exige, "então não vamos nos complicar mais ainda neste momento".

Outra coisa que o pessoal mostrou não estar certa, e é uma opinião unânime entre agricultores, tanto faz se classe patronal ou de trabalhadores, é a aposentadoria aos 65 anos de idade. Surgiu até a afirmação, num tom de brincadeira, de que o Governo deveria aposentar o produtor por safra. Mas no falar sério pedem ao menos uma equiparação ao trabalhador urbano, que se aposenta por tempo de serviço e não por idade. Aos 65 anos, o agricultor já trabalhou no mínimo 50, quando não 55 anos e, ao se aposentar, não tem nem mais graça. Ou entregaram já a granja para os filhos, no caso de alguns empregadores, ou não têm mais força, como empregados ou pequenos produtores para trabalhar, porque a minguada aposentadoria que recebem (meio salário mínimo) precisa ser complementada com alguma atividade. A aposentadoria dos empregadores é calculada de acordo com a produção comercializada nos últimos três anos. Mas se dá um azar de frustrar alguma safra a aposentadoria também acaba sendo pouca (mesmo que não possa ser inferior ao valor de 90 por cento do maior salário mínimo do País). E com este dinheiro, ninguém sobrevive.

Cansado de esperar.

Carlos Krüger já cansou de correr de um lado para outro, reunir papelada e buscar informações para saber quando será reembolsado pelo Funrural das despesas que fez, há dois anos atrás, com uma operação da esposa.

Aconteceu o seguinte: a baixa hospitalar foi feita através da Unimed, já que ele participa do convênio. Como sua esposa ficou internada na primeira classe ele pagou diferença (a Unimed cobre apenas a segunda classe) com seu próprio dinheiro:

— Paguei esta importância, não me lembro, mas foram mais ou menos Cr\$ 3.500,00, e me informaram lá no próprio

hospital que eu poderia solicitar um reembolso do Funrural.

Na agência do Funrural de Ijuí recebeu instruções sobre os dados que deveriam ser enviados, como recibos de pagamento, etc., para Porto Alegre:

— Foi uma caminhada louca para reunir o que pediam. Mande tudo para lá e daqui a pouco voltou tudo de novo, pedindo mais dados. Mande outra vez e voltou novamente, pedindo agora coisas como a importância gasta com medicamentos. E isto tinha sido pago pela Unimed.

Seu Krüger está esperando até hoje para saber alguma coisa concreta sobre o

caso. Até mesmo amigos, que foram a Porto Alegre, procuraram se informar. A última notícia que ele tem, foi uma recomendação no seguinte sentido: "querendo desistir do reembolso, é só avisar".

— Desistir eu não desisto, mas já cansei de esperar. Na hora de cobrar a contribuição para o Funrural são rápidos. É só a gente atrasar que eles multam, cobram juros e correção monetária. Mas na hora de pagar, são demorados. O melhor seria se a gente nunca precisasse deles, mesmo contribuindo. O pior é que não tenho nenhum comprovante dos pagamentos. Me confiei no órgão e não guardei os documentos.



Carlos Krüger

APOIO E MUDANÇAS

A Comissão de Saúde elaborou um documento, onde eram contados todos os passos que levaram à implantação do programa de Saúde Comunitária, para entregar ao ministro da Previdência e Assistência Social, Jair de Oliveira Soares, durante sua visita a Ijuí, no domingo, dia 27. Ao mesmo tempo, o presidente do Sindicato dos Empregadores Rurais do município aproveitava para levar um ofício ao ministro, pedindo a isenção do pagamento de juros, multas e correção monetária sobre as contribuições que deixaram de recolher desde 1975, quando foi instituída esta contribuição.

O encontro entre os associados da Cotrijuí e o ministro não foi muito demorado. Anatalino dos Santos, representando a Comissão de Saúde, foi quem entregou o documento, onde se pedia apenas o apoio do ministro para o programa que a Cooperativa está implantando. Jair Soares, é claro, não pôde negar. Afinal foi ele mesmo, como secretário da Saúde do Estado — cargo que ocupou por oito anos — quem deu o maior incentivo ao sistema de saúde comunitária, criando este serviço na Unidade Sanitária de São José do Murialdo. Mas deixou bem claro, também, que será preciso cuidar para que não aconteçam os desperdícios da duplicidade. Com isso, quis dizer que o atendimento a uma mesma população não deve ser feito duas vezes, através dos médicos comunitários e por instituições já estabelecidas, como os ambulatórios do Funrural ou os postos de saúde nas cidades.

APROVEITAR O MOMENTO

Mas já que a Comissão de Saúde estava ali, o pessoal não deixou passar o momento para fazer outras reivindicações. Afinal, não é sempre que se fala direto com um ministro, ainda mais se ele atua numa área que está preocupando tanto o produtor. Então colocaram alguns problemas, sugerindo medidas que a Previdência poderia tomar:

1) Criar a carteira do Funrural para que o agricultor tenha assistência em qualquer hospital e em qualquer lugar do Brasil.

2) Desvinculação do Funrural do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social).

3) Ampliar o número de convênios para a área odontológica

4) Que o Funrural pague os hospitais por serviços prestados e

não com verbas fixas mensais.

5) Reajustar o valor dos convênios odontológicos simultaneamente aos salários recebidos pelos profissionais, pois os sindicatos estão sendo prejudicados: dão aumento aos dentistas mas a verba do Funrural não é reajustada.

6) desvincular a assistência do módulo rural.

Jair Soares afirmou concordar com cinco das sugestões, falando inclusive que o Ministério deverá adotá-las dentro de algum tempo. Só não aceitou a proposta de desvincular o Funrural do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social), argumentando que se os agricultores desejam receber o mesmo tratamento dos trabalhadores urbanos na área previdenciária, não é correto separar estes dois órgãos. O Funrural será recriado, mas não como um órgão autônomo e sim como responsável pelo desenvolvimento de um programa conjunto no INAMPS.

DÍVIDAS SEM PERDÃO

Reinholdo Luiz Kommers, presidente do Sindicato dos Empregadores Rurais, também recebia uma informação do ministro ao entregar seu ofício: "Não poderemos perdoar as contribuições atrasadas". Kommers argumentou que os agricultores estão sem dinheiro, devido às frustrações de safra, e que assim será muito difícil pagar as contri-

buições devidas. O que a previdência pode fazer, segundo Jair Soares, é apenas anistiar as multas, pois não se pretende desestimular aqueles que pagam suas contribuições em dia. Para quem saldar seus débitos até o dia 25 de junho, não será feita a cobrança das multas. Até o dia 25 de julho a redução é de 80 por cento, e até 25 de agosto de 60 por cento.

DOCUMENTO DOS MÉDICOS

Os médicos que participaram da 3ª. Jornada Médica, que foi inclusive encerrada com um discurso do ministro, também elaboraram um documento, através de uma Comissão de Medicina Social. Nele afirmam que a "assistência médica do Funrural está longe de ser considerada a ideal como se apregoa". Eles sugerem que a assistência ao trabalhador do campo seja igual ao trabalhador urbano de forma progressiva em qualidade, quantidade e forma de pagamento.

Neste documento é colocado que os convênios permitem distorções tão acentuadas que a classe médica está sendo responsabilizada pela pouca assistência que existe. O sistema de verbas globais distribuídas às entidades são muitas vezes insuficientes — mesmo com subsídios distintos — e sem controle efetivo, o que provoca distorções com prejuízos aos participantes dos convênios, principalmente ao beneficiário. Falam inclusive que os convênios não estão sendo cumpridos à risca pelas partes; a determinação dos percentuais de contribuições possibilita que surjam permanentes dúvidas; as dependências hospitalares colocadas à disposição dos beneficiários são foco de constante atrito entre as partes; a cobrança de complementação de honorários médicos gera desconfiança e animosidade com prejuízos do profissional.

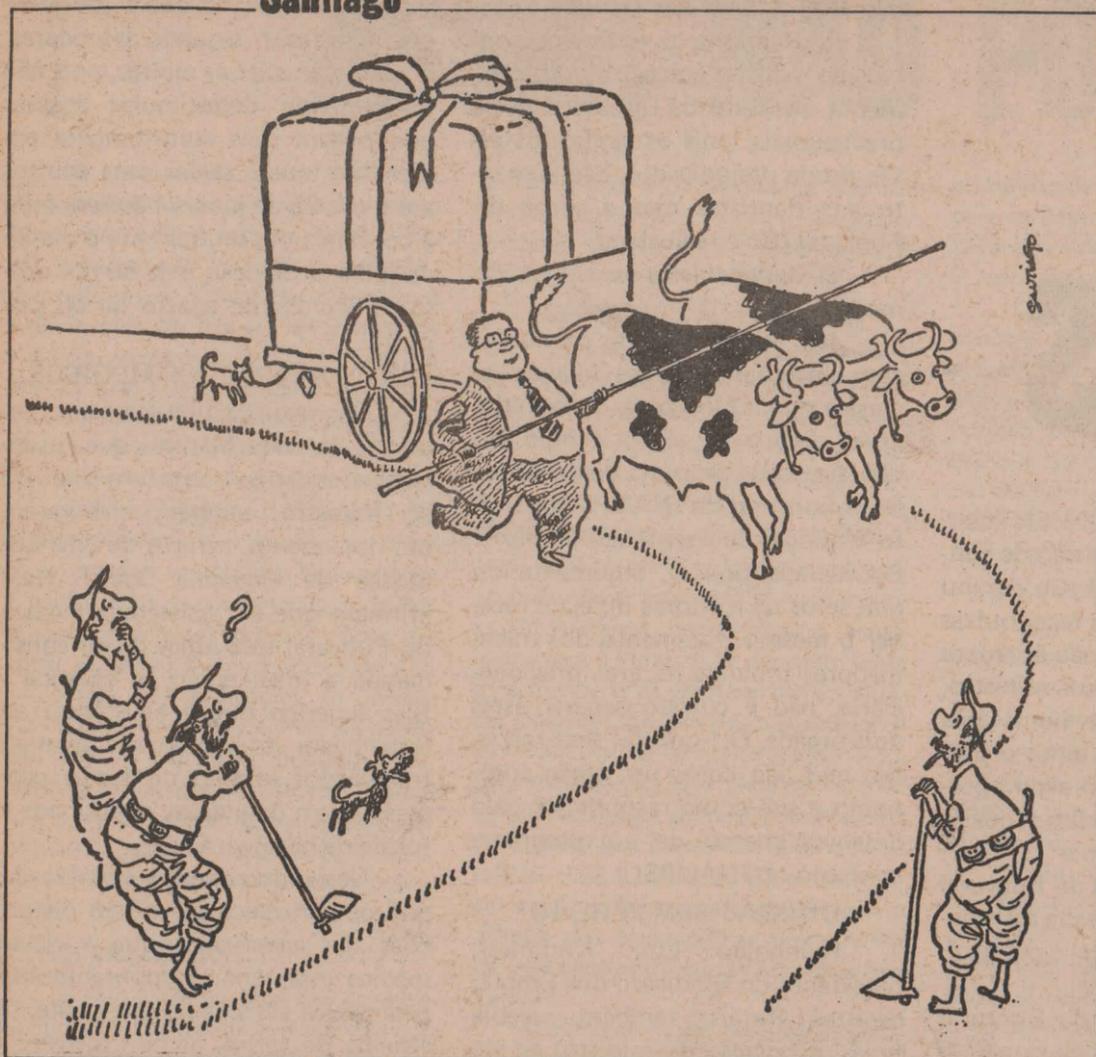
Como prova da ineficiência do sistema, os médicos salientam a fuga dos agricultores com maiores recursos para a previdência urbana (ligando-se ao INPS), contribuindo para isso as facilidades de pagamento através dos carnês bancários.



Jair aos agricultores: só não concordo com a desvinculação do Funrural do INAMPS

Agir juntos é crescer sempre.

COTRIJUI
— A FORÇA DA UNIÃO.



O PACOTE AGRÍCOLA

As medidas anunciadas no Pacote certamente irão facilitar o acesso ao crédito rural, pois a burocracia diminuiu bastante. Mas elas não tocam na estrutura fundiária, causa principal das muitas distorções existentes hoje na Agricultura.

① - PECUÁRIA

"A mudança" - A elevação dos prazos de financiamento para aquisição de matrizes e reprodutores nos empréstimos para pequenos e médios produtores, de 5 para 8 anos, mas apenas nos chamados projetos integrados.

"Como era" - Os pagamentos tinham que ser feitos em 5 anos; como havia carências de até quatro anos, muitos pecuaristas acabavam precisando liquidar seus empréstimos em apenas 12 meses.

② - ALIMENTAÇÃO:

"A mudança" - os mini e pequenos produtores rurais têm permissão para reter até 30 por cento da produção colhida em uma frustração de safra para alimentação de sua família, quando dos cálculos para efeito de indenização pelo proagro (programa de apoio à atividade agropecuária).

"Como era" - o produtor que tivesse tido uma frustração de safra precisava entregar todo o restante de sua produção ao governo, para cobrir parte de seu débito junto ao proagro, não ficando nada com que sustentar a família até a liberação do próximo financiamento de custeio.

③ - PROAGRO

"A mudança" - Tornar o proagro obrigatório para todos os produtores que utilizam o crédito rural.

"Como era" - a adesão era voluntária, sendo difícil a adesão de produtores situados em regiões onde os problemas climáticos são de rara ocorrência.

④ - INDENIZAÇÃO

"A mudança" - incluir nas indenizações do Proagro os juros correspondentes às parcelas cobertas.

"Como era" - os encargos financeiros ficam por conta do produtor. Se a indenização demorava seis meses para chegar, como normalmente ocorre, o lavrador era obrigado a pagar de seu bolso os juros desse período.

⑤ - CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL

"A mudança" - permissão para que os bancos aceitem realizar contratos individuais de crédito para mini e pequenos produtores, a partir dos relatórios sobre cadastros, orçamentos e assistência técnica feitos pelo pessoal dos serviços de extensão rural.

"Como era" - depois de prestar informações ao pessoal da extensão rural, o lavrador tinha que perder tempo preenchendo nova proposta no banco.

⑥ - PRE-EGF

"A mudança" - amplia-

ção do esquema de compra antecipada de safra pelo governo, para apoiar mini e pequenos produtores rurais. Experiência feita no nordeste deu bons resultados. É a institucionalização da Pre-Egf, pelo qual as cooperativas recebem um adiantamento para pagar os produtores por conta da colheita que vão receber.

"Como era" - As cooperativas não tinham dinheiro para fazer isso e os mini e pequenos produtores não tinham possibilidades de levar sua produção para classificação e estocagem nos armazéns do governo, perdendo muitas vezes, a possibilidade de vender até pelo preço mínimo oficial.

⑦ - CUSTEIO

"A mudança" - Desvinculação entre os cálculos para fixação de valores de financiamento de custeio e preços mínimos.

"Como era" - O financiamento para custeio variava entre 48 e 60 por cento do total, sendo calculados pela fórmula: área cultivada x produtividade x preços mínimos. Isso dava um valor de custeio abaixo do custo real de produção.

⑧ - CONTA ABERTA

"A mudança" - Considerar os financiamentos de custeio como extra-limite dentro do orçamento monetário.

"Como era" - Até agora havia um limite para essa conta, dentro do orçamento monetário. O Banco do Brasil estava proibido de ultrapassá-lo e arriscava-se a pagar taxas de desconto ao Banco Central pelo "estouro". Em consequência, recusavam-se propostas de custeio por falta de recursos para financiamentos.

⑨ - CLASSIFICAÇÃO

"A mudança" - Alteração na fórmula para classificação dos produtores rurais, criando-se a categoria do mini produtor. Atualmente o produtor tem seu tamanho definido pelo montante de suas dívidas. Com a mudança, o valor da produção passará a definir o tamanho. O mini-produtor é aquele com uma produção até 100 MVR (maior valor de referência, cuja expressão monetária, hoje, é de Cr\$ 1 mil e 500). O pequeno produtor ficará entre 100 e 400 MVR, o médio entre 400 e 2 mil MVR, sendo que o grande produtor será aquele cujo valor da produção passar de 2 mil MVR.

"Como era" - Antes não havia a figura do mini-produtor e as faixas de classificação não eram tantas. O pequeno produtor era aquele com dívidas até 200 MVR, o médio situava-se entre

200 e 1 mil MVR, enquanto o grande produtor era aquele com mais de 1 mil MVR.

⑩ - CHEQUE-OURO RURAL:

"A mudança" - Instituição do crédito rotativo. O produtor assina um contrato de financiamento junto ao Banco e habilita-se à renovação automática desse financiamento sempre que liquidar o anterior. Também está chamado de "cheque-ouro" rural ou agrícola.

"Como era" - Cada operação de crédito terminava em si e para obter novo financiamento o mesmo produtor tinha de proceder a toda burocracia junto ao mesmo Banco, preenchendo nova proposta, apresentando novo orçamento, submetendo-se a nova vistoria, fazendo novo registro da cédula de crédito.

⑪ - SEMENTES

"A mudança" - Permissão para os lavradores comprarem sementes melhoradas antes da apresentação das propostas de crédito, a exemplo do que já ocorre com outros insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos).

"Como era" - Eles somente podiam comprar sementes depois da aprovação de sua proposta no Banco.

⑫ - COOPERATIVAS

"A mudança" - Ampliação das disponibilidades financeiras do BNCC, passando de Cr\$ 250 milhões para Cr\$ 500 milhões o limite para aplicação das disponibilidades em títulos públicos federais junto ao Banco Central do Brasil.

"Como era" - Limite era de Cr\$ 250 milhões.

⑬ - APLICAÇÕES RURAIS

"A mudança" - Elevação de 10 para 25 por cento das aplicações dos bancos em crédito rural especificamente para atender pequenos produtores. E destinação de 10 por cento desse montante (25 por cento) para financiamento exclusivo a mini-produtores. O montante geral de aplicações em crédito rural, porém, não é alterado (15 por cento dos depósitos à vista, segundo a resolução 69 do Banco Central).

"Como era" - Do montante destinado ao crédito rural, os pequenos produtores tinham assegurado apenas 10 por cento. E não havia classificação de miniprodutores, quanto mais dinheiro para apoiá-los.

⑭ - PAGAMENTOS

"A mudança" - Permissão para os pequenos produtores pagarem diretamente seus fornecedores, sujeito à fiscali-



O autor do Pacote, ministro Delfim Netto.

zação posterior do agente financeiro.

"Como era" — O pequeno produtor tinha um crédito no Banco e, em vista disso, qualquer despesa acima de 3 MVR (Cr\$ 465) precisava ser

paga pelo próprio Banco.

15 — LIQUIDAÇÕES DE CUSTEIO

"A mudança" — Prazo de 90 dias após a colheita para o pequeno produtor começar a

pagar o custeio financiado.

"Como era" — Ao prazo de 60 dias.

16 — FEIJÃO

"A mudança" — Para estimular especificamente a produção de feijão, a cobertura do Proagro para esse produto passará dos 80 por cento normais para 100 por cento dos prejuízos eventuais com a frustração da safra, juntamente com as culturas consorciadas (milho e algodão) — no que diz respeito ao financiamento integral do custeio.

"Como era" — Não havia esse tratamento especial para o feijão.

17 — PROAGRO — CDE

"A mudança" — No Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou-se o envio de projeto de lei ao Congresso mudando o Proagro, para permitir que o seguro agrícola tenha cobertura de até 100 por cento naquelas culturas a serem especialmente estimuladas, a critério do Conselho

Monetário Nacional. Pretende-se igualmente estender o amparo do Proagro às contrapartidas de recursos próprios dos produtores.

"Como é" — Atualmente não há essa possibilidade.

18 — PROMISSÓRIA — CDE

"A mudança" — Em outro projeto de lei ao Congresso o CDE aprovou a extinção do aval do produtor na nota promissória rural, juntamente com a eliminação do "direito de regresso".

"Como é" — Hoje, o produtor entrega sua produção ao comprador e recebe com uma nota promissória rural, se o comprador não quitar o título no Banco, o agente financeiro pode acionar o produtor para ressarcir-se.

19 — FUNRURAL CDE

"A mudança" — Em decreto presidencial deverá ser alterada a exigência de certidão

negativa do Funrural para a realização de penhor ou hipoteca pelo produtor rural. A exigência será eliminada.

"Como é" — Hoje esse penhor ou hipoteca não pode ser feito sem a certidão negativa. O que é uma dificuldade, pois não há agências do Funrural em todas as cidades, entre outros problemas burocráticos.

20 — INVESTIMENTOS

"A mudança" — O Conselho Monetário Nacional também decidiu alterar o sistema de taxas de juros cobradas sobre os financiamentos para investimentos, dando vantagens aos produtores que entrarem com maior contrapartida de recursos próprios.

"Como era" — Já funcionava um sistema diferenciado de taxas de juros incidentes nos financiamentos de investimentos agrícolas. Mas não era tão progressivo quanto o novo sistema adotado.

O pacote vai resolver?

Depois de toda a publicidade que cercou a divulgação do chamado Pacote Agrícola, no final do mês de maio, é preciso parar e analisar com calma quais serão os beneficiados com as medidas anunciadas e quais serão as suas primeiras conseqüências. Muito se tem falado que o Pacote irá beneficiar a agricultura em geral e os pequenos produtores em particular, uma vez que, antes, estes últimos quase nada utilizavam do crédito, impedidos pela burocracia e pela falta de conhecimento da realidade agrícola brasileira por parte dos autores das leis.

Entre as medidas anunciadas como benéficas para o pequeno produtor — responsável por mais da metade da produção agrícola do Rio Grande do Sul —, estão, segundo os autores do Pacote, o fim do aval nas promissórias rurais, a criação de um crédito rotativo no banco — que tem renovação automática assim que saldada a dívida anterior — e a permissão para que os bancos realizem contratos individuais de crédito para mini e pequenos produtores, a partir de relatórios sobre cadastros.

Além dessas, a reclassificação dos produtores rurais — com a criação do mini produtor (aquele cuja produção vai somente até Cr\$ 150 mil por ano), é citada como medida altamente positiva para os pequenos. Para completar as alterações tidas como boas para os minifundiários, fala-se na obrigatoriedade do Proagro, que passará a cobrir 100 por cento das culturas estimuladas (ainda não definidas) e, ainda, os juros correspondentes às parcelas cobertas.

Na verdade, todas estas medidas, positivas à primeira vista, possuem um pecado original: não tocam nas causas principais dos problemas vividos hoje pelos pequenos produtores, justamente aqueles que o Pacote pretende beneficiar: O crédito para a compra de terras e a alteração da estrutura fundiária do país, duas das mais caras reivindicações dos pequenos produtores — recentemente confirmadas no Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio, em

Brasília —, não foram incluídas no Pacote. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, inclusive, temem pelas conseqüências que estas medidas podem trazer.

Eles acham que o pequeno produtor, sem dinheiro e em situação difícil, vai naturalmente usar todas as facilidades agora criadas para obter financiamento bancário — sem, entretanto, pensar se pode ou não pagar esse financiamento. "É possível que muitos tenham que vender as suas terras justamente para saldar as dívidas bancárias", dizem os dirigentes sindicais.

Outra grande decepção, esta não só restrita aos pequenos produtores: os agricultores não participaram das discussões que resultaram na adoção das medidas do Pacote, praticamente elaborado somente dentro dos gabinetes ministeriais de Brasília.

Mas nem tudo é negativo. Há pontos do Pacote que realmente irão favorecer o meio rural, como a criação do Pré-EGF (Empréstimo do Governo Federal), uma verba que será colocada à disposição das cooperativas antes da colheita para ser repassada ao produtor, evitando, assim, o desvio da produção. A desvinculação dos financiamentos de custeio dos limites do Orçamento Monetário Nacional, igualmente, trará bons resultados. Os bancos agora não mais recusarão financiar as lavouras porque a verba está "estourada".

Finalmente, deve ser alinhada como medida positiva do Pacote, a intenção de criar um novo cálculo para os preços mínimos, que não serão mais vinculados ao valor do financiamento de custeio. Só que, para deixar a todos mais tranquilos, o Pacote deveria trazer a nova fórmula de cálculo do preço-mínimo, sob pena de tudo continuar como agora: preço desestimulante, que não leva em conta a totalidade dos custos de produção.

O ideal seria que os agricultores, através dos seus sindicatos e cooperativas, pudessem participar da elaboração da nova fórmula de cálculo do preço-mínimo. (M.C.)

Só aplique defensivos em sua lavoura quando for absolutamente indispensável. Consulte sempre um agrônomo para saber qual o produto recomendado. Economize dinheiro e preserve sua saúde. Em cada aplicação você pode estar morrendo um pouquinho.

"Chova ou faça sol", Rodisan controla as doenças do seu trigo.



Efficiência comprovada por órgãos oficiais e triticultores no controle das principais doenças do trigo.

Rodisan tem formulação exclusiva e original: dispensa espalhantes adesivos, oferece efeito mais ativo, melhor distribuição sobre a superfície tratada e maior resistência às chuvas e ventos.

Rodisan acrescenta zinco às plantas: um micronutriente que estimula o desenvolvimento vegetal.

Rodisan é o fungicida que apresenta, graças a presença de óleo em sua formulação, resultados mais regulares nas aplicações aéreas. Evita, inclusive, a formação de "grumos" típicos dos pós-molháveis.

Rodisan é mais seguro: na manipulação, no preparo da calda e na aplicação.

Rodisan não é fitotóxico e não deixa resíduos nas plantas e no solo.

Rodisan é compatível com a maioria dos fungicidas, inseticidas e fertilizantes foliares.

Rodisan é mais econômico.

Rodisan tem assistência técnica CNDIA:

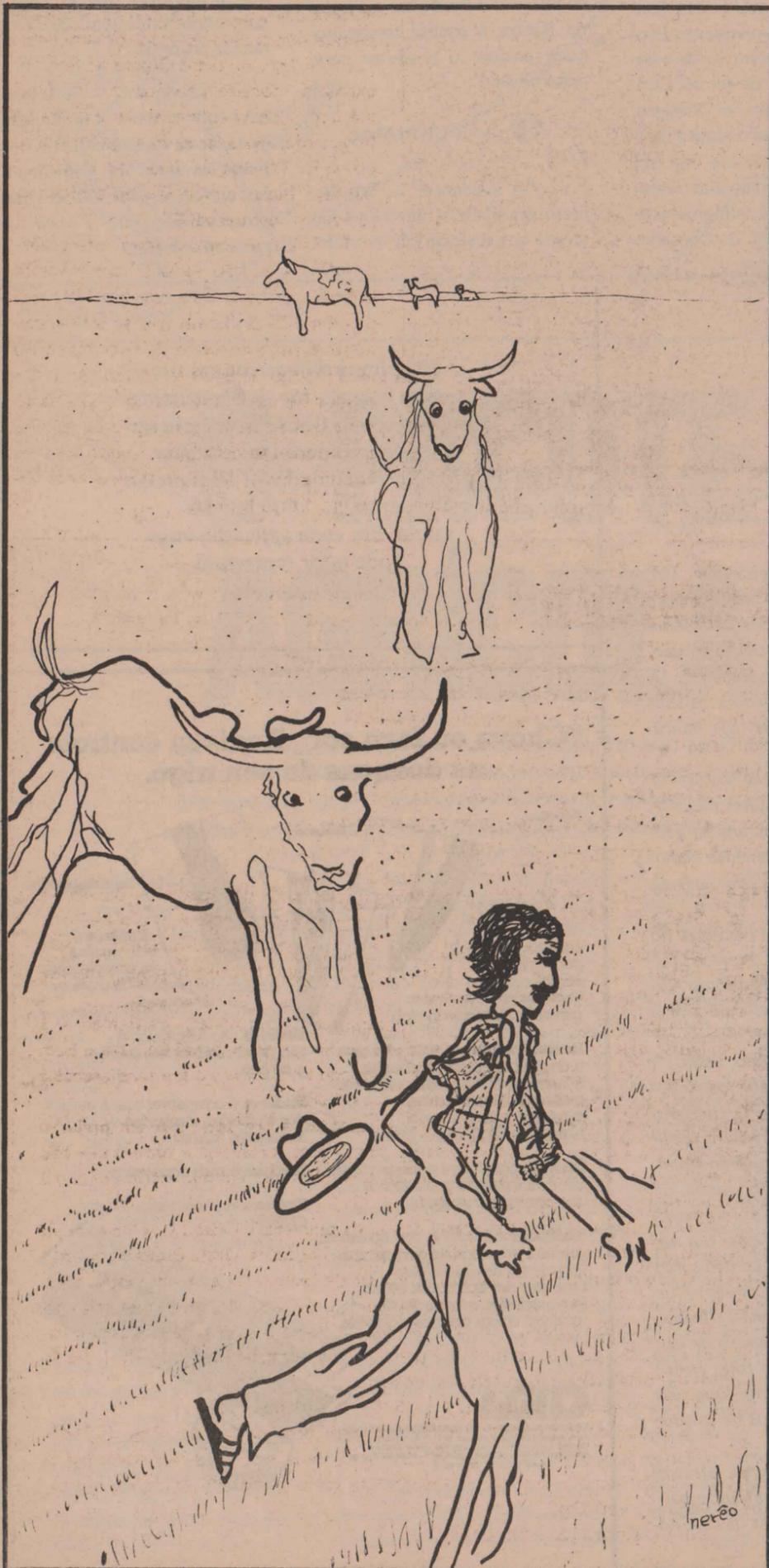
CNDIA

COMPANHIA NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
Porto Alegre: Rua Tobias de Silva, 287 - Fone: 22-1022 e 22-4092
Curitiba: Rua Comandante Araújo, 908 - Fone: 23-8984
São Paulo: Av. Maria Godói Aguiar, 215 - Bloco C, 1º andar
Fone: 545-1122, Ramal 4316.



OS BOIS PODEM ACABAR COM A LAVOURA

Como é que pode um município de 684 mil hectares, que tem apenas 10 por cento de sua área cultivada, não oferecer mais terras para plantar? Pois é isso mesmo que está acontecendo em Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul, onde os proprietários estão preferindo se dedicar à pecuária, aproveitando os eventuais maiores incentivos que o Governo oferece ao setor. E deixam, assim, de arrendar suas terras, forçando os agricultores que plantam arroz, soja e trigo a ir saindo, aos poucos, do lugar.



Este é exatamente o caso de Fidélis Belinaso, gaúcho de Frederico Westphalen. Com seu contrato de arrendamento válido apenas até setembro deste ano, ele começou a procurar outra área para arrendar, já na época do plantio da soja. Mas não encontrou nada em Rio Brilhante. O resultado? Na próxima safra ele estará em Dourados, um município vizinho:

— As terras que se consegue não dá para aceitar as condições de arrendamento. Aqui é comum os proprietários oferecerem contrato por um ano sem carta de anuência. Mas quem vai poder plantar deste jeito? Outros são por dois ou três anos, em terra ainda para desmatar. E olha que desmatar o cerrado não é nada fácil não.

Esta dificuldade encontrada em Rio Brilhante é quase a mesma nos outros 17 municípios da região da Grande Dourados, exatamente onde a Cotrijuí está instalada no Mato Grosso do Sul, com unidades em Maracaju, Sidrolândia, Rio Brilhante e Dourados. Só que o problema é mais grave neste local, pois apenas três famílias são proprietárias de uma área calculada em 70 por cento de toda superfície do município. Só uma das fazendas de uma destas famílias tem área de 53 mil hectares. E estes grandes proprietários não plantam. Só criam gado. E também dificilmente arrendam suas terras. Quando o fazem é apenas para limpar um dos trechos, exigindo que a área seja devolvida um ou dois anos depois, com pastagens já formadas. Conta Fidélis:

— Aqui é muito difícil alguém arrendar a mesma área duas vezes seguidas. Arrendam num lugar e depois no outro, sempre exigindo que o arrendatário primeiro semeie para ele o pasto e às vezes até mesmo uma lavoura de arroz, antes de entregar.

INCENTIVO MAIOR À PECUÁRIA

Quem normalmente faz contrato de arrendamento são os pequenos proprietários (pequenos em termos de Mato Grosso), com 1.000 ou 2.000 hectares de terra. Mas estes também estão preferindo criar gado a arrendar, fazendo ainda suas exigências. Continua Fidélis:

— Cada vez está se tornando mais difícil conseguir terra, que está valorizando relativamente bem mais do que no Sul. Isso aqui é de futuro mesmo, porque a planta rende mais. Mas é melhor não se meter com os grandes. O progresso que esta gente quer para Rio Brilhante é que isto aqui se acabe, suma do mapa. Em vez de construir, querem que se desmanche tudo. Então eu estou indo para Dourados, como outros já foram subindo, estão no outro Mato Grosso. Mas daqui a pouco não vai ter mais para onde ir.

Os proprietários da terra estão mais interessados em aproveitar os maiores incentivos que estão sendo dados à pecuária do que se aventurar na lavoura ou mesmo arrendar alguma área para os agricultores

que vêm dos outros Estados. Para comprovar que estes incentivos à pecuária são mais significativos, basta ver as linhas de crédito abertas na agência do Banco do Brasil em Rio Brilhante no início de maio. Mesmo que não tenham sido recebidas instruções detalhadas, para a agricultura não existia nada, seja correção de solo, desmatamento, aquisição de máquinas ou mesmo custeio de lavouras. E para pecuária tinha tudo: formação de pastagens, retenção de matrizes e assim vai.

Dessa forma, para os proprietários, criar gado é muito mais rentável, quando antigamente o lucro do arrendamento era bem maior do que com a criação. Mesmo que eles não façam muito mais, às vezes, do que largar umas reses no campo e só ir buscá-las quatro ou cinco anos depois, na hora do abate. E ganham ainda mais dinheiro do que arrendando. Por isso fazem com um fazendeiro de lá, proprietário de 52.000 hectares, que ocupa toda sua área com apenas 10.000 cabeças de gado. Uma res para cada 5,2 hectares. É desperdício de terra!

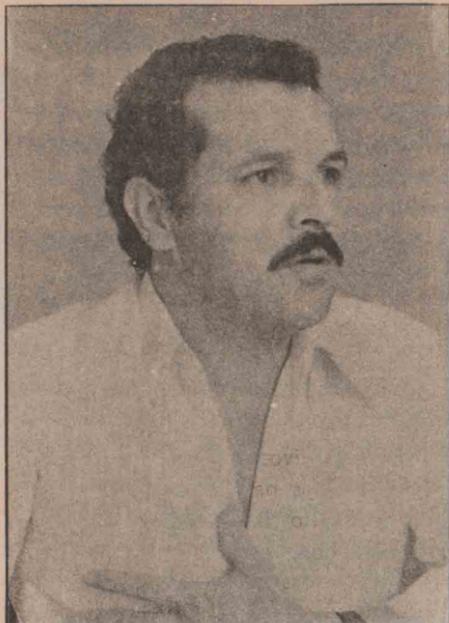
UM PROVÁVEL FIM DA LAVOURA

Isso acontece em Rio Brilhante por tudo quanto é lado. E mesmo que a lavoura, em termos de arrecadação de impostos, tenha rendido muito mais para o município do que a pecuária. É só olhar os dados. Em 1977 a arrecadação com a agricultura foi mais do que três vezes maior do que com a pecuária. Exatamente Cr\$ 7.916.558,71 contra Cr\$ 2.358.273,82. Ano passado a diferença foi um pouco menor, mas ainda ficou mais do que o dobro: Cr\$ 10.853.552,25 contra Cr\$ 4.283.002,42. A agricultura não proporcionou uma arrecadação maior porque aconteceu uma frustração da safra de arroz, com uma perda de 80 por cento, que é o produto mais importante da região (seguido de perto da soja, para só então chegar a vez da pecuária). Além disso, já estavam aparecendo as dificuldades de arrendamento.

Há quem veja nesta atitude dos proprietários um fim bastante próximo da produção de grãos no município. Uma destas pessoas é Arisoli Adão Franciscatto, preocupado com a possibilidade dos campos de Rio Brilhante serem tomados apenas por gado. Os proprietários, com todos estes incentivos, dificilmente estarão se arriscando na lavoura, que é uma atividade que exige muito mais trabalho que a pecuária, maiores investimentos e corre riscos de frustração por fatores climáticos.

A VALORIZAÇÃO DA TERRA

Hoje, Arisoli reconhece, é muito difícil encontrar um termo de arrendamento tão favorável como ele fez em 1977, com a duração de seis anos. São 500 hectares divididos também com Lúcio Paulo Mazzutti e João Wildemar Casali, onde cada arrendatário cultivava por conta uma



Arisoli: risco de acabar a produção de grãos

parte da área. No primeiro ano, como a terra era bruta e já tinha passado a época de plantio, eles pagaram Cr\$ 200,00 por hectare. O preço no segundo ano já foi de Cr\$ 300,00, valor repetido para o ano seguinte. Para o quarto ano o preço é de Cr\$ 400,00 e de Cr\$ 500,00 para os dois últimos anos:

— Nós só conseguimos um arrendamento assim, que proporcionasse mexer com a terra sem prejuízo, porque o proprietário estava enfermo na época e não podia cuidar mais de sua fazenda. Como agora está melhor, faz toda e qualquer proposta para que devolvamos a terra para ele formar pastagens.

Quando Arisoli chegou em Rio Brilhante, vindo também do Rio Grande do Sul, há três anos, o preço médio do hectare arrendado, ficava em Cr\$ 300,00.

Hoje é difícil encontrar uma área por menos de Cr\$ 600,00, isto quando bem longe da cidade:

— Essa valorização se deve ao despartar da soja. Antes aqui só se plantava arroz e criava gado.

O MAIOR PROBLEMA: PRAZOS

O contrato que Fidélis tinha em Rio Brilhante, também era vantajoso, calculado na base de cinco por cento sobre a renda do produto. Mas atualmente, ele conta, não se consegue nem a 10 por cento. O mais comum é arrendar por um valor pré-fixado em dinheiro, mesmo que existam alguns contratos na base de 2 a 3 sacos de produto por hectare. O problema maior fica mesmo nos prazos. O ideal é fazer contrato por um mínimo de quatro anos, pois sendo a terra bruta é muito difícil preparar a lavoura. Conta Arisoli:

— O pessoal chega aqui e olha este campo e acha a coisa mais bonita. Não imagina ser difícil de limpar. Mas na hora que começa dá aquele desespero. A característica da terra é aquela raizama de guavira, ipezinho, aroeirinha, que são plantas pequenas na superfície e uma raizama só embaixo da terra.

Por isso ele avisa que ninguém aceite contratos para uma safra, dois ou até três anos. Não compensa em nada e muitas vezes só traz prejuízos para quem arrendou. E lá por Rio Brilhante é quase só isso que se encontra. Então não compensa nada preparar a terra, corrigir a acidez para plantar soja, pois o calcário aplicado só vai favorecer o proprietário da terra na formação de suas pastagens artificiais.

A FUNÇÃO SOCIAL

A própria legislação determina, conta Arisoli — que também é advogado —

que a propriedade privada da terra deve ter uma função social e seu uso estar condicionado ao bem estar coletivo. Mas o que representa isso, afinal? A função social estará existindo quando a terra estiver bem distribuída, favorecendo tanto os proprietários como os trabalhadores e suas famílias nela instalados, alcançando níveis satisfatórios de produtividade; assegurando a conservação de recursos naturais e ainda observando as leis que regulam as justas relações de trabalho entre os donos da terra e os que a cultivam. E não é bem isso o que está acontecendo por este Brasil afora e, no caso específico, em Rio Brilhante.

Para que a terra cumpra esta função social, Arisoli entende como essencial a existência de uma política agrária, estabelecendo inclusive um zoneamento agrícola vinculado ao crédito. A sua proposta é



Fidélis: querem destruir e não construir

que o crédito ao setor agropecuário seja limitado de acordo com o solo, o clima e a vocação de cada região. E quando acontecer como na grande Dourados, uma região que se presta tanto à agricultura como à pecuária, como é que ficará?

— Em todas as propriedades com mais de mil hectares, deveria ser obrigatório o cultivo de cereais na metade da área, para impedir que a pecuária, que momentaneamente pode estar recebendo maiores incentivos, acabe provocando um abalo na estrutura agrícola. E também pode acontecer o contrário: numa determinada época os maiores incentivos são dirigidos à agricultura, e daí ninguém mais se interessa em criar, acabando por desaparecer os rebanhos e a faltar carne.

Na opinião de Arisoli, tanto faz se é o proprietário da terra ou arrendatários ou parceiros quem a torne produtiva. O que não se pode admitir são áreas mal aproveitadas, quando se fala na necessidade de que tem o País de produzir alimentos:

— Aqui no Mato Grosso do Sul, por exemplo, pode-se permitir que as áreas até com 1.000 hectares sejam exploradas livremente, tanto faz se com agricultura ou pecuária. Quando as áreas são maiores é também mais comum seu aproveitamento apenas com pecuária.

Será que assim a terra estará cumprindo sua função social? Num primeiro momento Arisoli acha que sim. Pelo menos em Rio Brilhante não se estará correndo o risco imediato de ficar sem terra para plantar, levando os 70 por cento dos produtores do município, que são os arrendatários (de um número total de 769 produtores agropecuários registrados na Exatonia Estadual) a procurar outras terras em outros lugares.

O bem do comum

A função social da terra já era a preocupação do primeiro texto de lei sobre questões agrárias que se tem conhecimento no Brasil. O País ainda nem fora descoberto — o que foi só acontecer em 1500 — mas suas terras já pertenciam a Portugal através de um Tratado, o de Tordesilhas, firmado entre este país e a Espanha em 1494. Por esta razão a Lei Régia de 26 de junho de 1375 ficou valendo por anos e anos também para o Brasil. Hoje, o direito agrário brasileiro é composto por inúmeros decretos e leis, que procuram regulamentar o uso e a posse da terra. Mas esta lei do tempo do Império vale a pena ser vista. Há mais de 600 anos atrás um problema semelhante ao vivido atualmente em Rio Brilhante, onde os bois ameaçam a existência das lavouras, mereceu uma atenção toda especial de El Rei de Portugal, D. Fernando I:

Eu El Rei de Portugal Faço saber aos que esta lei virem

Todos os que tiverem herdades próprias, emprezadas, aforadas, ou por outro lado qualquer título, que sobre as mesmas lhe dê direito, sejam constringidos a lavrá-las e semeá-las.

Se por algum motivo legítimo as não puderem lavar, lavrem a parte que lhes parecer podem comodamente lavar, abem vistas, e determinação dos que sobre este objeto tiverem intendência; e as mais façam-nas aproveitar por outrem pelo modo que lhes parecer mais vantajoso de modo que todas elas venham a ser aproveitadas.

Devem os mesmos ser constringidos a ter bois, e as mais coisas necessárias para a lavoura de suas herdades; assinalando-se-lhes tempo certo para as comprarem, e darem princípio à mesma lavoura, com certa pena em caso de falta.

Se por negligência ou contumácia, os proprietários não observarem o que fica determinado, não tratando de aproveitar por si ou por outrem suas herdades, as Justças territoriais, ou as pessoas que sobre isso tiverem intendência, as dêem a quem as lavre, e semeie por certo tempo, a pensão ou quota determinada.

Durante esse tempo, não poderão os proprietários tirá-los àqueles a quem assim forem dadas, nem mesmo, passado ele, poderão entrar na sua posse por autoridade própria. Quanto à pensão ou quota que os lavradores devem pagar, serão aplicadas ao bem do comum, em que as herdades forem situadas, sem contudo se poderem dar, ou desprender em uso algum, sem especial mandado Real.

A execução destas, e outras providências, a benefício da agricultura é cometida em cada cidade ou vila do Reino a dois bons dos melhores cidadãos que nelas houver; os quais, para bem desempenharem as funções anexas a tal emprego, devem ocupar-se na inspeção e exame de todas as herdades dos seus respectivos distritos, que se acharem desaproveitadas.

É igualmente de sua competência arbitrar e taxar a quantidade das rendas, ou

pensões, que os lavradores hajam de pagar aos senhores das herdades, quando o egoísmo de uns é a causa de não concordarem nos seus ajustes a este respeito, e constringer os primeiros ou os segundos a acederem ao seu arbitramento, se nele forem conformes; que não o sendo deve desempatar um terceiro homem bom, nomeado pelo Juiz do lugar.

Se os senhores das herdades não quiserem estar por aquele arbitramento, e por qualquer maneira o embargarem por seu poderio, devem perdê-las para o bem comum, a que serão aplicadas para sempre; devendo arrecadar-se o seu rendimento a benefício do comum, em cujo território forem situadas.

Para obviar o desaproveitamento das coutadas, e herdades, que em prejuízo da agricultura se deixarem exclusivamente para pastos, profbe-se a todo o que não for lavrador, ou não tiver a lavoura, ou não servir lavrador em ministério relativo à economia rural, a ter ou conservar gados.

Aqueles que, passados três meses depois da publicação desta Lei, conservarem gados sem dar princípio a lavoura e sementeira de herdades, sendo estação para isso própria, e, não o sendo, darem caução suficiente de assim o fazerem em tempo competente, marcando logo a herdade, que pretendem cultivar, devem perder esses gados a benefícios do comum, onde isto acontecer (salvo o terço para o acusador havendo-o) que não poderá contudo despendê-lo sem especial mandado Real, senão em obras de fortalezas e reparos desses lugares.

E para que venha esta Lei à notícia de todos, ordeno

Se se registrará nos Livros da Mesa do Desembargador do Paço, Casa de Suplicação, e Porto, e nos das Relações dos Estados da Índia, e aonde semelhantes leis se costumam registrar. E esta própria se lançará na Torre do Tombo. Dado em Lisboa, aos 26 de junho de 1375.

Com a rubrica de Sua Majestade.

A VERDADE DOS NÚMEROS



"Agora, já dá para começar a entender as coisas. No começo, sinceramente, eu não tinha muito entusiasmo pela Contabilidade Agrícola, achava que ela não ia funcionar. Mas depois de um ano já dá para ver melhor o porque de se ganhar mais ou menos".

Pedro Dalla Rosa, agricultor da Colônia Santo Antônio, em Ijuí, não é o único a pensar assim. Pelo menos, isso foi o que se pôde notar na reunião realizada dia 11 de maio, na sala 200 da Fidene, quando foram analisados os primeiros resultados econômicos de propriedades agrícolas de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana que participam do projeto da Contabilidade Agrícola (Cotri-CeCA).

Todos os agricultores presentes à reunião, de um modo geral, acharam os resultados da Contabilidade Agrícola muito bons, e pretendem continuar. Muitos, inclusive, em função destes primeiros resultados, já começaram a pensar em outras formas de administrar suas propriedades.

VERDADES SURPREENDENTES

E nem poderia ser de outro jeito. De acordo com o relatório final destes dois primeiros anos de Contabilidade Agrícola, que relacionou 140 propriedades nos três municípios, há algumas *verdades* surpreendentes.

Por exemplo: 25 por cento das

propriedades estudadas tiveram *prejuízo* com a soja; 60 por cento tiveram um lucro, ainda com a soja, **que variou apenas entre Cr\$ 1 mil a Cr\$ 2 mil por hectare**; e somente 15 por cento das propriedades ganharam mais de Cr\$ 2 mil por hectare, com o cultivo da soja.

No trigo, a situação é bem pior: 34 por cento das propriedades tiveram prejuízo; 49 por cento ganharam somente até Cr\$ 2 mil por hectare; e apenas 17 por cento das propriedades conseguiram ganhar mais de Cr\$ 2 mil por hectare.

Na soma geral das propriedades, diz o relatório do projeto Cotri-CeCA, "cerca de 22,39 por cento das propriedades analisadas tiveram uma Renda de Operação Agrícola negativa. Isto significa que além de terem obtido saldo negativo, não foi possível remunerar o trabalho familiar e o capital empregado no empreendimento".

Mais adiante, o relatório prossegue com os números: "Uma parcela de 38,1 por cento das propriedades analisadas teve renda inferior a Cr\$ 20 mil, isto é, inferior a treze salários-mínimos anuais regionais, o que significa um rendimento mensal menor do que o salário mínimo vigente na região".

PRODUTIVIDADE x CUSTOS

É na parte dedicada à análise dos custos de produção, porém, que estão os dados mais interessantes, tanto para um hectare de soja como

para um hectare de trigo.

Segundo o relatório, "em Ajuricaba, a produtividade média mínima por hectare de soja, necessária para cobrir os custos médios de produção, tomando por base o preço mínimo (Cr\$ 112,00), deveria ser de 32,61 sacos por hectare e, baseado no preço médio de liquidação pago pela Cotrijuí, bastariam 17,39 sacos/ha".

Em Augusto Pestana, seria necessária uma produtividade média mínima de 28,79 sacos de soja por hectare para cobrir os custos médios de produção desse cultivo, caso tomássemos por base o preço mínimo e, se nos baseássemos no preço médio de liquidação pago pela Cooperativa, bastariam 15,36 sacos/ha.

No município de Ijuí, a produ-

tividade média mínima por hectare de soja necessária para cobrir os custos médios de produção desse cultivo, seriam: tomando por base o preço mínimo, 29,19 sacos por hectare; e tomando por base o preço médio de liquidação da Cotrijuí, 15,57 sacos por hectare.

No total dos três municípios, diz o relatório do Cotri-CeCA, "a média global dos custos de produção exigiria uma produtividade média mínima de 29,75 sacos por hectare, se fosse tomado por base o preço mínimo da soja fixado pelo Governo, e 15,86 sacos/ha se a base fosse o preço médio de liquidação da Cotrijuí". (Veja tabela abaixo).

Para o trigo, as exigências seriam: 17,45 sacos/ha em Ajuricaba,

OS CUSTOS E A PRODUTIVIDADE SOJA SAFRA 77/78

	Produtividade média real (sacos p/hectare)	Produtividade média em relação ao preço mínimo (sacos p/hectare)	Produtividade média em relação ao preço médio da Cotrijuí (sacos p/hectare)
Ajuricaba	22,08	32,61	17,39
Augusto Pestana	17,43	28,79	15,36
Ijuí	21,69	29,19	15,57
Total dos 3 municípios	20,70	29,75	15,86

FONTE: COTRI-CeCA

A 1ª. coluna traz os números referentes à produtividade média real obtida em um hectare de soja; a coluna do meio, traz o número mínimo de sacos por hectare que *deveriam* ser colhidos, caso fossem vendidos ao preço mínimo do Governo, para que os custos fossem cobertos; e a 3ª. coluna traz a produtividade mínima necessária em média para que os custos fossem cobertos, se vendida ao preço médio de liquidação da Cotrijuí naquele ano.

17,78 sacos/ha em Augusto Pestana e 18,10 sacos/ha em Ijuí. Para o total das propriedades, seria necessária a produtividade média mínima de 17,81 sacos/ha de trigo, para cobrir os custos médios de produção desse cultivo, tomando por base o preço mínimo do Governo (Cr\$. . . 249,00).

O PREÇO MÍNIMO?

Estes dados, relativos à safra 77/78 (cuja frustração foi menor do que a deste ano), servem, ainda, para se constatar uma outra coisa — que, aliás, todos já sabiam: a insuficiência do preço mínimo oficial, considerando-se a *produtividade real* obtida em média naqueles três municípios.

Em Ajuricaba, por exemplo, a produtividade real média alcançada foi de 22,08 sacos por hectare — dez sacos a menos do que o mínimo necessário para cobrir os custos.

Nos outros dois municípios, a situação não foi diferente. Em Ijuí, a produtividade real média obtida foi de 21,69 sacos por hectare, enquanto que o mínimo necessário para cobrir os custos, de acordo com o levantamento realizado pelo Cotri-CeCA, seria 29,19 sacos/ha.

Augusto Pestana, também não iria apresentar resultados diferentes. Enquanto o mínimo necessário para cobrir os custos seria uma produtividade média de 28,79 sacos/ha, a produtividade real alcançada não passou dos 17,43 sacos por hectare.

O QUE MAIS PESOU

A seguir, o relatório mostra os itens e despesas de um hectare de trigo e/ou soja para os três municípios. Estes itens, treze ao todo, vão desde as sementes e fertilizantes até os arrendamentos, passando pela depreciação de máquinas e benfeitorias e pelos custos da mão-de-obra.

Ao contrário do que muitos pensam, os itens que mais pesaram nos custos por hectare de soja ou trigo, de acordo com o estudo feito pelo Cotri-CeCA foram: 1) para a soja, por ordem de importância: depreciação de máquinas; fertilizantes; juros, impostos e taxas; depreciação das benfeitorias e instalações; sementes. 2) Para o trigo, os maiores custos são: fertilizantes; depreciação de máquinas; juros, impostos e taxas; sementes; e combustível e lubrificantes.

O QUE FAZER COM AS MÁQUINAS?

Nesta altura da reunião, depois de constatado que o item "depreciação de máquinas" é um dos que mais pesam sobre os custos de produção, os agricultores iniciariam uma discussão sobre a utilização das máquinas e equipamentos.

"O que vamos fazer com as máquinas? A gente precisa delas, mesmo que seja para pouco uso", disse um agricultor de Ijuí. Alguém lembrou que se as máquinas fossem

usadas em comum, ou seja, várias propriedades usando o mesmo maquinário, os custos já cairiam bastante.

Para quem não entendeu direito o que significa "depreciação de máquinas", vai uma pequena explicação: com o tempo, por menor que seja o uso, a máquina vai perdendo o seu valor em dinheiro. Se um agricultor, por exemplo, compra uma colheitadeira para pagar em cinco anos, ele tem que dividir o preço da máquina por cinco anos para saber quanto ela custa por ano. E deve incluir esse valor nos custos de produção por hectare daquela safra. Além disso, deve fazer o cálculo de quanto a máquina vai perdendo de valor com o passar do tempo, considerando a inflação.

Na verdade, o que se constatou após esses dois primeiros anos de Contabilidade Agrícola, é que existe uma grande ociosidade de máquinas, isto é, elas são muito pouco usadas durante o ano.

Um exemplo disso é o resultado do cálculo que um produtor de

Ajuricaba fez sobre os seus equipamentos. Entre outros, ele possui uma carreta agrícola para 5 toneladas (ano 77), cujo valor atual é de Cr\$ 15 mil. De acordo com os seus cálculos, ele usa a carreta *apenas 61 horas por ano*. Um pulverizador, que custa atualmente Cr\$ 3 mil, foi usado apenas 16 horas no ano. E há ainda o caso de um arado pé-de-pato, com 5 pés (ano 73), que hoje em dia custa Cr\$ 8 mil, e que foi usado apenas 64 horas do ano!

CONHECER OS CUSTOS

Por enquanto, são muito poucos os agricultores que sabem quanto custam suas máquinas e equipamentos. Mas todos já admitem que isso é necessário. Tanto é assim que, para este ano, os produtores inscritos no projeto Cotri-CeCA irão descer ao controle de custos das horas de uso das máquinas, pelo menos com relação às lavouras de trigo e soja.

Ainda para este ano, o CeCA pretende montar uma Central de Informações Agro-pecuárias da região, onde estarão ordenados dados como o índice de chuvas por propriedade e outros.

Além disso, os produtores inscritos na Contabilidade Agrícola vão discutir o tema "*Como criar mercados para os produtos agrícolas?*", considerando um dos grandes desafios da agricultura regional no momento.

Ainda para este ano, o projeto Cotri-CeCA vai incentivar o controle de custos das atividades pecuárias, como a criação de aves e porcos. E, se for o caso, os agricultores que estão desde o início no projeto poderão usar alguns formulários um pouco mais elaborados, especiais para o computador, que possibilitam fazer uma melhor análise e planejamento de suas propriedades.



Baggio: "Os resultados na mesa do ministro"



Dalla Rosa: "Já dá para entender as coisas"

"Mas será que esse negócio de contabilidade agrícola não vai me complicar com o Imposto de Renda?", perguntava, desconfiado, seu Lucídio Seibert, agricultor do Arroio das Antas, em Ijuí, quando a conversa com o técnico agrícola da Cooperativa enveredou para as perdas e ganhos da sua propriedade.

Não é só Lucídio quem tem dúvidas a respeito da Contabilidade Agrícola. Na verdade, alguns agricultores acham que as informações reveladas pelo projeto podem acabar sendo usadas contra eles.

"Não é nada disso", diz David Basso, coordenador-geral do Cotri-CeCA. "O único beneficiado com a Contabilidade Agrícola é o produtor, porque o projeto serve principalmente para que ele tome decisões com relação à sua propriedade. As informações não saem da propriedade e só são utilizadas pelo próprio agricultor", completa o David.

Como inscrever-se

Tanto é verdade que a Contabilidade Agrícola ajuda ao colono que, desde a sua criação, em maio de 77, o Cotri-CeCA nunca mais parou de crescer. No início, eram 140 agricultores de três municípios. Hoje, os colonos que participam da Contabilidade Agrícola são quase 400, espalhados pelos municípios de Ijuí, Ajuricaba, Augusto Pestana, Santo Augusto, Chiapetta e Coronel Bicaco.

E a coisa deve aumentar mais ainda. Pelo menos, isto é o que espera o professor Adelar Francisco Baggio, diretor do CeCA (Centro de Ciências Agrárias, da Fidene), que esteve com o ministro da Agricultura no mês de maio.

"O ministro ficou sabendo dos resultados conseguidos pela Conta-

bilidade Agrícola. Os dados e os cálculos feitos pelos produtores estão lá em cima da sua mesa. E ele prometeu que vai nos ajudar", informa o professor Baggio.

O diretor do CeCA foi até Brasília para solicitar do ministro da Agricultura a liberação de uma verba de aproximadamente Cr\$ 4 milhões e 500 mil, que deverá ser aplicada em três programas principais: a solidificação do projeto Cotri-CeCA; a instalação de uma Central de Informações Agro-pecuárias; e a expansão do Cotri-CeCA para outros 10 municípios.

A INSCRIÇÃO

Para quem não sabe como participar do projeto da Contabilidade Agrícola, David Basso dá uma explicação:

"Só há duas exigências básicas para participar do Cotri-CeCA: ser associado da Cotrijuí e desejar conhecer o lado econômico da atividade agrícola. Só isso, mais nada. O agricultor não paga um tostão para entrar no projeto. Ele ganha todo o material, formulário, pasta, lápis e borracha. Só precisa é gastar um pouco de tempo".

A inscrição no Cotri-CeCA pode ser feita de várias maneiras:

- No Departamento Técnico de qualquer unidade da Cotrijuí;
- Na Assessoria de Comunicação e Educação;
- Na sala 508 da Fidene, em Ijuí.

Quem não quiser ou não puder ir a nenhum desses locais, pode deixar o nome com algum vizinho ou conhecido que já participe da Contabilidade, ou, ainda, comparecer nas reuniões de núcleo onde serão discutidos e analisados os resultados do Cotri-CeCA.

O PODER COMEÇA A MUDAR

A eleição de 59 representantes movimentou os associados em todas as unidades. No dia 29 de maio, a Assembléia elegeu um novo Conselho de Administração, escolhido por estes representantes. São as primeiras mudanças na estrutura do poder da Cotrijuí.

Renovação de mais da metade dos Conselhos de Administração e Fiscal; representação proporcional de todas as unidades no órgão máximo de decisões da Cooperativa.

Estes, à primeira vista, são os dois resultados mais importantes da fase inicial do novo sistema eleitoral introduzido na Cotrijuí, fase essa que começou concretamente em março deste ano, quando o Seminário Central de Associados estabeleceu as regras do jogo, e que foi terminada na Assembléia Geral do dia 29 de maio, realizada em Ijuí.

Qualquer pessoa que só tivesse assistido à última Assembléia Geral, aliás, sairia convencida de que a Estrutura do Poder na Cotrijuí não havia sido alterada em nada. Afinal, o ritual foi igual a todos os rituais de todas as Assembléias realizadas anteriormente, com um agravante: o reduzido número de associados presentes.

Acontece, porém, que esta Assembléia foi apenas mais um passo na caminhada em direção à meta final: criar canais duradouros de maior participação dos associados nas decisões da Cooperativa.

Na verdade, antes da realização da Assembléia, todas as unidades e postos da Cotrijuí já haviam sido sacudidas por uma

longa e intensa discussão, que alcançou grandes níveis de participação: a eleição pelo voto direto, dos 59 representantes que iriam, juntamente com o Conselho de Administração, escolher a chapa ou chapas que concorreriam à direção.

MOBILIZAÇÃO

O período de votação para a escolha dos 59 representantes, iniciado no dia 5 e encerrado no dia 14 de maio, teve de tudo: campanha eleitoral, comício, reuniões e, principalmente, a mobilização de mais da metade do quadro social apto a votar. No final das contas, verificou-se que dos 12 mil 401 associados com direito a voto, mais da metade passou pelas urnas espalhadas em toda a Região Cotrijuí, garantindo um percentual de comparecimento de 50,14 por cento.

Nunca houve, nos últimos anos de vida da Cooperativa, uma mobilização e participação tão efetivas dos associados na composição da nova diretoria — e, por extensão, nas decisões que serão tomadas durante os próximos três anos.

O COMEÇO

“Geralmente, ninguém quer mexer nisso. Porque está tudo bem, vai dar muita

confusão até o pessoal entender tudo. Mas, acho que nós temos que começar logo a mexer nesse negócio, a alterar a estrutura do poder e promover uma abertura”.

As palavras do presidente, proferidas no 2º Seminário Central de Associados, realizado no final de março, expressavam, àquela altura, um anseio de todos. A maioria dos associados, há um bom tempo, vinha reivindicando uma reformulação no sistema de eleição e de decisão da Cooperativa. Os motivos dessa reivindicação são inúmeros, todos com a sua dose de razão.

Em 1957, quando a Cotrijuí começou, fundada por aproximadamente 20 agricultores, ninguém imaginava o quanto ela iria crescer e expandir-se. Até poucos anos atrás, inclusive, as assembléias eram realizadas na antiga sede, havia espaço para todos.

A expansão da Cotrijuí, porém, foi modificando o panorama. Iniciaram, então, as grandes Assembléias, que duravam um dia inteiro, com pausa para o churrasco. E os resultados não agradavam ninguém. Primeiro, porque a multidão que vinha para a assembléia impedia uma discussão mais serena e democrática de todos os assuntos de interesse dos associados. Falava quem tinha

voz mais forte e a aprovação dos diversos itens da Ordem do Dia era na base do “senta-levanta”.

Com o tempo, todos concordaram com uma coisa: era preciso acabar com os churrascos e almoços durante as Assembléias. A interrupção prejudicava em muito o andamento dos trabalhos, perdiam-se horas e horas só para servir a todo o pessoal. E, com isso, a discussão da Ordem do Dia tinha de ser feita às pressas, muitas vezes sem que todos pudessem emitir alguma opinião e colocar em discussão este ou aquele ponto.

O FIM DO CHURRASCO

Com o fim dos churrascos, diminuiu bastante o comparecimento às Assembléias. Mas nem por isso os problemas foram resolvidos. Mais ou menos mil e quinhentas pessoas vinham às Assembléias, o impedimento para um maior aprofundamento dos temas persistia. Além disso, muitos eram os associados que deixavam de comparecer, devido à distância. A Cooperativa, afinal de contas, não tinha mais jurisdição somente em Ijuí. Havia os associados de Tenente Portela, de Dom Pedrito e, mais recentemente, os de Mato Grosso do Sul.



Apuração: 50,14 por cento dos associados votaram.



Assembléia: apenas um passo rumo ao novo sistema eleitoral



Todos, aos poucos, foram se convencendo da necessidade de mudar o sistema. A grande dificuldade, porém, vinha da Lei 5.764, a Lei do Cooperativismo brasileiro, que não prevê outra forma de eleição e aprovação de contas que não seja a Assembléia.

No ano passado, entretanto, começaram a surgir as primeiras sugestões. Nas reuniões de núcleos, toda a vez que se abordava o assunto, a insistência por mudanças

aumentava.

O Conselho de Administração, sensível às reivindicações do corpo social, começou a discutir o assunto *Estrutura do Poder* com profundidade. Todos reconheciam que o antigo sistema — quando um pequeno grupo apresentava a chapa que concorreria à mais um mandato — carecia de representatividade e que isto, em última análise, poderia vir a prejudicar o trabalho do próprio Conselho. Mesmo que o comparecimento

às Assembléias fosse da ordem de mil e quinhentas pessoas, esse número não representava sequer 10 por cento do quadro social. E quanto maior representatividade tivesse o Conselho de Administração, maior tranquilidade teria para trabalhar.

DUAS MISSÕES

A proposta final, aprovada no 2º Seminário Central de Produtores Associados (veja o *Cotrijornal* n.º 62), estabelecia que todos os associados que tivessem entregue produto até 28 de fevereiro de 1979, teriam direito a votar e serem votados. E que cada unidade elegeria um mínimo de dois representantes para o Conselho de Representantes. Este conselho, ainda segundo a proposta aprovada, teria duas grandes missões: a primeira, mais imediata, seria a de escolher os nomes que iriam compor a chapa ou as chapas que concorreriam ao Conselho de Administração, período 79/82; a segunda, de maior profundidade, seria a de estudar formas — incluindo a possibilidade de alteração dos estatutos — para que a Estrutura do Poder na Cotrijuí se torne definitivamente democrática e representativa, permitindo a todos os associados uma participação maior nas decisões.

Depois de 10 dias de votação, os 59 representantes estavam eleitos (veja página 16). Todos vieram para Ijuí conscientes da importância da missão e do que o quadro social esperava deles:

“Nós estamos aqui representando os associados de Sidrolândia, Rio Brillante e Maracajú. Nossa missão é fazer com que a opinião e o desejo daqueles associados sejam ouvidos na Cooperativa”, dizia Arisoli Adão Franciscato, agricultor e advogado gaúcho radicado há três anos em Rio Brillante, em nome da delegação dos representantes mato-grossenses.

De fato, as opiniões ouvidas pelo *Cotrijornal* em rápida pesquisa entre os associados (veja quadro abaixo), eram unânimes nesse sentido. Todos, sem exceção, acham que os representantes eleitos devem ter a função de canalizar e sintetizar junto ao Conselho de Administração os problemas, dúvidas e esperanças dos associados da sua Unidade.

DAS BASES AO CONSELHO

Depois de toda a mobilização para escolher os representantes, era natural que baixasse o comparecimento à Assembléia Geral. Só havia uma chapa concorrendo aos Conselhos de Administração e Fiscal, chapa esta escolhida pelos representantes eleitos. Ou seja, muitos associados já se consideravam quites com a sua obrigação e estavam devidamente representados na ocasião.

Os representantes, por sua vez, com raras exceções, estavam todos presentes à Assembléia. E lá ainda foi feita uma votação secreta, que aprovou a chapa única.

Agora, porém, é que inicia o trabalho mais importante dos representantes. Esta é, pelo menos, a opinião de grande parte do quadro social: os representantes têm um papel importante a desempenhar na comunicação entre Conselho de Administração e as bases.

Os representantes, cujo mandato tem duração até a próxima Assembléia, irão agora reunir-se muitas vezes, discutir novas formas de participação do quadro social nas decisões, irão chamar especialistas em cooperativismo para discutir o problema, irão viajar para conhecer outras experiências cooperativistas, onde o sistema eleitoral já garante uma participação maior ao associado.

Irão, enfim, trabalhar muito para tornar mais democrática a estrutura do poder.

Qual o papel do representante?

“Esta eleição foi bem aquilo que os núcleos acharam que deveria ser feito para participar mais, por intermédio dos representantes. Acho que a função deles seria pedir coisas para os associados” (Valdemar Breunig, Gamelinha — Tenente Portela).

“É uma fórmula que estimula o associado a participar das grandes decisões da sua cooperativa. Essa equipe, este colegiado, terá

uma enorme responsabilidade, pois o objetivo disso tudo é o fortalecimento da Cotrijuí” (Francisco da Silva Farinha — Dom Pedrito).

“De início, a função dos representantes seria levar as reivindicações dos associados que os elegeram” (Olmiro Stefanello — Sidrolândia — Mato Grosso do Sul).

“Os representantes são uma necessidade para que o povo participe mais. Acho que além de escolher a chapa, estes membros devem participar de reuniões na Cooperativa, para trazer esclarecimentos para uma parte do pessoal que não entende tudo o que se passa na Cooperativa” (Braulio Martins da Rocha — Coronel Bicaco).

“Gostei deste sistema, É mais democrático. Eu acho que os escolhidos devem continuar representando sua região. Assim o associado tem mais acesso às determinações da Cooperativa, se sente mais em casa” (Antônio Felipe Lauer — Santo Augusto).

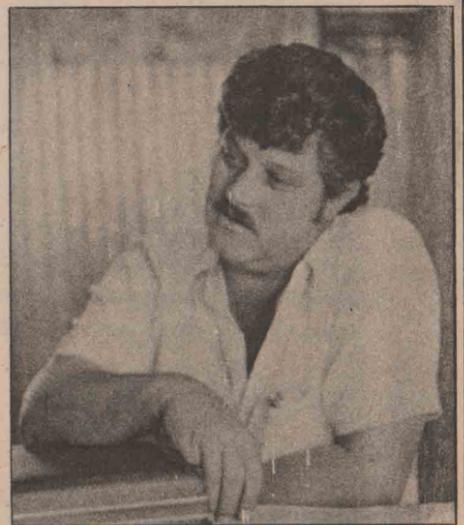
“Acho que é bom nomear uma pessoa para representar os associados daqui. É uma pessoa que deve

batalhar pelos direitos do povo, e que tenha sempre uma boa intenção” (Elpidio Aristeu dos Santos, Rincão da Laje — Chiapetta).

“Acho muito bom escolher representantes dos locais, porque não têm condições de deslocar este povo todo para ir votar na Assembléia, escolher as chapas. O representante deve ser de confiança, deve ser responsável, com as idéias correspondendo com as da gente” (Paulo Vieira Sarmiento — Maracajú — Mato Grosso do Sul).

“Nas reuniões, se ouvia reclamações de que o associado não estava participando, não ligava muito. Assim o pessoal fica mais ligado, tem mais liberdade, consegue ir votar em alguém da própria localidade” (Aldecir Luiz Gonzatto, Linha 23 — Ajuricaba).

“A idéia do representante é muito interessante, porque qualquer problema se tem alguém para conversar mais de perto. Mas não adianta nada ele ir lá em Ijuí e ficar de braço cruzado. Foi uma boa idéia mesmo, porque a gente precisava muito disso” (Guilherme Lino Muraro, Rio Brillante).



Olmiro Stefanello



Elpidio Aristeu dos Santos



Antonio Felipe Lauer

OS PRIMEIROS PASSOS

A primeira reunião dos 59 representantes eleitos, realizada dia 22 de maio, na sede da Associação dos Funcionários da Cotrijuf, em Ijuí, apresentou algumas surpresas.

A representação do Mato Grosso do Sul, composta pelos associados José Henrique Adams, João Gilberto Marcondes, Alke Bernhard Van der Vinne (Maracajú), Arisoli Adão Franciscato, Renato Faco (Rio Brilhante), Olmiro e Joaquim Stefanello (Sidrolândia), através de Arisoli Franciscato, levantou os principais problemas vividos pelos associados matogrossenses. As grandes distâncias, o fato de não poderem estar todo o dia na sede da Cooperativa e a crescente produção do Estado, foram os principais pontos da fala de Arisoli.

A seguir, ele pediu aos representantes das demais unidades a compreensão para a necessidade de ter mais um representante na formação do Conselho de Administração.

Todos os representantes das demais unidades concordaram com as ponderações da delegação de Mato Grosso, mas houve uma certa divisão em relação ao pedido de Arisoli. Houve até quem sugerisse uma Diretoria para o Mato Grosso.

No final das contas, os representantes de Tenente Portela — que pelo sistema de composição escolhido na reunião teriam direito a quatro representantes no Conselho de Administração — cederam uma das suas vagas para o Mato Grosso. Dessa forma, os associados matogrossenses passaram a contar com dois membros

no Conselho. E, por sugestão do presidente, o Mato Grosso terá direito a mais dois representantes, *sem direito a voto*, porém.

Tudo isso porque, dessa maneira, os quatro municípios do Mato Grosso do Sul, onde hoje está instalada a Cotrijuf (Sidrolândia, Maracajú, Rio Brilhante e Dourados) estarão representados no Conselho. Os dois representantes sem direito a voto são das cidades de Rio Brilhante e Dourados. A alegação para tal medida é de que as distâncias são muito grandes en-

tre os quatro municípios e que apenas dois representantes para todo o Mato Grosso do Sul seria pouco. Três propostas para distribuição da representatividade por Unidade, na formação dos Conselhos de Administração e Fiscal, foram apresentadas: a proposta nº 1, cujo critério era número total de associados por unidade; a proposta nº 2, cujo critério era o número de associados com direito a voto por unidade; e a proposta nº 3, que seguiu o critério do número de associados que votaram por unidade.



Reunião dos representantes eleitos

Após uma breve discussão, venceu a proposta nº 2, com 41 votos, contra 22 votos dados à proposta nº 3 e 12 votos obtidos pela proposta número 1.

A proposta vencedora estipula o número de membros dos dois Conselhos a que cada unidade tem direito:

- Ajuricaba: dois conselheiros;
- Augusto Pestana: dois conselheiros;
- Chiapetta: um conselheiro;
- Coronel Bicaco: um conselheiro;
- Ijuí: quatro conselheiros;
- Santo Augusto: um conselheiro;
- Tenente Portela: três conselheiros (teria direito a quatro, mas cedeu um para o Mato Grosso do Sul).
- Vila Jóia: um conselheiro;
- Mato Grosso do Sul: um conselheiro (acabou ganhando outra vaga, cedida por Tenente Portela).

Depois de escolhidos os novos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal (a distribuição dos cargos foi feita por sorteio), restava escolher Presidente, Vice-Presidente e Superintendente, a chamada diretoria executiva. À sugestão de que continuassem nos postos os mesmos três homens da gestão que terminava (Ruben, Arnaldo e Farina), houve uma aclamação geral. Os representantes entenderam que o presidente, o vice e o superintendente deveriam continuar.

A chapa escolhida pelos representantes possui 12 membros novos e dois reeleitos, além dos quatro indicados pelo antigo Conselho de Administração.

Os bons da urna

Após 10 dias de votação, 59 representantes foram eleitos em todas as unidades da Cooperativa. A seguir publicamos os nomes dos representantes, cujo mandato dura até a próxima Assembléia:

IJUÍ

Delmar Barriuelo
Egon Eickhoff
Waldemar Michael
Euclides Marino Gabbi
João Cassavara
Silvino João Goi
Sadi Berno

Dante Antonio Boniatti
Frederico Casali
Augusto da Silva
Antenor José Vione
Nildo Hintz
Reinoldo Dobler
Hilo Erno Buch

SANTO AUGUSTO

Ido Marx Weiller
Edmundo Stadler
João Adolino Becker

David Alexandre Ceolin
Idalino Speroni

TENENTE PORTELA

João Telló
Alevino Righi
Orides Faria
Bruno Helvino Arnemann
Arnaldo Hermann (Miraguaí)
Antonio Davi Rigo
Ervin Arlindo Votg

Bernardo Arlindo Figur
Sebastião Pereira dos Santos
Plínio Ferreto
Delarmando Portolan
Mario Hendoes
Celso Fontana

VILA JÓIA

Theobaldo Remus
João Henrique de Oliveira

CORONEL BICACO

Braulio Martins da Rocha
Erny Schünemann

Irany dos Santos Amaral

CHIAPETTA

Antoninho Boiarski Lopes
Alceno Elvino Volmer

AJURICABA

Victor Zanatta
Dari Bandeira

Emilio Uhde
Dair Fischer

AUGUSTO PESTANA

Pedro Ghiotto
Alvaro Darci Contri

Oscar Otto Hoerlle
João Hélio Tissot

DOM PEDRITO

Flórcio Barreto
Francisco da Silva Farinha
Oscar Vicente da Silva

Eloy Milton Frantz
Ruy Adelino Raguzzoni

MARACAJÚ

José Henrique Adams
João Gilberto Marcondes

Alke Bernhard Van Der Vinne

RIO BRILHANTE

Arisoli Adão Franciscato

Renato Faco

SIDROLÂNDIA

Olmiro Pedro Stefanello

Joaquim Stefanello

O NOVO CONSELHO



DARI BANDEIRA (Ajuricaba) - titular do Conselho Fiscal. Associado há 20 anos.



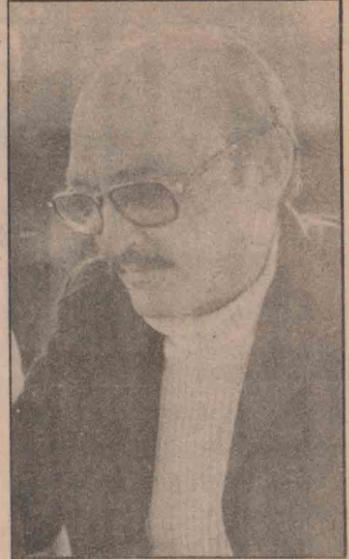
JOÃO TELLÓ (Tenente Portela) - suplente do Conselho de Administração. Entrou para o quadro social há 10 anos.



JOSÉ CARLOS VIONE (Vila Jôia) - suplente do Conselho de Administração. Entrou para o quadro social há 8 anos.



IDO MARX WEILLER (Santo Augusto) - suplente do Conselho de Administração. Associou-se na Cotrijuí há 17 anos.



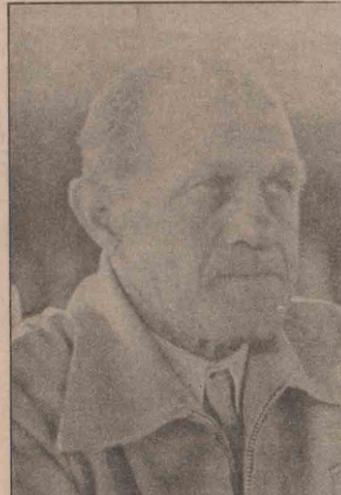
CLÓVIS ADRIANO FARINA - Superintendente.



ERNI SCHÜNEMANN (Coronel Bicaco) - titular do Conselho de Administração. Há 13 anos é associado da Cooperativa



ARNALDO HERMANN (Miraguai) - suplente do Conselho de Administração. Está na Cotrijuí há 15 anos.



REINHOLDO LUIZ KOMMERS (Ijuí) - suplente do Conselho de Administração. Associado da Cooperativa há 20 anos



ARNALDO OSCAR DREWS - vice-presidente



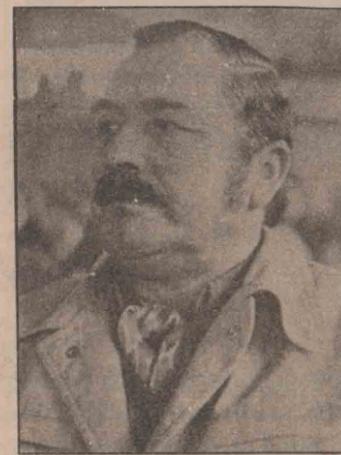
ALFREDO DRIEMEYER (Augusto Pestana) - suplente do Conselho de Administração. Há 20 anos é associado.



LEONIDES DALLABRIDA (Ajuricaba) - suplente do Conselho Fiscal. É associado há 5 anos.



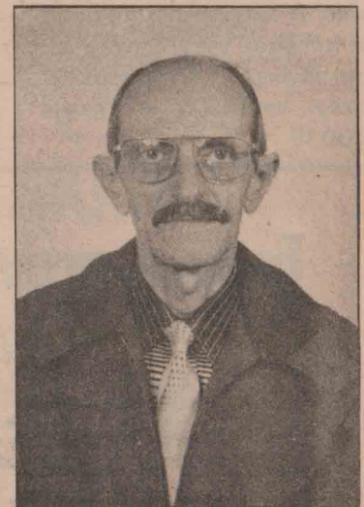
EGON EICKHOFF (Ijuí) - titular do Conselho de Administração, associado há 21 anos.



ELOY MILTON FRANTZ (Dom Pedrito) - Suplente do Conselho Fiscal. Está há 10 anos na Cooperativa.



JOAQUIM STEFANELLO (Sídrolândia) - titular do Conselho de Administração. Associado da Cotrijuí há 1 ano.



ALBERTO SABO (Ijuí) - titular do Conselho de Administração. Sócio fundador da Cotrijuí.



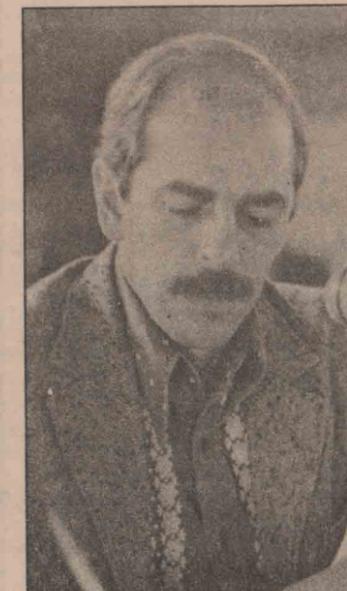
ALVARO CONTRÍ (Augusto Pestana) - suplente do Conselho Fiscal. É associado da Cotrijuí há 19 anos.



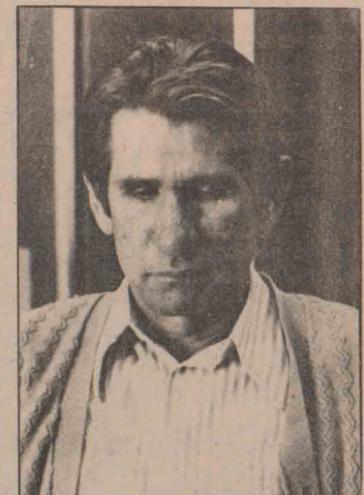
ANTONINHO LOPES (Chiapetta) - Conselho Fiscal Efetivo. Está na Cotrijuí há 8 anos.



ALEVINO RIGHI (Tenente Portela) - titular do Conselho Fiscal. É associado há 8 anos.



RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA - Presidente



BRUNO EISELE (Ijuí) - titular do Conselho de Administração. Associado da Cotrijuí há 22 anos.

OBS: Telmo Roverno Roos (Maracajú), titular do Conselho de Administração, não pôde ser fotografado. É associado há 1 ano.

NO CAPRICHIO: 79,5 SACOS DE SOJA POR HECTARE

Os associados da Unidade de Maracajú, no Mato Grosso do Sul andaram se movimentando em torno de um concurso de produtividade de soja promovido pelo Lions Clube do município no mês de abril. Os agricultores plantaram pequenas lavouras, de acordo com a maneira que achavam mais acertada, mas contando sempre com a orientação do pessoal do Departamento Técnico da Cotrijuí.

O vencedor do concurso foi o seu Alessandro Perachia, que é um italiano que até já viveu alguns anos no Rio Grande do Sul. O rendimento de sua lavourinha, de quatro hectares, foi de 79,5 sacos por hectare, que ficou disparado dos 61,4 sacos obtidos pelo segundo colocado, Alke Bernhard Van der Vinne, para uma mesma área.

Perachia plantou 60 quilos de semente da variedade Bossier entre os dias quatro e cinco de novembro do ano passado. O espaçamento foi de 36 centímetros entre linhas e como adubação ele colocou 250 quilos do adubo de fórmula 2.30.10.

Alke usou um pouco mais de semente também da variedade Bossier (90 quilos por hectare) e de adubo (300 quilos da fórmula 0.30.10). O espaçamento entre as linhas foi menor (53 centímetros) e o plantio aconteceu um pouco mais tarde: de 6 a 15 de novembro. Além disso ele havia recupera-

do a terra com a aplicação de 2.000 quilos de calcáreo.

Os prêmios foram entregues durante um baile. Para Perachia 10 sacos de semente de soja, cinco baldes de defensivos e uma tonelada de adubo. Alke recebeu cinco sacos de semente, uma tonelada de adubo e três baldes de fertilizante.



Perachia: a maior produtividade

NADA COMO O MEL

Pedro Kollas*

Entre 19.000 apicultores, apenas sete sofreram os males do câncer. O reumatismo também é muito raro entre eles. Estes são resultados de pesquisas sobre os efeitos do mel e das picadas de abelha na cura do câncer e do reumatismo que estão sendo realizadas por cientistas de todo mundo.

O câncer, o enfarte do miocárdio e a tuberculose dificilmente atacam o corpo da pessoa que faz uso diário do mel. Duas colheres de sopa de mel misturadas a um copo de leite quente ao deitar, combate a gripe. As pessoas que, de longa data, fazem uso do mel não se resfriam. Quando isto acontece o resfriado é leve.

Uma gota de mel aplicada na vista a deixa clara e a fortifica, assim como combate o princípio de catarata e possível cegueira.

O mel é indicado pelo Dr. D. C. Jarvis, dos Estados Unidos, contra a chamada "febre do feno", que é considerada pelos que dela já sofreram como a mais terrível doença conhecida pelo homem. O famoso clínico recomenda que três meses antes do esperado ataque, a pessoa alérgica comece a tomar uma colher das de sopa de mel depois de cada refeição, tanto faz se for de favo ou líquido (às vezes chamado

de "mel espremido"). Toma-se também uma colher de mel diluído num copo d'água ao deitar-se. Se necessário, pode-se mastigar também durante o dia uma quantidade de favo de mel. Isto mantém o nariz aberto e seco.

Como calmante do sistema nervoso e para conseguir dormir, recomenda-se tomar uma colherada de mel diluído num copo d'água ao deitar-se. O Dr. Jarvis aconselha o mel como o melhor de todos os remédios. Existindo certa dificuldade em pegar no sono à noite, ou mesmo para quem acorda e acha difícil tornar a dormir, é aconselhável o uso do mel. Tomando uma colherada de mel no jantar, todos os dias, a pessoa logo sentirá uma vontade de ir para a cama e até mesmo terá certa dificuldade em afastar o sono se, por razões sociais, for preciso ficar acordado até mais tarde. Na manhã seguinte a pessoa notará que deve ter adormecido assim que sua cabeça tocou no travesseiro.

O mel é levemente laxativo. Os que sofrem de prisão de ventre devem tomar de manhã, ao levantar-se, e de noite, antes de deitar, um ou dois copos de água, preferivelmente morna, adoçada com uma colherada de mel.

O Dr. Mario Campognoli, que é da Itália, aconselha o pirão de bananas amassadas com mel como um alimento imprescindível para as crianças que costumam sofrer de prisão de ventre, o que é bastante comum nos petizes. O melhor laxante é o mel, que deve ser dado em lugar dos medicamentos irritantes, aos quais muitos pais mal avisados recorrem, que não resolvem o mal.

Já os americanos Dantant e Langatoth dizem que é fácil resolver o problema das crianças de peito que sofrem de constipação intestinal: basta dar mel misturado com pão dentro de um pano enrolado na forma de uma chupeta.

O mel pode também ser aplicado sobre as inchações e queimaduras. Ele alivia as dores e ainda evita a formação das bolhas.

*Pedro Kollas é o 2º secretário da Associação de Apicultores de Ijuí.

Faça a prova do trigo!

Quando você usar o herbicida de sua escolha para a lavoura de soja, não deixe de usar Dual pelo menos em um talhão. Na hora de plantar o trigo faça a prova. Onde passou Dual não há mais resíduos e seu trigo cresce forte e bonito.

CIBA-GEIGY



Dual, o herbicida para a soja e que respeita o trigo.



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente EDITAL ficam convocados todos os associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo dos seus direitos Sindicais, para a Assembléia Geral Ordinária à realizar-se no próximo dia 29 de Junho de 1979, às 14,00 (catorze) horas. Local "FIDENE", sita à Rua São Francisco nº 501, nesta Cidade de Ijuí (RS).

ORDEM DO DIA

1º - Leitura, discussão e votação das Atas das assembléias gerais realizadas no dia 29 de Novembro de 1978.

2º - Leitura, discussão e votação do Balanço do exercício de 1978, relatório da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal.

3º - Ratificação de Aumento de Ordenados.

4º - Assuntos Gerais.

De acordo com o Estatuto a votação será procedida pelo sistema de voto secreto. Na eventualidade de não haver número legal de associados para a realização da Assembléia ora convocada, a mesma será realizada uma hora após, no mesmo local e data, com qualquer número de associados presentes.

IJUÍ/RS, 15 de maio de 1979

CARLOS KARLINSKI
PRESIDENTE

Não desperdice e nem se mate. Aplique defensivo em sua lavoura seguindo as recomendações de um agrônomo.

INIMIGOS DO COOPERATIVISMO

Sérgio da Costa Franco*

Que o cooperativismo tenha inimigos não constitui novidade alguma. Sempre que um grupo de produtores se organiza para defender seus próprios interesses na comercialização daquilo que produz e consome, está evidentemente ocupando espaço que poderia ser conquistado por comerciantes. Adversários declarados do cooperativismo aparecem todos os dias, e mais ainda aparecerão na medida em que as cooperativas afirmarem seu papel na eliminação de desnecessárias e parasitárias intermediações. A hostilidade às cooperativas chega a ser a plataforma de algumas associações comerciais, e há nisso alguma lógica, embora nos pareça que sempre há de surgir espaço e ar para a atividade mercantil, por mais que se expanda o cooperativismo.

O incrível, espantoso mesmo, é que se declarasse hostil às cooperativas o próprio Ministro da Agricultura, sr. Delfim Netto, agora especialistas em "boutades" que talvez o imortalizem nos programas humorísticos, mas que seguramente não contribuem para aumentar a respeitabilidade de sua imagem de homem público. Primeiro, o sr. Ministro nos disse que reforma agrária era assunto para economistas desocupados.

Depois, que não adiantaria distribuir terras ao lavrador brasileiro, se não fosse possível arranjar um japonês para cada chácara! Por último, ele afirma que "cooperativa, no Brasil, é uma reunião de cem agricultores, e um malandro que fica com a caixa".

Ninguém dirá que o cooperativismo brasileiro seja santo. As falhas e imperfeições do sistema são conhecidas e proclamadas, e tanto maiores quanto menor for a participação da massa de cooperativados na gestão e fiscalização da entidade. Mas num país em que já existem organizações como a Cooperativa Agrícola de Cotia ou como a Cooperativa Triticola de Ijuí, a frase de efeito do Ministro da Agricultura soa como injustiça gritante, que por certo não irá favorecer um correto relacionamento entre a pasta da Agricultura e as mais poderosas organizações da produção primária no País. Está o cooperativismo alertado de que não tem muitas simpatias na área do governo e que só poderá contar com a sua própria eficiência e capacidade organizativa, pois graças não lhe virão do olimpo ministerial.

*Transcrito do Correio do Povo, edição de 22/05/79.



Combustível:

PROIBIÇÃO SUSPENSA

Diante das reclamações vindas de todos os cantos do país, o Governo suspendeu a Portaria 69, de fevereiro, que proibia a venda de combustível a granel em quantidade inferior a 100 litros. As reclamações chegadas ao Governo eram principalmente dos pequenos e médios agricultores, que não dispõem de recursos para estocar o óleo diesel — indispensável nos trabalhos de colheita da soja e no plantio do trigo (ver Cotrijornal nº 62).

O próprio secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Balthazar de Bem e Canto, protestou contra a proibição. Além disso, Bem e Canto escreveu um telex ao Conselho Nacional de Petróleo, manifestando-se contrário a uma outra resolução federal: a de que os produtores deveriam assinar uma carta comprometendo-se a não utilizarem qualquer derivado de petróleo a partir de janeiro de 1980. Esta última medida

visa principalmente àqueles produtores que possuem equipamentos de secagem de grãos.

Também a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul enviou telex à Brasília solicitando a suspensão da proibição da venda de óleo diesel em quantidades inferiores a 100 litros. Segundo a Federação das Associações Comerciais, a proibição "fatalmente acarretará quebra na colheita atual e impossibilidade de secagem de grãos". Para aumentar o coro de protestos contra a Portaria 69, quase todos os jornais de Cooperativas e Sindicatos, no mês passado, publicaram matérias onde os produtores afirmavam a sua contrariedade.

Em pouco menos de 40 dias, o presidente do Conselho Nacional de Petróleo, general Oziel de Almeida, foi obrigado a anunciar a suspensão da proibição.

Safra Recorde?

Há muito otimismo entre as autoridades com relação à safra de trigo de 1979. A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), que já fez diversas estimativas para a safra deste ano, previu, no início do mês de maio, uma safra recorde, que deverá situar-se entre 3 milhões e 800 mil a 4 milhões e 250 mil toneladas. Todo o otimismo governamental, entretanto, diz a CFP, fica condicionado à condições climáticas e fitossanitárias favoráveis.

A área plantada com trigo sofreu um aumento, este ano, da ordem de 50 por cento, especialmente no Rio Grande do Sul. Acontece que os agri-

cultores gaúchos, em má situação devido à duas sucessivas frustrações na safra de soja, foram quase que obrigados a pegar o financiamento de custo para o trigo.

No ano passado, quando o tempo ajudou bastante, foram colhidas 2 milhões e 800 mil toneladas de trigo. A maior produção já ocorrida no Brasil foi em 1976, quando foram colhidas 3 milhões e 226 mil toneladas de trigo.

Atualmente, mais da metade do trigo consumido no Brasil (5,85 milhões de toneladas) é importada, especialmente da Argentina, Canadá, Estados Unidos e Austrália.

A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.



O PROGRAMA FITOSSANITÁRIO SANDOZ PARA O TRIGO COMEÇA COM THIOVIT CONTRA O OÍDIO E TERMINA COM UMA GRANDE COLHEITA.

Resultado de anos de pesquisas, o Programa Fitossanitário Sandoz para o trigo é uma estratégia de auxílio ao triticulor no combate e controle das pragas e doenças de sua cultura. Assim:

- 1 • análise - gratuitamente, a equipe de técnicos da Sandoz estuda cada problema e orienta sobre os defensivos a serem aplicados.
- 2 • produtos - linha completa de defensivos de alta qualidade, liderada por Thiovit, fungicida específico, o que há de mais eficiente em enxofre molhável. Atua de forma fulminante contra o Oídio e aumenta a resistência das plantas. E mais: Ekatim, excelente inseticida sistêmico seletivo, para o controle das pragas sugadoras. Não prejudica os insetos benéficos; Zineb Sandoz BR, fungicida orgânico de amplo espectro é eficaz no controle de vários fungos e estimula o crescimento sadio da planta; Sandozlor, o adubo foliar mais completo para o equilíbrio nutricional, dá ao trigo mais viço e maior produtividade; Sandovit, espalhante adesivo, assegura maior aderência e eficácia dos produtos aplicados. Comprove a eficiência do Plano Fitossanitário Sandoz para o trigo. Proteja adequadamente sua cultura e sinta-se seguro e tranquilo. As colheitas virão fartas. E, com elas, seu lucro cada vez maior.

SANDOZ S.A.  Rua São Francisco, 500 - Santo Amaro
Caixa Postal 4419 - Tel. 246-5055
DIVISÃO AGROQUÍMICA  CEP 04709 - São Paulo - SP.

Filial: BAURU - Rua Virgílio Malta, 5-22 - Ed. Paganí, 1º and. s/v - Tel.: 22-5722 - CEP 17100 - SP • BELO HORIZONTE - Rua Padre Rolim, 395 - Funcionários - Tel.: 225-1681 - CEP 30000 - MG • LONDRINA - Rua Izaías Canete, 502 - Shangri-Lá - Cx. P. 5008 - Tel.: 27-4400 - CEP 86100 - PR • PORTO ALEGRE - Rua Dona Teodora, 503 - Navegantes - Cx. P. 1440 - Tel.: 42-8318 - 42-7057 e 42-6153 - CEP 90000 - RS • RECIFE - Rua João Ramos, 139 - Graças - Cx. P. 168 - Tel.: 231-1220 - CEP 50000 - PE • RIBEIRÃO PRETO - Rua S. sr.ª - P. Industrial Avelino Alves Palma - Cx. P. 775 - Tel.: 34-6929 e 25-0606 - CEP 14100 - SP • LUCAS LARANGEIRA - Pça. Santos Dumont, 3899 - Tel.: 23-1650 - CEP 87500 - PR

Preencha este cupom e remeta-o para a Sandoz S.A. - Divisão Agroquímica, S. Paulo, conforme endereço acima e receba, de graça, todos os folhetos e informações sobre o Programa Fitossanitário Sandoz, para o trigo.

Nome _____ Nº de Hectares Plantados _____
Nome da Propriedade _____ End. p/Correspondência _____ Nº _____
Cidade _____ CEP _____ Estado _____

O SACRIFÍCIO E O PRÊMIO

O pessoal da Cooperativa Central Gaúcha de Leite relutou um pouco, os técnicos da Cotrijuí não achavam muito bom e também os produtores não se mostravam muito satisfeitos. Mas todo mundo acabou por aceitar a imposição de uma portaria da Sunab determinando o estabelecimento de uma cota de leite para venda no verão. Várias reuniões com produtores e técnicos foram realizadas para explicar direitinho como o negócio vai funcionar.

A portaria da Sunab, que é a Superintendência Nacional de Abastecimento, estabelece que a cota de leite será formada pela média das produções obtidas nos meses de abril, maio, junho e julho. No verão o produtor poderá vender todo leite que quiser, mas só recebe pelo preço normal a quantidade de litros correspondente à cota e mais 30 por cento. Vejam um exemplo:

Entrega de Leite em abril — 2.000 litros
Entrega de leite em maio — 1.500 litros
Entrega de leite em junho — 1.000 litros
Entrega de leite em julho — 1.500 litros
Somando estas produções e dividindo por

quatro se estabelece a média do período: 1.500 litros e a cota para o verão: que são estes 1.500 litros mais 450 litros (os 30 por cento de 1.500), o que dá 1.950 litros.

Neste exemplo, o produtor poderá entregar até 1.950 litros como leite cota. A quantidade de leite que exceder a cota, será considerada leite excesso, e por cada litro a mais do que os 1.950 o produtor receberá um preço que corresponde apenas a 80 por cento do preço normal.

Esta classificação de leite cota e leite excesso será aplicado apenas nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Então o leite entregue em março, agosto, setembro e outubro não sofre redução nenhuma de preço, mesmo que a produção seja maior do que a cota formada em abril, maio, junho e julho. Mas atenção: leite ácido e leite adulterado não serão considerados para a formação de cotas.

COTA PRÊMIO

Com o objetivo de estimular o aumento de produção leiteira no período da entre-safra e premiar ainda os produtores que

mantêm um nível de produção mais ou menos constante durante o ano, a CCGL decidiu estabelecer a cota prêmio, que será aplicada exatamente no período de abril a julho do próximo ano. Ela funcionará da seguinte maneira:

— Aqueles produtores que, no período de abril a julho do ano que vem, entregarem uma quantidade de leite superior a média entregue nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, receberão uma cota prêmio de Cr\$. . 0,40 por cada litro de leite entregue. Exemplo:

Produção em novembro — 3.000 litros

Produção em dezembro — 3.500 litros

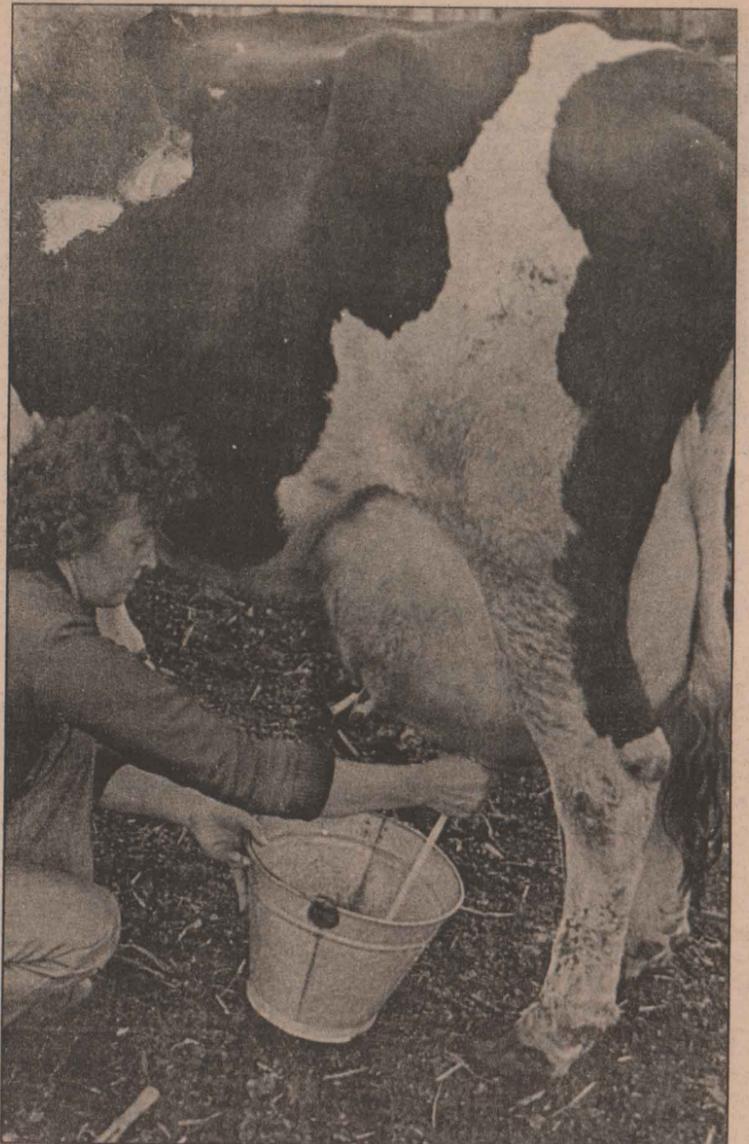
Produção em janeiro — 2.000 litros

Produção em fevereiro — 2.000 litros

A média do período é portanto de 2.625 litros. Assim toda produção igual ou superior a essa média nos meses de abril, maio, junho e julho receberá o prêmio de Cr\$ 0,40 por litro. Produção inferior terá preço normal. Exemplo:

Produção do mês de abril — 2.700 litros (recebe cota prêmio)

Produção do mês de maio — 2.600 litros



Revista A&C

O prêmio valorizando a produção constante

(não recebe cota prêmio).

Produção do mês de junho — 2.625 litros (recebe cota prêmio)

Produção do mês de julho — 2.000 litros (não recebe cota prêmio)

Só para reforçar: toda produção receberá cota prêmio quando for igual ou superior a média e não só os litros que a excederem. Se a entrega foi de 2.700 litros, todos os litros receberão um preço adicional de Cr\$ 0,40.

Em defesa dos produtores

Reunidos em Assembléia Geral na Fidene, dia 9 de maio, 59 produtores de leite de Ijuí resolveram fundar a APLI — Associação dos Produtores de Leite de Ijuí.

Na Assembléia, os presentes aprovaram os estatutos da nova entidade e ainda elegeram a primeira diretoria, que ficou assim constituída: Presidente, Harri Streter; Vice-Presidente, Lindolfo Schulz; 1º Secretário, Erico Henke; 2º Secretário, Ivo Wächter; 1º Tesoureiro, Walter Ristow; 2º Tesoureiro, Dari Wadas.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Edvino Beier, Hélio Grenzel, Waldemar Sauer (efetivos); Arlindo Wächter, Harry Rusch, Egon Rusch (suplentes). Os objetivos da APLI, segundo os seus fundadores, são "a defesa dos interesses dos produtores de leite e a organização da classe nas lutas reivindicatórias referentes à produção leiteira".

A Associação dos Produtores de Leite de Ijuí terá dois tipos de associados: Os *Fundadores* (que assinaram a ata de fundação) e que contribuiram com uma jóia de Cr\$ 500,00; e os *Contribuintes*, cuja jóia será de meio salário-mínimo regional.

PARA AS DOENÇAS DO TRIGO:

DITHANE M-45 E KARATHANE

Triticulador, não deixe as doenças do trigo prejudicarem sua colheita e seu lucro. Use Dithane M-45 e Karathane. Dithane M-45 controla as ferrugens, septorioses e a helmintosporiose. Karathane controla o oídio. É preciso produzir mais para importar menos. Lucra você, lucra o Brasil.



Alguns defensivos agrícolas podem até mesmo causar o câncer. Muito cuidado, então, ao aplicá-los.



NINGUÉM MAIS ENTENDE A ESCOLA

Uma discussão sobre o ensino que hoje é levado aos jovens rurais reuniu 13 professores numa mesa redonda realizada em Tenente Portela. Eles fizeram críticas ao sistema educacional, às famílias de alguns alunos e ao seu próprio trabalho. Participaram também da mesa redonda Noemi Huth e Rui Polidoro Pinto, da assessoria de Comunicação e Educação da Cotrijuí.

Cotrijornal: como é que está a situação do professor rural, e do ensino rural, por consequência, nesta região? Está sendo voltado para o jovem rural ou é igual aquele dirigido aos estudantes na cidade?

Stanislau: é difícil fazer um paralelo entre o ensino do interior e da cidade, porque, mesmo em cidades, acreditamos que o ensino não esteja desenvolvendo um programa adequado, que vá de encontro ao educando de um modo geral. Se nas cidades nós encontramos deficiências, é claro que no interior é muito mais difícil, devido às condições sociais de cada um. Na cidade a pessoa convive com outros meios de comunicação, e mesmo com outras pessoas que tem uma educação, pelo menos no linguajar, um pouco mais desenvolvida. No interior, o pessoal fala um linguajar bastante rude, e, a partir daí, a gente, principalmente eu, como professor de português, nota a grande dificuldade em desenvolver um conteúdo bom. Na teoria é muito fácil a gente dizer que deve ser feito assim, que deve ser feito assado. Mas, na prática, as coisas não são bem assim.

Cotrijornal: faltaria o quê, então?

Stanislau: estrutura. Já abordando aqui a Reforma do Ensino, acho que foi feita a coisa muito bonitinha no papel, mas falta muita infra-estrutura no ensino. Falar em ensino profissionalizante, é muito bonito, mas na prática, realmente, o ensino profissionalizante se detém mais em fazer chaveirinhos, talvez uma tabuinha de polenta, coisinhas assim que são muito insignificantes, até na economia do lar. Os professores também muitas vezes falham, pois, como todo profissional, tem

suas falhas, e nós não fugimos da regra.

Olário: isso aí já parte tudo de um sistema. Ele nos impõe que o primeiro grau é sondagem de aptidões. Então, as partes técnicas que se tem, devem ser exploradas para que o aluno demonstre suas aptidões. Eu acho isso bastante falho. Nós, no caso do interior, temos os professores de técnicas através da UMIT, que fica três dias numa determinada escola — três meios dias, melhor dizendo — na maioria deste tempo dentro de uma sala de aula dando teoria em vez de prática. É a nossa deficiência, a falta de prática, para que o aluno realmente demonstre o que ele gosta de fazer ou o que ele faz bem.

Cotrijornal: o que é esta UMIT?

Olário: são carros-escola que nos trazem as técnicas para o interior. A UMIT é mantida pelo Estado, porque não seria possível cada escola contratar um professor de técnicas agrícolas, um de comerciais, industriais, domésticas.

Gildo: eu também colocaria o aspecto de má interpretação da atual Reforma do Ensino, da lei 5962, além das condições econômicas do aluno e da própria escola. Nós temos uma educação bancária, e não uma educação pragmática, na base de experiências. É uma educação bastante teórica, que fica só no papel. Nós podemos exemplificar isso aí com as aulas de ciências. O professor trabalha numa escola que não tem condições. Laboratório não existe. E, se existe, não tem pessoal capacitado para trabalhar neste laboratório. Então a educação fica no papel. O aluno sai do primeiro grau, entra no segundo grau, o ambiente é bem diferente, os métodos de ensino são diferen-

tes, e ali o aluno encontra problemas. Eu mesmo estou notando, talvez seja falha de alguns professores, o uso ainda do método decorativo, daquela imposição que está havendo muitas vezes ainda. A educação deveria ser mais com base na experiência, trabalhos concretos, que tragam aproveitamento para o aluno. O currículo das escolas do primeiro grau, por exemplo para a vida prática do aluno que pretenda viver no campo, não é muito aconselhável não. Sei que quando eu iniciei a estudar, na terceira série sabia calcular juros, etc. Hoje o aluno sai da oitava série e, se não é a criatividade do professor, ele não sabe cubar madeira, achar a área quadrada, calcular juros. Não sabe nada.

O professor é tudo. Até palhaço

Leopoldo: os conteúdos são elaborados por órgãos governamentais e existe a obrigatoriedade, tanto no meio rural como no urbano, de seguir os mesmos conteúdos. Então o professor geralmente aplica aqueles conteúdos do jeito que vem as obrigações. O aluno conclui, digamos, a quarta série no interior, e como não tem condições de continuar na escola, automaticamente ele permanece semi-analfabeto. Apenas assina, mal e porcasmente, o nome dele. E por quê? Eu sou contra a lei da Reforma, porque não são todos os alunos que tem continuidade e esta lei foi criada justamente para dar continuidade ao estudo. Então os alunos,

em matemática, são automaticamente zero.

Olário: eu não sei, mas acho que existe aí uma abertura. A escola pode, de acordo com o meio, inserir no currículo alguma parte que ache necessária. Eu, na minha escola, propus aos meus professores, e eles concordaram, em dar a matéria de juros, cubação, aquilo que o aluno vai utilizar na prática depois de sair da escola. Então depende um pouco da direção, porque tem esta autonomia de aumentar o currículo.

Leopoldo: eu vou lhe dizer uma coisa curta e certa. O senhor é diretor de um estabelecimento que tem, digamos, cinco, seis, ou quem sabe, uma dezena de pessoas. Eu me refiro, porém, aos professores do meio rural que trabalham com classes unidocentes, onde, geralmente, o planejamento de conteúdos e planos curriculares são feitos englobados. Então o professor não tem condições. Em primeiro lugar ele é muito mal pago. Em segundo lugar, ele não dispõe de tempo suficiente, em classe unidocente, para elaborar os planos de aula. Ele se guia então pelos planos curriculares. E o plano curricular é justamente este dos conteúdos elaborados pelos órgãos governamentais.

Gildo: o professor no meio rural, é diretor, é secretário, tesoureiro, padre, presidente do Círculo de Pais e Mestres, é tudo. Até palhaço ele é. Está atarefado umas quantas vezes. Existe uma burocracia tremenda. A exigência vem: "tem que fazer isso, aquilo, assim, assado". Mas o problema é que no momento em que o professor deixar de fora o antigo ensino e se basear simplesmente pelos livros didá-



Maria Dinorá de Moura — Bananeiras, Santo Augusto

ticos que vem adotando . . .

Leopoldo: está ralado.

Gildo: . . . está ralado. E o professor primário, para facilitar o seu trabalho com mais de uma classe, está adotando estes livros. Você me dão razão ou não?

Erlene: claro!

Gildo: está acontecendo bem isso aí. Outro aspecto: a má remuneração. Eu estou notando nos professores uma reclamação assim: "bem, este ano eu vou ser um cara assim acomodado, eu vou trabalhar de acordo com o que eu ganho". O professor está certo, está sendo um acomodado. Mas ele está prejudicando a quem? Ao próprio aluno. E quando o professor ainda tem uma vontade de trabalhar, acontece o seguinte: não há colaboração por parte das comunidades. Por quê? O professor é de uma classe que não é reconhecida. Agora, com a greve (risos), conseguimos subir um pouquinho.

Leopoldo: tem o piso salarial . . .

Cotrijornal: falando em remuneração, como é que estão os salários? Mudam de município para município? Existe mais ou menos um salário base?

Gildo: em Tenente Portela, pelo que eu estou sabendo agora, está em torno de Cr\$ 2.107,36, uma coisa assim.

Elze: nos outros municípios é também nesta base.

Maria Dinorá: Santo Augusto está com Cr\$ 2.700,00.

Um abacaxi que vem a ser bom

Leopoldo: no nosso município os professores são pagos de acordo com o padrão. Mas tem outra coisa, só para complementar isto de adotar livros que fogem dos conteúdos. Acontece o seguinte: se o aluno tiver continuidade, na conclusão, por exemplo, do primeiro grau, e ele freqüentar nas séries seguintes uma escola no perímetro urbano, dentro das disciplinas dele, será um fracassado. Isso porque foge dos conteúdos programados que a escola exige. Se você seguir só dentro de um ritmo, como é o nosso caso, ele conclui a oitava série e não sabe multiplicar nem dividir.

Gildo: por exemplo um aluno que sai do interior, de uma escola municipal onde exista a quinta série, ele sai fraquíssimo. Ele segue freqüentando uma sexta

série muito fraquinho, com seus níveis de conhecimento lá embaixo. Aí como muda de uma escola municipal para outra de primeiro grau completo, encontra aquela barreira. Eu tenho casos, na minha escola, onde alunos já estão repetindo pela terceira vez a sexta série. É coisa incrível. Vão bem em algumas disciplinas, porém, em outras é uma decepção. Por quê? Porque talvez, na escola do interior, no histórico vem só oito, nove, dez. Primeiro lugar. Vai sondar um aluno assim ele não tem nada. Aquelas notas são todas podres. É que talvez o professor chega a simplesmente dá as aulas de língua portuguesa, matemática, história, geografia. Esquece educação artística, mas as aulas são registradas. Aí entra novamente o problema do professor unidocente, onde ele não tem como dividir o tempo.

Cotrijornal: qual é a margem de liberdade do professor para aplicar ou não o currículo, acrescentar ou diminuir coisas?

Egídio: lá no nosso caso, a gente se reúne no início do ano e nós mesmos elaboramos o plano de curso. Então aí fica mais flexível para o professor, porque às vezes numa localidade onde tem indústria, o pai gostaria de um determinado tipo de estudo. Já na colônia um outro tipo. Então está em cada professor planejar, se reunindo em grupo, para debater o assunto e colocar o necessário, reforçar mais. Embora que no final do ano, que é o problema principal, na elaboração da prova, os professores devem se reunir novamente e planejar a prova. Senão, depois, o professor se pergunta: "mas se no exame não aparece nada disso aí, vou perder o meu tempo com esta parte?" Se reunindo para elaborar a prova, fica também mais dentro daquilo que os pais querem. Nunca vai atingir os 100 por cento, mas sempre 70 já é mais do que nada.

Erlene: e no momento em que este aluno vai para a cidade estudar? Daí o pobre sofre. Este é o problema.

Egídio: mas vem o caso que lá no interior, a maioria vai só até a quinta, a quarta série, e depois não segue mais estudando. A matemática moderna, que a gente se refere, que é um abacaxi, vem a ser coisa boa porque ela desperta o raciocínio da criança. Ela não tem tanta influência lá na localidade, mas é boa para a criança que vai continuar estudando. Aquela que vai só até a quarta série, esta não aproveita nada de matemática moderna. No momento em que todos os pais



Olario Kirst — São Pedro, Tenente Portela

colocarem seus filhos a estudar, seguindo os estudos, aí vai terminar a briga dos que não sabem conta de dividir e multiplicar. A não ser que a quinta, a sexta, sétima e oitava série continuem um abacaxi.

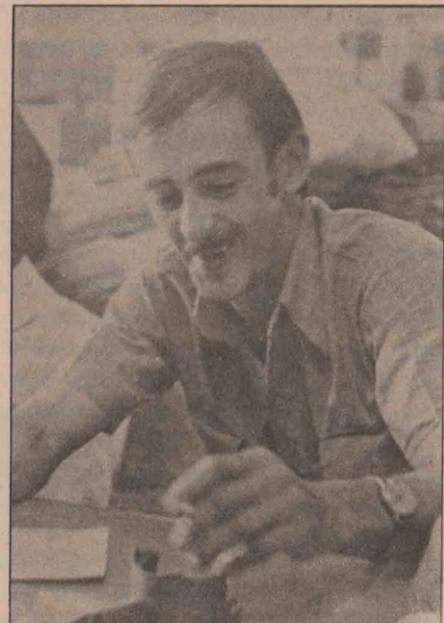
A autoridade caiu por terra

Maria Dinorá: isso aí ainda quando não houve a extinção das quintas nas localidades. A criança que consegue ainda freqüentar uma quinta série tem uma chance maior de ter uma complementação melhor. Porque a quarta série mesmo, tanto faz se no interior ou não, é de uma terminalidade mínima.

Egídio: qual é a diferença, a nível de formação, a nível mental da criança, a quarta série estudar o Rio Grande do Sul ou o Brasil? Será que vai prejudicar se ela, no lugar de estudar o Rio Grande do Sul, estudar as regiões do Brasil? Eu até acho que é mais fácil para ela ter uma visão, do que se fechar no Rio Grande do Sul. Depois ela vai para a lavoura, porque não estuda mais, e não sabe nem o Rio Grande do Sul.

Gildo: o problema, muitas vezes, não que eu queira culpar os professores, mas muitas vezes é um pouco de comodismo nosso também. Às vezes o professor pensa: "mas eu vou ter que pesquisar para saber calcular o juro e explicar para o aluno". Então não há uma preparação por parte do professor. E o que é a vida prática do aluno? Ele vai saber ler, escrever, calcular, ter conhecimentos gerais, um pouquinho de História e Geografia. A quarta série, por exemplo, estuda agora o Rio Grande do Sul. Enquanto eu estava na terceira série sabia os 22 estados do Brasil, suas respectivas capitais e tudo mais. Agora a gente chega para o aluno e pede, inclusive eu pedi ano passado no exame para a quarta série, "qual a capital do Rio Grande do Sul?" "Tenente Portela". Eu acho assim que deveria haver mais incentivo por parte dos pais em fazer os filhos estudarem, porque a carga não pode cair toda em cima do professor, que é o pau para toda a obra.

Leopoldo: eu me permito te contrariar. A liderança do professor rural caiu com a evolução da agricultura, porque não existe mais aquele entrelaçamento entre o professor e a comunidade. Isto é



Egídio Camera — São Miguel, Augusto Pestana

quase geral. Com o término da liderança, eu não sei quais as razões, o professor perdeu também a autoridade dele. Você dá o trabalho para o aluno e ele faz se quer. A autoridade do professor caiu por terra.

Ferreto: este mal todo que nós estamos enfrentando, entendo eu, está justamente no núcleo comum e na parte diversificada. Com a Reforma do Ensino, nós temos um núcleo comum que obriga a desenvolver determinado conteúdo, ficando a parte diversificada de acordo com cada região. Casa escola pode fazer seu plano pedagógico e realizá-lo. Isso nos parece que trouxe um grande esvaziamento da carga horária de conteúdo realmente de aula, aquilo que no antigo estudo deveria ser dado e complementado. O estudo está sendo fraco porque houve, então, uma grande diminuição do conteúdo básico, ficando a parte diversificada a tomar um grande espaço das horas-aula. Com isso o aluno fica prejudicado em conhecimento de conteúdos. No momento que vai prestar um exame não tem condições. Então acontece isso de que a capital do Rio Grande do Sul é Tenente Portela. O aluno não conseguiu assimilar as coisas. É tudo dado por cima, em muito pouco tempo. Aí então, nós vamos dar uma técnica agrícola aqui, uma educação artística ali, três ou quatro horas de educação física por semana (que no fim acabam em seis horas), muita religião . . . E tem mais uma coisa que é importante: o nosso aluno do fundamental não precisaria estar recebendo essa área diversificada, estas técnicas, agora. Ele deve entrar nisso aí no segundo grau, quando está mais ou menos formado e sabe o que quer.

Assim a coisa não vai bem

Cotrijornal: Concretamente, que tipo de disciplinas compõem esta parte diversificada, já que muita coisa poderia ser eliminada?

Maria Dinorá: educação para o lar, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e industriais.

Cotrijornal: mas e detalhando isso aí?

Maria Dinorá: nas técnicas domésticas, nós, pelo menos, damos noções de economia do lar, higiene, alimentação, grupos de alimentos, fazemos campanhas de alimentação, higiene escolar. Em técnicas agrícolas se pega a olericultura, jardinagem. São noções mínimas sobre isso. Não existe um determinado conteúdo onde poderíamos nos basear. É para desenvolver aquilo que seja mais da realidade da criança, da região. No caso, por exemplo, de ser época de plantar trigo, se pode tratar de tipos de solo, adubação, preparo da terra, combate a pragas . . . Se desenvolve isso aí.

Cotrijornal: e nas técnicas comerciais?

Erlene: São também apenas noções. O aluno deve conhecer um cheque, uma nota promissória, saber preencher o modelo quatro, etc.

Anelso: eu não sei, mas tenho uma opinião um pouco diversa das dos demais. Acho que enquanto for dado o mesmo tratamento ao aluno citadino e o do meio rural, a coisa não vai ir bem. Eu acho que tem que dar exatamente o essencial ao

Precisa ter muito café no bule

aluno do meio rural, que fixe este aluno futuramente e que o prepare para o meio rural. No entanto, o que noto, é um tratamento igual. Uma parcela de culpa nisso de não preparar o aluno, eu acho que nós temos também, porque o currículo e o planejamento são flexíveis e cada professor, cada escola, faz o planejamento de sua matéria. Então nós devemos levar em conta o meio aonde estamos atuando, preparar o aluno para este meio e não para a cidade. Também há divulgações, os rádios, jornais, televisão. Se fala tanto em minifúndio, que vai incutindo no aluno que ele é obrigado a fugir dali, que aquilo não é mais lugar para ele. E nós temos que tentar alguma coisa. A não ser que os responsáveis pelo ensino, fizéssem, por exemplo, um departamento, um setor, que tratasse do ensino rural específico.

Cotrijornal: e não existe isso na Secretaria de Educação?

Ferreto: já existiu

Anelso: mas hoje não tenho conhecimento. Eu sei que o tratamento é o mesmo, os currículos mais ou menos coincidem.

Gildo: deveria haver um planejamento integrado. O interior de acordo com a sua realidade.

Leopoldo: e em termos de continuidade?

Gildo: aí é que está o nó da questão.

Anelso: aí tem um detalhe. O núcleo comum é o exigido na continuidade. E este é o mesmo em todo País. Agora, a parte diversificada é que deve ser acentuada no meio onde está inserida a escola. Na minha comunidade, se ela é essencialmente agrícola, o que eu quero com técnicas industriais?

Erlene: imagina o momento em que este aluno vai embora dali. Eu creio então que o professor do meio rural, neste caso, tem mais responsabilidade. Ele deve preparar o aluno para viver no meio rural e conhecer um pouco da zona urbana, porque quando ele vai lá, não conhece um banco, não conhece uma exortaria, ele não sabe nada. Ele é um bobo na cidade e todo mundo vai passar a conversa nele.

Olario: nota-se uma diferença, até no meio rural, de uma criança que provém de uma escolinha mais retirada para aquela de uma escola de primeiro grau completo. No momento em que o aluno chega lá na quinta série, recebe um impacto. Na minha escola, por exemplo, este ano tem 20 alunos que vieram de escolas da redondeza e, destes, eu não sei se 10 serão aprovados.

Anelso: tem outra coisa que também não está certa. Se eu tenho uma determinada especialidade, vamos supor se o sujeito está fazendo um curso de Letras, de Ciências, ele às vezes está completamente deslocado na área dele. Ele está fazendo Letras, mas na escola deve lecionar matemática também.

Leopoldo: o professor do meio urbano é especialista em português ou em técnicas, vamos supor. Nas escolas de área querem que os alunos que vem das escolas tributárias tenha o mesmo aproveitamento dos seus antigos alunos. Os



Erlene Portela Fleck — Redentora

professores e direção se queixam que o rendimento do aluno não é tão satisfatório. Agora vamos ser coerentes: o professor com classe unidocente, de onde veio este aluno, que trabalha com quatro séries, ele precisa ter muito café no bule.

Cotrijornal: o que é uma escola tributária e uma escola de área?

Leopoldo: uma escola de área é aquela que tem até a conclusão do primeiro grau, (até a oitava série). A escola tributária fica nas adjacências de uma escola de área e prepara apenas da primeira à quarta série.

Não adianta só empurrar matéria

Olario: mas e qual seria a solução? Eu, por exemplo, não posso baixar o nível de ensino da minha escola nestes casos. Concordo que não existem condições, porque eu já trabalhei com escolas bem no interior. Não se pode ter o mesmo rendimento que o aluno tem, sendo o professor sozinho. O professor pode fazer o que quiser lá dentro da sala dele. Mas eu não posso baixar o nível de ensino na minha escola. Qual seria a solução para estes alunos que não acompanham?

Gildo: o Brasil aplica quantos por cento em educação? São 4,7 por cento do orçamento. E já foi menos. Existe assim uma carência de material humano nas escolas pequenas para dar maior amparo ao aluno. Concordo também que uma escola de área não pode baixar o nível de ensino, tentando igualar-se ao aluno que veio do interior. Porém pode dar um atendimento mais especial, para recuperá-lo, alfabetizá-lo, porque é crítica a situação. Mas com esta carência de pessoal que nós temos...

Egídio: o problema que se coloca aí também, não é para baixar a ripa, é que quando o professor tira a faculdade, vamos dizer se tem matemática, ele capricha na matemática, mas dá um péssimo português. Então a briga fica ali dentro mesmo. Ele esquece o português, fica o erro todo lá no quadro, a palavra escrita errada, porque este não é seu interesse.

Cotrijornal: vocês estão colocando que o professor hoje está fazendo faculdade. Mas até que ponto isto é uma realidade para o professor do meio rural? Muitos estão se preparando assim?



Stanislaw Jaguszevski — Capoeira Grande, Tenente Portela

Egídio: só uma pequena parte

Maria Dinorá: aqueles com formação de segundo grau tem condições, às vezes, de fazer faculdade, durante as férias. A maioria, porém, só tem o primeiro grau e permanece no interior. Quem tem o segundo grau ou o magistério, não se atém mais em ficar no interior, lá fora, numa escola unidocente. Ele se muda para a cidade, procura um ambiente melhor.

Egídio: ele vai estudar para sair daquele ambiente

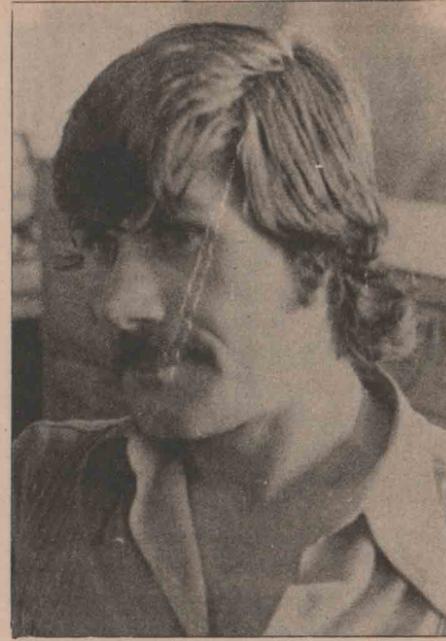
Anelso: então as maiores dificuldades vão recair sobre aquele que fica, que tem as menores condições. É uma carga muito maior. E não vejo como e por que sair desta situação...

Egídio: O que adianta se especializar, ter a faculdade, se não tem aquela sensibilidade dos problemas do lugar, os problemas que a criança sente na sua comunidade? De nada adianta só empurrar matéria na criança, se a gente não sente o problema dela. Não adianta colocarmos adubo aqui nesta água, para crescer esta outra aqui. Não tem nem cabimento. Sem base de alicerce, não adianta nem colocar telhado numa casa. Se todos tivessem psicologia! Se a criança não aprende não adianta colocá-la num canto. E nem é necessário. Porém é bom um conselho, porque se a gente não sentir o problema da criança em casa, talvez tenha ido na aula sem almoçar, sem tomar café, não tem nem uma mesa para fazer o tema, como é que nós vamos exigir algo dela?

Criança quer dirigir trator

Anelso: o problema às vezes não está no ensino em si. Está lá na família.

Egídio: evidentemente. A gente não quer colocar para os pais porque sempre o que sabe mais é o mais burro. E aquele que não tem condições? Por exemplo: o trabalho que é dado para uma criança no terceiro ano, já o pai e a mãe não sabem dar acompanhamento. E cada um tem um método. Por um método novo que tem aí a mãe não pode nem dar uma instrução, porque o método falha. Então o que acontece? A criança já vem na aula sabendo A, B, C, D, E, F, G, H, e de que adianta isso? Pronto, desmoronou o planejamento do professor!



Anelso Salamoni — Bom Plano, Tenente Portela

Leopoldo: desmoronou e já vou explicar o porquê. Há 20 anos atrás um aluno que ia na aula, chegava em casa e perguntava: "pai como é que se faz tal cálculo. Amanhã tenho que levar este trabalho feito". Hoje você dá um trabalho de matemática para um aluno do terceiro ano, que é tudo cheio de desenhinho, figurinha, coisinhas, e ele chega e diz "pai, mãe, como é que se faz isso?". "Meu filho, eu nunca vi". Aí desmoralizou o trabalho do guri e ele se sente até mal. Não pergunta porque nem os pais conhecem.

Egídio: e também tem a sobrecarga dos pais em atividades, em negócios, em bancos, em coisas. Se o pai não se interessa, o filho não se interessa. E há aquele problema do maquinário, que todo mundo sabe que a criança gosta de dirigir trator. De escola não quer nem saber.

Noemi: se a criança gosta mais do trator do que da escola, aí não estaria uma falha, uma divergência da realidade do aluno e a realidade da escola?

Egídio: exatamente. Mas quando a criança fala em trabalho da escola, o pai está lá pensando "quebrou uma peça do trator, vou lá buscar". Agora então teria que ter um trator na escola para satisfazer o desejo da criança. É a mesma coisa que experimentar largar um chocolate na frente de uma criança que nunca comeu chocolate. Ela come dois quilos. Agora, depois que ela largou a vontade, está saciada, experimenta largar uma laranja e um chocolate! Ela pega a laranja.

Gildo: o professor chega e coloca o problema, que é o ensino e a aprendizagem, pede um auxílio aos pais, um maior incentivo. Os pais acatam aquilo do professor e amém a tudo. Quando chegam em casa não colocam nada em prática, não incentivam seu filho. Com a mecanização da agricultura o filho se interessa por isso aí. Mas o pai não se dá por conta que o filho sem aprender não vai saber também manusear uma máquina, não vai conseguir realizar nada. Acho que depende muito, muito mesmo, dos pais. Porque não adianta nada eu chegar na sala de aula e dizer: "Joãozinho, tu tens que vir mais limpo. Joãozinho, tu tens que fazer isso aí". Se não há um incentivo por parte dos pais, o meu trabalho cai por terra. O que o professor vai fazer? Vai ter que voltar, pegar e fazer tudo direitinho. "Não Joãozinho, é assim que se faz".

Erlene: tem outro fator: o aluno que é do interior ele trabalha muito. De noite não tem vontade de pegar um livro



Ricardo Ferreto — Tenente Portela

e estudar. Ele está caindo de sono. Se ele tem aula de manhã, chega em casa e tem que almoçar correndo para ir ajudar na lavoura, fica a tarde inteira na lavoura. Quando chega em casa tem ainda que ajudar a tratar a criação, tirar leite e fazer não sei mais o quê. Este aluno tem condições de fazer o tema? Se ele pega um livro, dorme em cima do livro.

Gildo: Ali entra novamente o maior incentivo da família, um planejamento: "olha, tal hora você vai ter disponível para estudar" e quase obrigar o filho a estudar.

Egídio: e pelo menos uma hora, não só quinze minutos.

Cotrijornal: chegamos num ponto que é falta de interesse da família pela escola: O que aconteceu para se chegar nisso. E o que provocou, especificamente, a perda de liderança do professor na comunidade?

Elza: primeiro o professor viva mais junto da comunidade. Hoje em dia, no nosso caso lá em Chiapetta, os professores moram quase todos na cidade e se deslocam para ir lecionar no interior. Não vivem então o problema da comunidade, às vezes nem conhecem os pais, a família do aluno.

Silvia: o setor financeiro também conta. O professor não pode acompanhar. Há anos atrás o professor era bem pago. Eu, pelo menos, quando comecei, era. Agora regrediu. Os colonos se instalaram bem, estão bem de vida. Em festividades, em coisas, o professor não pode participar. Clube? Deus o livre. O professor não tem condições de se associar.

Anelso: os pais não estão entendendo mais a escola.

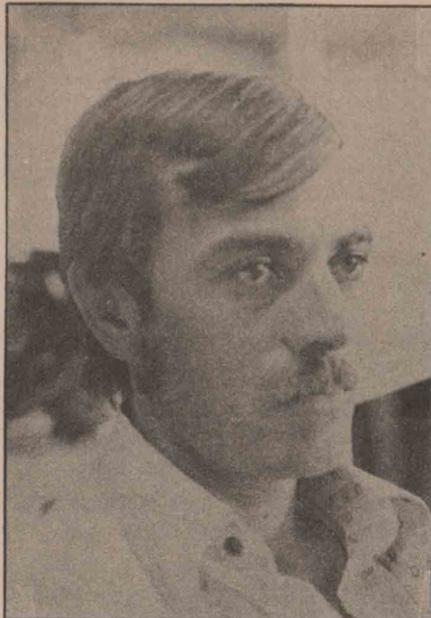
Pegam esta profissão como espeto

Cotrijornal: Por que motivo? Os pais estão ficando mais burros ou é a escola que não está se fazendo entender?

Anelso: todo mundo sabe que a escola passou por uma evolução. Há anos atrás o aluno chegava em casa com suas continhas de juros, o pai entendia. Hoje ele vai com conjunto e o pai não entende mais.

Olário: a escola se transformou e o pai não acompanhou, estacionou.

Leopoldo: a Reforma do Ensino foi feita para dar continuidade ao aluno.



Adão Hacker — Linha Santo Antonio, Braga

Acontece que os pais não tiveram esta continuidade. Pararam ali na antiga lei e agora na lei da Reforma eles estão afastados.

Ferreto: com esta Reforma, estas coisas modernas que o pai não entendeu, ele ficou marginalizado. Não se acha em condições de dar apoio moral para a escola. A Reforma do Ensino, nós estamos criticando, mas ela é boa. É boa para uma população, para a gente que tem condições de se adaptar à esta realidade. E a nossa população não tem condições. É esta matemática reformulada, que através de figurinhas de um amontoado de conjuntinhos, de uma série de coisas, que leva a grandes descobertas. Agora, o nosso aluno tem tempo disponível para isso? A família preparou este filho, lá no lar, desde o início, para ele entrar numa escola deste tipo? É claro que não. Não existe ambiente para isso. Ele sai de casa e vai para a escola viver uma mudança tão brusca, que até se adaptar já criou barba.

Stanislau: e aí já mudou de novo.

Erlene: mas e o problema? Eu acho assim que pai é pai e mãe é mãe. Eu que tenho a minha filha que está estudando, acho que os maiores responsáveis pelo filho são o pai e a mãe, porque eles não vão lá na escola ver os problemas, pelo amor de Deus, então não coloquem os filhos no mundo.

Romilda: antigamente os pais nos procuravam mais na escola. Hoje vão ainda, não posso me queixar na minha comunidade, que é tudo perto também da cidade. Mas antes o pessoal era mais humilde, vinha mais de encontro. Hoje com a evolução há outros interesses, está tudo muito dividido.

Anelso: os pais começaram a lidar com o sistema bancário, a cooperativa, negócios. Então: "o professor, a escola me chamou hoje lá por um motivo, mas, ah!, a escola depois, vou atender primeiro os meus negócios".

Ferreto: e sobre a autoridade. Antes o aluno fazia qualquer travessura e se podia dizer: "amanhã tu não entras na aula. Só se vier acompanhado do pai". Hoje não dá mais para dizer isso.

Cotrijornal: faltaria então uma vara de marmelo?

Egídio: não digo tanto, o professor está bem atualizado. A questão é que os pais tem que apoiar o professor. As crianças, às vezes, não têm nem uma régua para traçar um alinhamento reto. Mas o dinheiro para o maço de cigarro, a garrafa de cachaça, para isso tem.

Gildo: o professor deveria se conscientizar de que ele está lidando com pessoas humanas. Muitos de nós pensamos simplesmente em ganhar dinheiro e não em dar uma educação para o aluno. Então pedimos muitas vezes colaboração aos pais. Ela existe. Pouca ou bastante, depende da comunidade. Se o professor trabalhasse com amor à camiseta, tentasse através do clube de mães, Círculo de Pais e Mestres, num trabalho a longo prazo, tentar trazer os pais...

Maria Dinorá: no caso aí é a vocação. Grande parte do magistério pega esta profissão como espeto. Tendo vocação haveria aquela doação, a motivação para que o aluno venha para dentro da sala de aula, de verdade, não só em corpo.

Gildo: estes dias conversando com o secretário municipal de educação ele me disse: "veja como é que está a realidade do nosso ensino. Chegou uma normalista e pediu se podia arrumar um contrato para ela, porque a soja deu mal". Veja só. Colocou a educação em segundo plano. Ela não tem vocação. Quis só achar um meio de se recuperar da frustração da safra e ganhar uns troquinhos. Essa professora, se ganhar um contrato, só vai estragar um aluno.

Tem que dar 16 horas em 4

Leopoldo: tem uma coisa que eu discordo num ponto e concordo no outro: o aperfeiçoamento do professor rural, em concluir esse normal do segundo ciclo, que é o período de férias. Ótimo. Agora eu discordo pelo seguinte: na época em que eu estudei, o normal era em oito anos. Depois baixou para seis e depois para quatro anos. Me diga qual é a parte didática que o professor no período de férias aprende, ali em julho, janeiro, depois vai uns dias em setembro, faz o estágio dele numa série e mandam este professor para o meio rural? Ali ele vai pegar uma classe unidocente e não sabe por onde vai iniciar.

Silvia: ele tem que dar 16 horas em quatro, porque o calendário escolar exige que tantas horas cada série deve ter durante a semana. Então todas as séries precisam ter quatro horas de aula. E quatro vezes quatro são 16. Em quatro horas tem que dar 16. Tem que dar, maneira de



Silvia Klein Müller — Ponte Branca, Augusto Pestana

dizer, porque não pode.

Leopoldo: voltando a história da liderança. Hoje a preocupação do povo, o egoísmo, é produzir...

Erlene: é ganhar dinheiro

Cotrijornal: como ganhar dinheiro, se no entanto todos nós sabemos que está todo mundo chorando, todo mundo mal de vida?

Leopoldo: Antes não tinha a soja. O povo plantava uns pés de milho, abóbora, feijão, mandioca. Mas hoje você chega de Redentora até, digamos, Santo Augusto, e pega adiante, você pode ver: ao redor da casa lavraram os poteiros, não tem mais chiqueiro de porcos, não tem mais galinha, tomate... Então a preocupação deles é a lavoura. Deu uma frustração, ficam meio loucos. Se despreocupam da escola, da igreja, de futebol, de tudo.

Egídio: e um pouco também é a parte monetária. O pai desconta já sindicato, desconta imposto da terra, mais dízimo da igreja, mais taxa da escola, mais tantos por cento não sei do que. Então ele fica com a cuca explodindo. O pai está arisco nesta parte. E, por outro lado, aquilo que se coloca fica com meia resposta, só no intermediário. Nesta parte ele vai recuando. Aonde não há resposta não adianta.

Gildo: quando nós planejamos, devemos ter uma solução, uma justificativa e uma iniciativa para o problema. E não ficar naquela só de planejar e não executar. Se nós tirássemos um tempo para sentar e conversar com o pai e apresentar aqueles que são os maiores problemas do filho, de disciplina e tal, também seria melhor.

Stanislau: o sistema de avaliação que nós professores utilizamos, faz com que pessoa semi-analfabeta esteja entrando para o segundo grau.

Cotrijornal: como é que vocês interpretam esta avaliação. É interesse de quem?

Ferreto: é até do próprio professor. Com a Reforma do Ensino, o aluno que não consegue vencer o programa desenvolvido durante o ano, não alcança aquela média das notas exigida pelo colégio, vai então entrar numa recuperação terapêutica. Dependendo do número de aulas que ele tem durante o ano, o professor deve dar 10 por cento das aulas.

Gildo: três vezes a carga horária semanal.

Ferreto: seriam 15-18-20 aulas que o professor teria que dar no fim do ano depois de vencer aquele horário normal já



Romilda Fachinelo — Esquina Fátima, Santo Augusto

dado. Tem que ficar no colégio, depois de encerrado o período letivo, para recuperar estas aulas junto com o aluno, planejar um exame e aplicá-lo. Então, é muito mais cômodo, para facilitar um pouco, sabe como é, durante o bimestre dá um meio ponto a mais... e o aluno não entra em recuperação.

Tudo para que o aluno saiba menos

Stanislau: tudo veio em benefício do aluno e em prejuízo do professor. Ele já sabe que se não passar no teste, tem a recuperação preventiva. Se não conseguir mesmo com a preventiva, tem a recuperação terapêutica. Enfim, tudo trabalha para que o aluno saiba menos.

Egídio: o que nunca chega até nós é o objetivo daqueles que planejaram a reforma.

Cotrijornal: e vocês nem imaginam qual terá sido o objetivo?

Egídio: a gente só pode dar opinião, porque na verdade não se sabe. Poderia ser que o Governo quisesse que todo mundo estudasse, estimular o estudo porque o País é subdesenvolvido.

Ferreto: eu acho que um dos motivos, com o ensino profissionalizante, foi tentar diminuir os custos da tecnologia importada. Agora, outra coisa que eu coloco em dúvida é justamente a Reforma, porque ela foi importada, modelada pelos Estados Unidos, que é um povo que vive pelo menos 60-80 anos na nossa frente.

Cotrijornal: de que maneira economizar tecnologia?

Ferreto: porque, por exemplo, para fazer um par de chinelos, tinha que vir um técnico da Alemanha ou dos Estados Unidos.

Adão: pela lei anterior, que não dava continuidade ao ensino, o aluno se esforçava, tinha uma barreira na frente. Quando saía da quinta série, tinha o admissão para ele entrar no ginásio. Agora não tem barreira nenhuma da quarta para a quinta, para a sexta. Então ele não se esforça. Há uma oportunidade para que ele suba sem esforço.

Stanislau: a lei não feita para que o ensino decaísse, mas na interpretação isso aconteceu. Em Santa Catarina, por exemplo, pelos objetivos que a Secretaria de Educação elaborou, o aluno não é reprovado da primeira a oitava série. Aqui nós ainda podemos reprovar. Às vezes isso não acontece por comodismo dos professores. E se um quer fazer tudo certo, não dar nota se o aluno não merece, este é o professor mais mal visto, o Caxias, de quem o pessoal não gosta. A intenção é dar mais canudo, mais títulos. Isso para que o Brasil, tenha no consenso do mundo inteiro, que existe tantas pessoas na Universidade, tantos estudantes e assim por diante. É estatística.

Egídio: é quantidade e não qualidade. A mesma coisa que nas aprovações. Deveria ser bem o contrário.

Gildo: se o professor se preocupa em dar qualidade e não quantidade, o aluno chega no segundo grau e aí o professor diz: "como vocês já viram no primeiro grau..." e vai tocando as coisas.

Cotrijornal: esta pergunta pode até parecer uma brincadeira. Se vocês estiverem por um mês, ou uma semana, no lu-

gar do ministro ou do secretário da Educação, o que cada um faria para melhorar o ensino?

Ferreto: eu faria uma sondagem da situação do ensino em termos de quantidade e qualidade. Depois eu me cercaria de elementos especializados em educação para replanejar o ensino no País, de acordo com a realidade constatada nesta sondagem.

Olario: eu acho que está na hora de pararmos esta corrida toda. Fazer um estudo, uma reanálise, e daí, sim, partir para uma nova caminhada.

Anelso: não adianta estarmos reformando, reformando. Temos que ver se isso aí é bom ou não, se está se adaptando ao nosso sistema, ao nosso regime. Vamos parar, pensar, colocar cada macaco no seu galho. Por exemplo, como é que pode um sujeito que é advogado, entender de educação?

Silvia: eu colocaria professores próprios, formados no normal, magistério, e mais professores na colônia, mas isto também seria um problema. Eu tenho 16 alunos nas quatro séries, uma só na terceira. Aí também seria difícil, com 16 alunos, colocar dois professores.

Stanislau: eu não ia comparar o Brasil com Estados Unidos. Ia estudar o caso brasileiro para fazer uma solução para o Brasil.

Erlene: e na hora dos estudos, qual seria o pessoal? Sempre quando se muda alguma coisa, são os técnicos que fazem, a gente lá de Brasília, Porto Alegre, São Paulo. Ninguém vai ouvir a voz do professor aqui do interior de Tenente Portela, porque ele é humilde. Alguém já convocou um professor do interior de Tenente Portela para ir lá em Porto Alegre numa assembléia? Jamais!

Gildo: só na greve (risos)

Erlene: e acho que nem foram (risos)

Leopoldo: acontece que estas leis são feitas por gente (diz que são de grandes estudos), que fica dentro de gabinetes, não conhece a realidade e a situação do pessoal. Antes de elaborarem estas leis, deveriam vir no interior, ver a situação destes municípios, como é que funciona, falar com os professores.

Adão: a gente tem que cabrestar dentro daquilo que eles adotaram. Então no ministério eu iria observar isso, parar um pouquinho, pedir opiniões das pessoas.

Preparando para sair do interior

Leopoldo: e dar condições de trabalho, equipamento, instalações. O professor no meio rural tem uma sala com quatro paredes, uma mesinha, um quadro verde, e chega ali dentro da sala e vai dar aula. Não tem máquina de escrever, não tem um mimeógrafo, não tem nada. Como é que vai conseguir material para dar aos alunos?

Maria Dinorá: o primeiro passo seria uma análise completa, qualidade e quantidade, do ensino que está sendo desenvolvido. Depois, através de uma remuneração melhor, conscientizar os professores do interior a se aperfeiçoarem, para melhorar a qualidade do ensino. Procurar não utilizar pessoal sem didática, sem psi-

cologia, dentro das escolas. Isso aí é um furo enorme, que traz grandes transtornos.

Leopoldo: existe o êxodo rural. Nos dão escola com duas salas de aula, secretaria, etc. Tem 40 ou 50 alunos. Do ponto de vista de vocês, nesta comunidade existe a probabilidade de aumentar o número de matrículas? A tendência é baixar. Por que não constroem uma residência dentro do próprio prédio para o professor, para fixá-lo então no meio rural?

Gildo: por isso eu ainda tentaria preparar o aluno e planejar a educação para que não aconteça tanto êxodo rural, para que a marginalização nos grandes centros também não venha acontecer. O professor do meio rural que vai cursar uma faculdade, vai querer mesmo sair de lá. O aluno está sendo preparado para abandonar o interior. O atual ministro da Agricultura quer dar muito incentivo à agricultura, apoio, financiamento e tal. Mas no aspecto educacional eles não se lembram que, com este ensino que nós estamos tendo, acontece uma evasão tremenda de jovens, que saem do interior buscando melhores condições na cidade.

Cotrijornal: até que ponto depende do professor evitar o êxodo rural?

Gildo: ele deve contrariar a monocultura que está existindo. Deve dar incentivo na sua própria comunidade, auxiliando assim o cooperativismo, de certa forma, para que o colono diversifique.

Maria Dinorá: através dos jovens há uma possibilidade, fazendo campanhas para incentivá-los ao cultivo de horta, de jardim, de pomar. Aí pode nascer uma conscientização, porque através dos pais acho que não se consegue mais nada.

Gildo: vem tudo de cima, assim: "plante que o Governo garante". Quer dizer, é soja, né?

Ferreto: talvez tentar colocar as idéias mais ou menos no sentido de, por exemplo, fazer um paralelo entre o que podia render um hectare de soja e um hectare de alho. Normalmente o alho daria em torno de Cr\$ 90 mil. E temos aí, famílias com oito hectares de terra e com força de mão-de-obra, que vem aqui plantando soja para ganhar Cr\$ 18 mil por ano. É salário mínimo.

Cotrijornal: quem sabe o professor use criatividade, saia da sala de aula, tanto faz se dá matemática ou técnicas agrícolas, chame o pai de um aluno, vá para a lavoura...

Stanislau: mas é que o professor não entendendo nada de trator...

Erlene: mas daí vai ter um aluno que pode explicar.

Maria Dinorá: isso, valorizar o trabalho da criança.

Erlene: ou então pedir para um pai explicar como funciona um trator.

Stanislau: mas daí pode acontecer que depois eles digam: "lá no interior, em vez do professor dar aula para a gente, eram os alunos que davam".

Rui: como é que podíamos levar para uma reunião de Círculo de Pais e Mes-tres uma discussão como esta que nós ouvimos: está errado o ensino, estes problemas dos jovens, que vão ficar sem terra?

Olario: normalmente isso não entra. Essa questão de se podia dar cálculo de juros, isto, aquilo, aí entra.

Egídio: são assuntos que podem ser colocados até dentro da sala de aula. Conforme o giro que está dando o programa, a gente às vezes vai saindo do assunto e aí é hora de aproveitar. Assim se está esti-



Gildo Martens — Derrubadas, Tenente Portela



Elza Zuliani — Chiapetta



Leopoldo Stankowski — Coronel Bicaco

mulando a criança. Ela não tem que resolver o problema, mas pode sentir que ele existe.

Anelso: geralmente os pais são chamados para fixar a taxa escolar. Ninguém fala com eles se acham a escola boa, se estão satisfeitos.

Stanislau: sobre o ensino eles vão dizer: "mas eu não sei nem ler, o que vou achar?". O professor é que sabe.

Egídio: o negócio aí fica na gente. Quem sabe fazer uma sondagem? Mas também não como a Reforma do Ensino, que plantou o pé de milho e nunca mais veio ver se deu espiga. O negócio é plantar idéias e, através de reuniões, ir debatendo, para ter um resultado.

O DIA A DIA DA MULHER

No grupo da Linha Progresso, em Augusto Pestana, o curso de corte e costura marcou uma etapa de trabalho.

Em 13 de agosto de 1976 formou-se o núcleo de senhoras e filhas de associados da localidade de Linha Progresso, em Augusto Pestana, onde reúnem-se mensalmente uma média de 23 pessoas. Os principais assuntos discutidos nos 21 encontros realizados até agora estão na área da Nutrição, em preparo de alimentos e trabalhos manuais, isto na parte técnica, pois numa segunda etapa das reuniões discute-se a participação da mulher na vida comunitária e assuntos relacionados à Cooperativa no seu dia a dia.

Proporcionando uma maior integração entre os núcleos femininos, o grupo participou de uma excursão a Rio Grande, em janeiro de 1977. Em 29 de julho daquele ano, os associados e familiares fizeram parte de um encontro de extensão cooperativista realizado na escola da localidade, contando com a presença da direção da Cotrijuí, gerente da Unidade em Santo Augusto e da equipe de Comunicação

e Educação da Cooperativa.

Em continuidade a prática do curso, o grupo visitou, no dia cinco de agosto, as instalações da Cotrijuí no município e também da sede, em Ijuí, e o Centro de Treinamento da Cooperativa. A partir deste encontro começou uma discussão mais direcionada, que envolvia a família no contexto cooperativo.

As representantes do núcleo participaram do primeiro encontro cooperativo de senhoras e filhas de associados, levando depois ao seu grupo as discussões dos assuntos abordados na ocasião.

Em 1978 foi diversificada ainda mais a discussão dos assuntos relacionados a participação do associado nas decisões da Cooperativa, além de capitalização, diversificação de culturas, convênios com a Unimed e mesmo o próprio crescimento da Cotrijuí. Estes mesmos temas fizeram parte dos seminários de agricultores.

Em 1979 passou-se a



As participantes do curso de corte e costura.

dar maior ênfase a área de diversificação, procurando levar orientações desde como organizar uma horta caseira.

No dia cinco de maio deste ano encerrou-se um curso de corte e costura, que foi ministrado pela professora Maria Varasquini e teve a duração de 80 horas-aula. Este curso é apenas uma etapa do trabalho desenvolvido no núcleo juntamente com a equipe do setor de Comunicação e Educação.

No seu final foi programada uma missa em homenagem às formandas e às mães (no domingo dia 13 era comemorado o dia

das Mães), seguida da entrega dos diplomas. Participaram da solenidade os familiares e ainda o gerente da Unidade, Albano Heitz Kessel; Danilo Trevisol, João Frantz e Noemi Huth, do setor de Comunicação e Educação; e Lotário Brissmann, representando o núcleo de produtores da Linha Progresso. Também prestigiaram a formatura, as senhoras Gertrudes Comander e Olinda Ketzer, representantes do núcleo da Linha 6-Norte, Piratini, de Ijuí.

As participantes do curso foram Zenir Posselt, Alice Matte, Hedi Seli Reisdorfer, Nilsa Mensch,

Aurora Jaci Contri, Leontina Rhoden, Ivoni Posselt, Miria Friske, Clarice Posselt, Maria Elenita Jantsch, Marlene Jantsch, Lori Bernadete Rhoden, Doris Matte, Lori Brismann, Maria Vanderli Portolan, Elizete Portolan, Ereni Lilli Reuter e Noeli Gubert.

Após a entrega dos certificados foi feita uma exposição dos trabalhos de corte e costura e uma apresentação artística pelos alunos da escola em homenagem às mães. Para encerrar a solenidade o grupo serviu um delicioso chá por elas mesmo preparado.

Participação marcante

A participação das esposas e filhas de associados nas reuniões programadas pelo setor de comunicação e educação em Dom Pedrito vinha sendo tão marcante que elas resolveram passar a se encontrar em

grupos só de mulheres. Até agora já realizaram duas reuniões para discutir a participação da mulher no processo cooperativista.

Os assuntos já enfocados até agora são os mais variados,

indo do êxodo rural, problemas de ensino até o desvio da produção na cooperativa. Sobre a fuga do homem do interior para a cidade, foi dito numa das reuniões que "este é um problema nosso; os motivos e as soluções alguém devem assumir". Fizeram também considerações sobre os preços dos produtos na cooperativa, algumas afirmando que era não justo os não associados pagarem o mesmo valor que os associados, e falando ainda que é preciso discutir o melhor caminho com o marido, para a entrega de produtos bem como de prestação de serviços da Cooperativa.

Para uma próxima etapa estarão dispostas a participar inclusive de cursos de atualização da mulher no mundo de hoje, ficando vários assuntos levantados para próximas reuniões.



Já aconteceram duas reuniões

MILGO E

AGORA A OPÇÃO MAIS BARATA PARA O CONTROLE DO OÍDIO.

Não jogue dinheiro fora com problemas que não existem!
Se o problema é oídio, gaste só o necessário para controlar o oídio.
Milgo E é a alternativa econômica. Agora formulado no Brasil, Milgo E ficou mais barato para você. Inclua Milgo E e economize no seu programa de aplicações.

Milgo E é o melhor produto desde que aplicado com critério. Siga estas orientações dos pesquisadores que estão livres de oídio desde o início da colheita: 1) Fazer de produção causada depois a quebra de aplicação nos primeiros 20 dias após a colheita. Não deixe a aplicação além de 20 a 30 dias da colheita. Nessa altura, grandes perdas já terão ocorrido. Adapte sua produção às condições locais de aplicação. Milgo E penetra rapidamente na folha, erradicando o oídio antes que se reproduza. Milgo E não é tóxico para o homem, protegendo o seu ambiente. Lave as mãos após a aplicação. Milgo E não é tóxico para o homem, protegendo o seu ambiente. Lave as mãos após a aplicação. Milgo E não é tóxico para o homem, protegendo o seu ambiente. Lave as mãos após a aplicação.

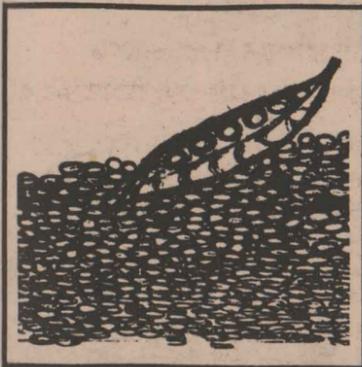





Departamento Agrícola

CIA. IMPERIAL DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO BRASIL
Av. Euzébio Mattoso, 851 (Pioneiros) 05423, São Paulo, SP
Tel. 212-1845 - Telex: "IMPQUIM" - Cx. Postal, 30377, 01000, São Paulo, SP

A LAVOURA NO MÊS



LENTILHA

O mês de junho é a época própria para a semeadura da lentilha, devendo-se já agora preparar o solo para que fique bem destorroado e facilite a germinação. A semeadura é feita com espaçamento de 50 centímetros entre linhas, usando 50 sementes por metro linear.

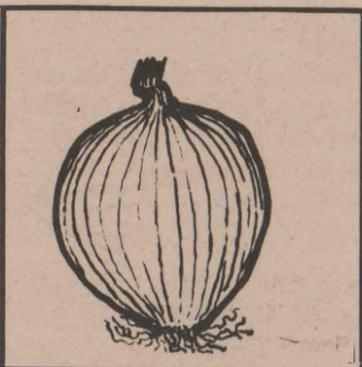
Aqueles associados que possuem semente de lentilha em casa procurem entrar em contato com o Departamento Técnico e programar lavouras de maneira tecnicizada, obtendo então melhores resultados.



ALHO

As lavouras de alho neste período já estão todas implantadas e enfrentando condições climáticas favoráveis. O que deve ser evitado é a formação de crosta pela ação da chuva, rompendo-a com o uso de uma enxada e proporcionando assim um melhor arejamento das raízes.

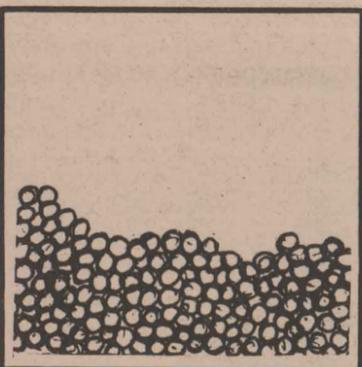
A ocorrência de inços é normal nesta época, o que é muito prejudicial às plantas. Os inços devem ser controlados, o que pode ser feito quimicamente pelo uso de herbicidas (duas gramas de Afalon por litro de água) ou mecanicamente, na base da enxada. Este método é mais recomendado, pois além de eliminar o inço, melhora também as condições do solo.



CEBOLA

Continua a época de transplante das mudas de cebola para os canteiros definitivos. Lembramos mais uma vez os cuidados de transplantar somente as mudas vigorosas, com espessura pouco inferior a um lápis, e de regar os canteiros onde são retiradas as mudas e também aqueles para onde foram transplantadas.

É importante observar a adubação do canteiro definitivo, onde deve ser dada especial atenção ao fósforo e potássio. Como recomendação genérica sugere-se o uso de 600 quilos por hectare da fórmula 3-30-10, o que equivale a 60 gramas desta fórmula por metro quadrado. O adubo deve ser bem misturado já alguns dias antes do plantio.



ERVILHA

O cultivo da ervilha para obtenção de grãos secos apresenta boas perspectivas para o plantio em pequenas áreas durante o inverno. A semeadura é efetivada durante o mês de junho, usando-se o espaçamento de 30 centímetros entre linhas e 12 plantas por metro linear, aplicando 250 quilos por hectare da fórmula 3-30-10.

É importante escolher variedades que sejam de porte baixo, dispensando o uso de tutores o que diminui sensivelmente os custos da lavoura. Para maiores detalhes entre em contato com o Departamento Técnico de sua Unidade.

Associados chamados

Devem comparecer ao setor social da Cotrijú-sede, até o dia 30 do corrente mês de junho, os associados a seguir relacionados, munidos de sua respectiva carteira de identidade social, para regularizarem sua situação perante a cooperativa.

Comunicamos que caso não ocorra o comparecimento até a citada data, serão tomadas as medidas previstas no artigo 15º do

estatuto social, que tem a seguinte redação: "artigo 15º — além dos motivos de direito e outros que justifiquem, o conselho de administração é obrigado a eliminar o associado que: b) deixe de exercer na área de ação da cooperativa a sua atividade que lhe facultou associar-se. d) deixe de entregar sua produção à cooperativa, desviando-a para o comércio interdiário.

Agenor de Souza Gomes;
Arezoli Sperotto;
Ari Bandeira;
Armindo Schaefer;
Carlos Dapiere;
Darcy Irineu Marquiro;
Elcides José Salomoni;
Elio Cavalheiro Fortes;
Garibaldi Cancio Machado;
Guilherme dos Santos;
Helmuth Hoser;
Luiz Bertazzon;
Romário José Hoser;
Valério Nerci A. de Siqueira Fortes.

Recados

Os prazos para o pagamento de tarros de leite para entrega individual chegaram agora até 12 meses. Isso é para facilitar a aquisição por parte dos produtores que alcançam uma média diária de entrega de leite superior a 40 litros e que ainda não conseguiram comprar estes tarros devido ao seu alto custo. Na Cooperativa os associados encontrarão informações mais detalhadas sobre as condições de financiamento.

Para um maior lucro na sua criação de suínos, procure produzir o máximo possível de alimentos para os animais na sua própria propriedade. As principais culturas para atender as necessidades alimentares dos suínos são o milho e a alfafa.

Ainda sobre suínos: obtenha melhores resultados em sua criação, aplicando os vermífugos recomendados de acordo com orientações de um veterinário.

Mantenha a livre acesso dos animais de seu rebanho — tanto faz se de corte ou de leite — quantidades suficientes de sal mineral. Com isso o produtor conseguirá obter melhor produtividade. O sal sempre deve ser dado à vontade, principalmente nesta época onde o consumo pode até mesmo representar o dobro daquele registrado durante o verão.

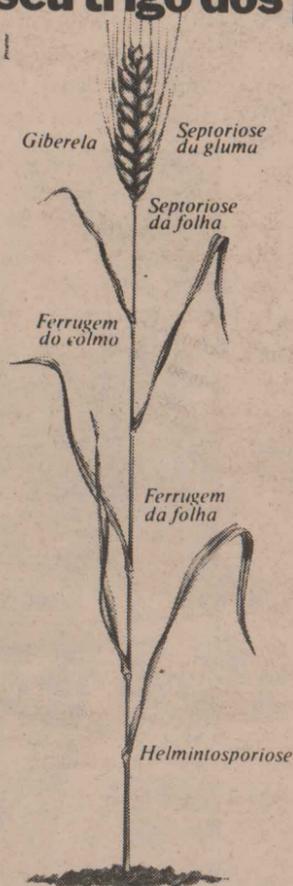
Os criadores interessados em realizar compras de animais

durante a Feira do Terneiro de Ijuí devem se dirigir até o dia 9 de junho a um dos estabelecimentos bancários que estarão operando na ocasião para retirar uma carta de crédito. Os bancos credenciados são a Caixa Econômica Estadual, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Sul Brasileiro e Banco do Brasil. A Feira será realizada de 9 a 11 de junho no Parque de Exposições Assis Brasil, que fica junto ao Imarab, estando marcado o dia 10 para a realização das compras. Os criadores de outros municípios devem trazer esta carta da agência destes bancos em sua cidade.

Todas as vacas vazias e novilhas em condições de reprodução devem ser inseminadas até o mês de julho. Assim estarão em produção no período de abril à julho do ano que vem, e os criadores terão maiores oportunidades de desfrutar a cota-prêmio instituída pela Cooperativa Central Gaúcha de Leite. Outra recomendação é o plantio de alfafa e outras forrageiras de inverno, para a alimentação do rebanho nesse período.

Os produtores de sementes de Ijuí estão sendo convidados para acompanhar a classificação de seu produto. Diariamente, através da Rádio Progresso, é divulgada a relação dos nomes dos associados que terão sua semente classificada naquela data.

Manzate® D e Benlate® protegem seu trigo dos pés à cabeça.



As doenças do trigo se desenvolvem justamente quando as condições climáticas são também favoráveis ao bom desenvolvimento da lavoura. E antes que você perceba, elas acabam com qualquer trigal desprotegido.

Antes que isso aconteça, aplique Manzate D e Benlate, os fungicidas mais recomendados pelos órgãos oficiais de pesquisa de trigo no Brasil e no Exterior.

Peça os fungicidas Manzate D e Benlate da Du Pont nas Cooperativas e Revendedores locais.

DU PONT
MARCA REGISTRADA
AGROQUÍMICOS



Manzate D e Benlate são marcas registradas da Du Pont.

OS COLONOS DO NORTE

Oito agricultores da Amazônia visitam o Sul para conhecer a Cooperativa e conversar com os associados gaúchos.

Entre os dias 11 e 19 de maio, oito agricultores do Pará ligados ao Projeto Pacal estiveram visitando todas as dependências da Cotrijuf. Eles são os mais novos associados da Cooperativa, e vieram representando os 165 agricultores que plantam cana-de-açúcar numa área de 4 mil hectares, onde está localizada a Usina de Açúcar que a Cotrijuf recebeu do Incra, com concessão de uso por 5 anos.

Logo depois de assinado o contrato de comodato entre o Incra e a Cotrijuf (pelo qual a Cooperativa ganhou o direito de operar a Usina por cinco anos), os 165 produtores de cana vinculados ao Projeto Pacal mantiveram uma reunião com o diretor da Cotrijuf na Amazônia, Werner Wagner. Nessa reunião, foi explicado aos novos associados quais as intenções e objetivos da Cooperativa naquela região, bem como os planos para a Usina de Açúcar. Os produtores, residentes na área há cinco anos, estavam um pouco descontentes com o funcionamento da Usina, quando esta era operada pela CIRA-PACAL (Cooperativa Integral de Reforma Agrária do Projeto Agro-Pastoril Abraham Lincoln), e queriam conhecer exatamente quais eram os planos da Cotrijuf. Afinal de contas, os produtores da Amazônia conheciam a nossa cooperativa apenas de nome, não sabiam, portanto, qual era a filosofia de trabalho e a história da Cotrijuf.

Não seria com uma reunião, lá na Amazônia, que os novos associados iriam conhecer realmente a Cooperativa. Então, decidiu-se que uma comissão, escolhida pelos plantadores de cana, viajaria até o Rio Grande, para conhecer a Cooperativa por dentro, conversar com os associados daqui e também com os funcionários.

LUTA E SACRIFÍCIO

E assim foi feito. Os oito escolhidos pelos plantadores de cana foram José Nivaldo Barbieri, Jayme Pereira da Silva, Adilson José Campostrini, Antônio Carlos Siqueira Santos, João Teixeira, Antenor Oliveira de Novaes, Paulo Wanderley Silveira e Luiz Narzetti. Junto com o grupo, vieram também três funcionários da Usina: Manuel Pereira da Luz, Manoel Basílio dos Santos e Henrique da Silva Dantas.

No dia da chegada, os colonos da Amazônia visitaram a sede da Cooperativa, conheceram todas as dependências, desde a fábrica de óleo até o supermerca-



Os agricultores do Pará em conversa com a imprensa de Ijuí.

do e a loja. No dia seguinte, um sábado, eles conversaram com o presidente, que contou a história da Cotrijuf desde o começo, mostrando todas as dificuldades e lutas que a cooperativa teve de enfrentar ao longo destes 22 anos. Na conversa com os agricultores do Pará, o Ruben falou que as coisas na Amazônia iriam acontecer da mesma maneira como aconteceram aqui: muito trabalho e sacrifício para cada conquista.

BOCHA, BOLÃO E CONVERSA

Foi no domingo, porém, terceiro dia de visita dos agricultores da Amazônia, que a coisa foi ficando boa. De manhã, eles conheceram a CCG (Cooperativa Central Gaúcha de Leite), e, à tarde, cada um deles foi levado para casa de um associado daqui, para que trocassem idéias e um contasse para o outro como é a agricultura do Sul e do Norte.

No dia que passaram junto com os associados daqui (eles foram domingo a tarde e voltaram segunda, depois do almo-

ço), os plantadores de cana tiveram a oportunidade de conhecer bastante coisa. Jayme Pereira da Silva, por exemplo, que ficou na casa de Augusto da Silva, em Mauá, ficou conhecendo o jogo de bocha, e logo se interessou. Em pouco tempo ele já sabia as regras do jogo. Depois, conheceu o bolão. Ele e seu Augusto ficaram jogando até o final da tarde de domingo, quando então foram para casa. E lá, como em todas as outras casas onde estavam os plantadores de cana, a conversa se espichou até de madrugada.

Os colonos da Amazônia ficaram impressionados com o tamanho das propriedades daqui, muito pequenas, segundo eles. Mas é fácil explicar isso: a grande maioria dos 165 parceiros do Projeto Pacal não é da Amazônia. Todos saíram de seus estados à convite do Incra, e chegando na região receberam lotes de 100 hectares cada um. Por isso, ao saberem que aqui há propriedades com 5, 10 e 15 hectares, ficaram impressionados.



Seu Augusto (esquerda) ensina seu Jaime (direita) a jogar bocha.

COISA RARA

Em compensação, todos reconheceram que o nível de vida dos agricultores do sul, em média, é bastante superior ao da Amazônia.

"Aqui, o pessoal tem luz elétrica, escolas, loja, supermercado e as distâncias são curtas", dizia José Campostrini, colono do Espírito Santo radicado na Amazônia há cinco anos. "Lá, há casos em que as crianças têm que caminhar 10 quilômetros para ir à escola. E não é só isso: saindo um pouco mais da nossa vila, onde a situação é melhor, o pessoal não tem luz, nem escolas, nem lojas, supermercados ou hospitais. Médico é coisa rara de se ver", completava Campostrini.

Os novos associados da Cotrijuf também ficaram surpresos com a alta mecanização das lavouras daqui e fizeram questão de ver uma colheita de soja. Eles disseram que se na Amazônia o nível de mecanização fosse igual ao daqui, o trabalho seria muito mais rápido e não tão cansativo como é.

O pessoal do sul, por sua vez, queria saber como é que era a vida na Amazônia, o tipo de culturas mais plantadas por lá, a qualidade e fertilidade do solo, essas coisas. E ficaram surpresos quando souberam que a colheita da cana é feita com queimada.

"A usina manda avisar que o colono pode colher uma determinada quantidade de cana. Então, ele toca fogo no canavial e logo após entram os cortadores, de facão na mão, arrancando os pés da cana. Atrás dos cortadores vem o caminhão, com um carregador mecânico. Assim que a carga está pronta, o caminhão parte rápido para a Usina", explicava Manoel Pereira da Luz.

A colheita da cana tem que ser rápida, não pode levar mais de 24 horas entre o momento que o colono toca fogo no canavial e a entrada do produto na Usina. "Se demorar mais do que isso, a cana começa a deteriorar e perde o seu teor de açúcar".

UNIDADES

Na segunda-feira de tarde, quando voltaram das casas dos agricultores daqui, os plantadores de cana da Amazônia deram uma entrevista coletiva para a imprensa de Ijuí, conversando a respeito de tudo o que viram e ouviram.

No dia seguinte, terça-feira, eles dividiram-se em grupos e foram visitar as unidades da Cotrijuf em Santo Augusto, Ajuricaba, Augusto Pestana, Vila Jóia e Chiapetta. E, na quarta-feira, foi a vez de conhecerem Dom Pedrito, onde passaram o dia.

Depois de visitarem a unidade da Cooperativa em Dom Pedrito e o frigorífico, e depois de conversarem com os funcionários e associados de lá, os agricultores do Pará viajaram até Porto Alegre, embarcando depois para a Amazônia.

Antes de viajarem, porém, eles disseram: estamos tranquilos agora, depois de tudo o que vimos. Nós sabemos que a Cotrijuf irá dar uma grande ajuda e impulso à Usina de Açúcar. E ela vai contar com o apoio de todos os 165 agricultores do Projeto Pacal".



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI



Faz um tempão
que Mariazinha está
ali naquele jeito.
O que será que ela está
rá pensando?



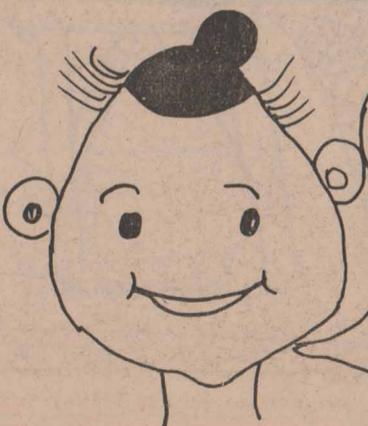
Ah! Ela está
tentando inventar
umas coisas prá man-
dar pró COTRISOL...



COTRISOL! ??
O que é isto?
Mandar para onde?



Você não sabe? COTRISOL é
o Suplemento Infantil do COTRIJORNAL,
o jornal da COTRIJUI.
Eu até já escrevi uma história
bem bonita e pedi pró pai man-
dar lá prá COTRIJUI...



Que bacana!
Eu também vou fazer
alguma coisa...
Não! eu tenho uma idéia!
Vou conversar com a pro-
fessora prá todos nós,
lá da sala de aula inventar
um monte de coisas

Façam como eles: Escrevam, criem
histórias, quebra-cabeças, adivinhas,
jogos, brincadeiras... E mandem pa-
ra o COTRISOL.



O Desafio

Para a gente matuta, não há nada mais importante numa festa do que o “desafio” entre dois famosos cantadores de viola. Suspendem-se as danças para que todo o mundo os ouça em silêncio. Os cantadores que se iam medir aquela noite, eram o José Firmino e o Pedro Juju, os mais festejados daquela beirada de rio. Ninguém queria perder uma palavra da luta que eles iam travar em versos. O João Raimundo bateu palmas no meio da latada impondo silêncio:

— Minha gente, vamos ouvir estes dois “turunas”.

Zouu no ar um quente repicado de primas e bordões de violas. Os dois cantadores sentaram-se frente a frente. Versos de cá, versos de lá, a se cruzarem. Um improvisava uma quadra ou uma sextilha ou uma oitava e o outro imediatamente respondia com uma oitava ou uma quadra ou uma sextilha. No começo, cada um deles disse, em versos, quem era, como nascera, de onde tinha vindo. Cinco minutos depois, começaram a gabar-se de feitos maravilhosos.

O Pedro Juju, dedilhando assanhadamente as cordas da viola, soltou a primeira gabolice:

— José Firmino, acredite,
Não gosto de me gabar,
Mas quando pego a viola,
Quando começo a cantar,
Saem da cova os defuntos,
Os peixes saem do mar,
Os anjos descem do céu,
E tudo vem me escutar.

O José Firmino quase não deixou que o companheiro acabasse o último verso e cantou de viola estendida no peito:

— Eu não tenho inveja disso,
Sou valente, valentão,
Canguçu é meu cavalo,
Cascavel, meu cinturão,
Eu engulo brasa viva,
Pego corisco com a mão,
Um empurrão do meu dedo
Bota dez morros no chão.
O Pedro Juju respondeu:
— Você pode ser valente,
Habilidoso não é.
Eu calço chinelo em cobra,
Boto guizo em jacaré,
Asso manteiga no espeto,
Faço o tempo andar à ré,
Carrego água em peneira,
Dou beijos em busca-pé.
O povo aplaudia com palmas e gritos.

José Firmino olhou o cantador de alto a baixo e improvisou:

— Isso tudo não é nada,
Não me pode amedrontar:
Paro o vento quando quero,
Já fiz o sol esfriar,
Bebo chumbo derretido,
Sem o chumbo me queimar
Seguro as onças no mato,
Para meu filho mamar.

O outro acelerou os dedos nas cordas da viola e respondeu:

— Se eu for cantar minhas artes,
Não acabo nunca mais
Para apagar os incêndios
Uso breu e aguarrás,
Eu ponho luneta em pulga,
E gravata em Satanás,
Eu faço gelo com brasa,
Coisa que você não faz,
Faço o carro andar na frente,
Faço o boi andar atrás.

E ergueu-se. José Firmino ergueu-se também. Eram ambos fortes no desafio. Não haveria vencido nem vencedor. Não valia a pena teimar.

Viriato Correia, 13ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965, pp. 57-59

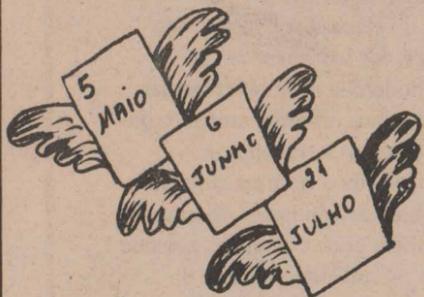
PESQUISA E EXPOSIÇÃO ORAL

Você leu a descrição de um desafio. Existem outras diversões populares em que entram cantos e danças. Forme com mais colegas uma equipe que recolha versinhos ditos em danças de roda, canções de ninar e brinquedos. A equipe contará à classe os resultados da pesquisa.



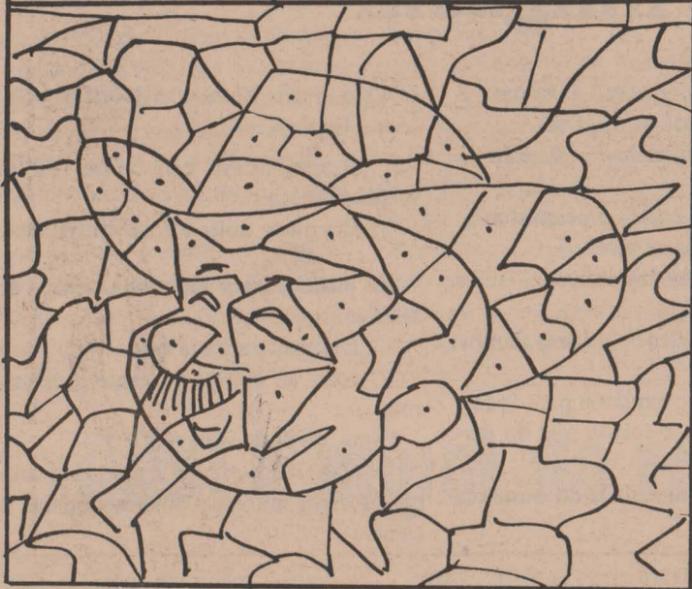
Enigma

A   1



(Apenas um)
(Os dias passam voando.)

SOMBREAR OS ESPAÇOS MARCADOS PARA
OBTEN UMA FIGURA INTERESSANTE

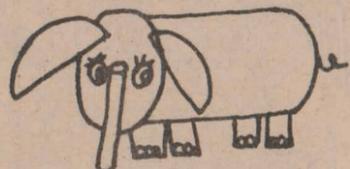


Fazendo Brinquedos

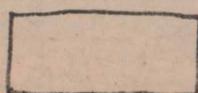
Todo dia é dia da criança.

Vamos fazer nossos próprios brinquedos. Nossa sugestão é um elefante de lata. Para isso é preciso uma lata vazia e limpa, um graveto para fazer a tromba e qualquer papel grosso para as orelhas e patas. Para as orelhas é preciso traçar um círculo no papel, recortá-lo e partí-lo ao meio. Para as patas é só cortar quatro retângulos, enrolar e colar. Na parte superior do rolinho fazer quatro pequenos cortes, dobrar para fora e colar na lata. A tromba pode ser pregada. Os olhos, o rabo e outros enfeites você inventa e pinta à vontade.

Se você não conseguir a lata pode usar um rolo feito com papel grosso ou até mesmo o rolinho interno que sobra do papel higiênico.



 orelhas



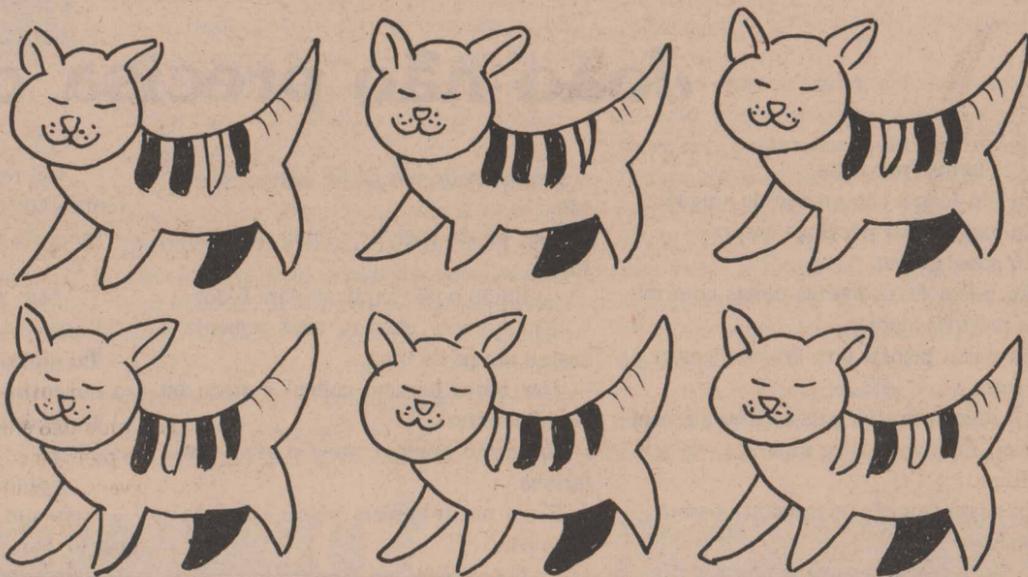
apata

Adivinhações



- Era uma boiada de 100 bois. No caminho morreram 40. Quantos bois ficaram?
- Quantos ovos o gigante Golias comia em jejum?
- Um trem elétrico corre a 125 Km por hora. O vento sopra pro oeste... Para que lado vai a fumaça?

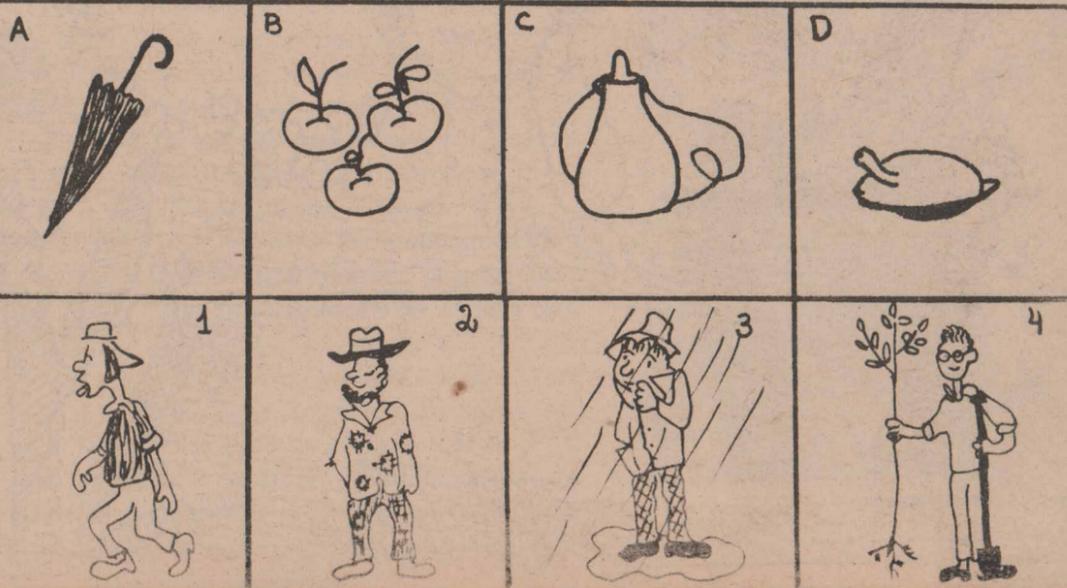
LIGUE COM UM TRAÇO OS GÊMEOS



TESTE DE ATENÇÃO

Cada um dos quatro indivíduos abaixo está pensando seriamente numa determinada coisa.

Tente coordenar cada uma dessas coisas com seu respectivo pensador.



Vale a pena pensar

Você já reparou quantas coisas e coisinhas existem na venda para comprar? Cada dia que passa, mais coisas diferentes aparecem para se gastar o dinheiro! O papel que é colocado ao redor dos produtos deixa a gente com mais vontade ainda de levar. Não só o papel é bem desenhado e colorido, também as comidas que estão dentro são coloridas. A gente fica com água na boca e vontade de comer de tão bonitas! É o que acontece, por exemplo, com o Q-Suco. O Q-Suco é um pó colorido que misturado com água dá um bonito refresco. Ah! mas nem tudo que é bonito é bom! As pessoas que moram nos Estados Unidos foram proibidas de beber refresco de Q-Suco. Os produtos que formam o pó colorido fazem muito mal à saúde. Aqui no Brasil não existe esta proibição e as mães e crianças preparam refresco de Q-Suco no lugar de um delicioso suco natural. Você mesmo, ajudado pela irmã, a mãe ou até mesmo pela professora pode preparar um "Q-Suco", delicioso, que não causa estrago nenhum a saúde com as frutas que tiver no pátio de sua casa. Pode ser que você tenha, em casa, maçã, abacate, mamão, laranja ou bergamota. Nada melhor do que essas frutas para preparar refrescos coloridos, deliciosos e com muita vitamina. É uma festa!

Converse com sua professora e seus coleguinhas e declarem guerra aos alimentos artificiais.

Vale a pena pensar sobre isso . . .

A Semente

Grande é o homem ao semear. Quando semeia,
o mais pobre lavrador é superior a um rei.
O estupendo gesto de fé — a fé profunda no
que faremos germinar

— apaga na alma do semeador a lembrança
da miséria e dos sofrimentos.

Nós, as sementes podemos ficar adormecidas
por um século, mas se nos puserem embaixo da
terra, começaremos a trabalhar e
dirigiremos as energias da terra para cima até
formar a planta. Somos os arquitetos do mundo
vegetal. Nenhum homem pode conseguir, em suas
construções, a mesma originalidade e
diversidade. Cada tipo de semente realiza um
só tipo de construção. A semente — pareço pouca
coisa; mas tenho uma idéia grandiosa
na cabeça: construir uma imensa árvore e belíssima.

Adaptação do texto de Constância Vigil
(educador uruguaio)

João não precisa de ninguém

Um dia João disse:

- Eu sou João e não preciso de ninguém.
- Eu posso andar por onde quiser.
- Eu posso pensar.
- Eu posso fazer muitas coisas com minhas próprias mãos.
- Eu posso plantar uma árvore e comer o seu fruto.

João se sentou para esperar a árvore crescer. Enquanto João esperava, ele sentiu fome.

- Eu posso comer pão enquanto espero — disse João.

João pegou o pão e perguntou:

- Pão, de onde você vem?

- Eu venho de um pé de trigo — disse o pão.
- De um pé de trigo?! — falou, admirado, João.

Então o pão explicou para João:

- Um homem plantou uma semente e nasceu um pé de trigo.
- Um outro homem colheu o trigo em grandes cestos.
- Um outro homem moeu o trigo e fez a farinha.
- E um outro homem pegou a farinha e fez o pão.

João estava tão faminto que comeu o pão.

De repente começou a ventar. E ventou tanto que João sentiu frio.

- Eu posso vestir um casaco — disse João.

João pegou o casaco e perguntou:

- Casaco, de onde você vem?
- Eu venho da lã de um carneiro — disse o casaco.
- Da lã de um carneiro?! — disse, admirado, João.

Então o casaco explicou para João:

- Veio um homem e cortou a lã do carneiro.
- Veio outro homem e, da lã do carneiro, fez o fio.

- Veio outro homem e teceu o casaco com o fio da lã.

E João estava com tanto frio que vestiu o casaco.

Era quase noite e João sentiu sono.

- Eu posso dormir na minha cama — disse João.

E voltou para sua casa.

João se deitou na cama e perguntou:

- Cama, de onde você vem?

Mas João estava com tanto sono que dormiu antes de ouvir a resposta da cama.

